



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CARLOS JOSÉ DANTAS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: ANÁLISE DO
ASSENTAMENTO QUITAUAUÍ NO MUNICÍPIO DO CANTÁ- RR**

Boa Vista - RR

2015

CARLOS JOSÉ DANTAS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: ANÁLISE DO
ASSENTAMENTO QUITAUAÚ NO MUNICÍPIO DO CANTÁ- RR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Produção do Território Amazônico.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Gersa Maria Neves Mourão

Co-orientador: Prof. Dr. Vladimir de Souza

Boa Vista - RR
2015

CARLOS JOSÉ DANTAS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: ANÁLISE DO
ASSENTAMENTO QUITAUÁ NO MUNICÍPIO DO CANTÁ- RR**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Área de Concentração: Produção do Território Amazônico. Defendida em 22 de maio de 2015 e avaliada pela banca examinadora:

Prof.^a. Dra. Gersa Maria Neves Mourão - Orientadora (UFRR)

Prof. Dr. Vladimir de Souza - Co-orientador (UFRR)

Prof.^a. Dra. Altiva Barbosa da Silva - (UFRR)

Prof. Dr. Artur Rosa Filho - (UFRR)

Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras - (UFRR)

Boa Vista - RR

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha orientadora Professora Gersa Maria Neves Mourão, que me instruiu com conhecimentos acadêmicos e sobretudo a enxergar o mundo rural com suas particularidades, que devem ser entendidas e respeitadas. Agradeço também, ao meu co-orientador Professor Vladimir de Souza.

Agradeço a Universidade Federal de Roraima - UFRR e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, registrando aqui professores cujas disciplinas, tive a oportunidade de cursar e trocar idéias sobre a pesquisa, a saber: Prof. Dr. Alexandre Diniz; Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras; Prof. Dr. Artur Rosa Filho; Prof^a. Dr^a. Luiza Câmara Beserra Neta; Prof^a. Dr^a. Maria Bárbara de Magalhães Bethônico; Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva e Prof. Dr. Stélio Soares Tavares Júnior e aos meus colegas do mestrado.

Parte considerável dessa pesquisa só foi possível pela colaboração de algumas pessoas a começar pelos trabalhadores e trabalhadoras do projeto de assentamento Quitauaú e aos servidores do INCRA RR que contribuíram de modo inestimável para este trabalho.

Aproveito para agradecer preliminarmente a disponibilidade da banca em ler e avaliar esta dissertação nas figuras da Prof^a. Dr^a. Altiva Barbosa da Silva, Prof. Dr. Artur Rosa Filho, Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras e Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras.

Por fim, e não menos importante agradeço a minha família que sempre me incentivou e apoiou.

“Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão como mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”.

(Milton Santos)

RESUMO

As políticas públicas estão presentes no cotidiano das pessoas do campo e da cidade e tem entre seus objetivos atender as necessidades humanas e fazer valer os direitos sociais de todos. Quando o governo direciona políticas para o público de menor renda, possibilita que este pertença efetivamente à sociedade. No mundo rural são identificadas diversas demandas, possíveis de serem trabalhadas por meio de políticas sociais que, quando aplicadas de forma eficiente, promovem melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. Deste modo se pergunta quais as políticas públicas atendem as demandas dos assentados e contribuem para o desenvolvimento social, econômico e ambiental nos assentamentos da reforma agrária em Roraima, particularmente no Projeto de Assentamento Quitauaú. A presente pesquisa analisou as políticas públicas aplicadas pelo Estado brasileiro nos assentamentos rurais de Roraima destacando quais as particularidades e consequências para os trabalhadores, concentrando-se na participação dos assentados do Projeto de Assentamento Quitauaú (PAQ). Para tanto foi realizado levantamento bibliográfico de obras e artigos científicos na temática políticas públicas e programas governamentais que influenciaram direta e indiretamente os assentados do PAQ. Em seguida, foi coletado dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o que permitiu a análise dos programas da política de reforma agrária e a influência destes nos assentamentos de Roraima. As informações junto aos assentados, foram a partir de entrevistas e questionários semiestruturados.

Palavras - chave: Políticas Públicas; Reforma Agrária; Assentamentos Rurais; Quitauaú.

ABSTRACT

The Public policies are present in daily life people, of the countryside and the city, and has among its objectives provide the human needs and enforce social rights of all. When the government directs policies to the public low-income, enables them effectively belong to society. In rural areas are identified many demands able to be worked through social policies that when applied efficiently promoting better quality of life. Therefore, we had questioning which of those public policies provide the demands of the settlers and contribute to the social, economic and environmental development in the agrarian reform settlements in Roraima, particularly in the Settlement Quitauaú Project. This research analyzed the public policies implemented by the Brazilian Government in rural settlements of Roraima State, which detaching the circumstances and consequences for rural workers, focusing on the participation of Quitauaú Seated in the direction of these policies. To raise both information from the settlers we had used interviews and questionnaires and conducted bibliography research on books and scientific articles that have addressed the issue of public policies and major government programs that directly and indirectly influenced the settlers of Quitauaú. Secondary data were collect from the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). This allowed us to analyze the programs of agrarian reform policy and the influence of these in the settlements of Roraima.

Keywords: Public Policy, Agrarian Reform, Rural Settlements, Quitauaú.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Fotografia 01 -Assentamento e Vila Serra Grande II.....	56
Figura 02	Croqui da distribuição dos lotes por vicinal.....	57
Figura 03	Fotografia 02 - Recuperação de estradas no Município do Cantá..	66
Figura 04	Fotografia 03- Vicinal II do PA Quitauaú.....	71
Figura 05	Fotografia 04 - Vila Serra Grande II.....	73
Figura 06	Fotografia 05 - Casa de madeira na vicinal III.....	79
Figura 07	Fotografia 06- Casa de alvenaria vicinal I.....	79
Figura 08	Fotografia 07 - Posto de saúde.....	83
Figura 09	Fotografia 08 – Área de cultivo de abacaxi na vicinal II.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Distribuição por gênero.....	75
Gráfico 02	Estado civil dos assentados do Quitauaú.....	76
Gráfico 03	Faixa etária dos responsáveis pelos lotes.....	76
Gráfico 04	Naturalidade dos assentados.....	77
Gráfico 05	Renda das Famílias do PAQ.....	78
Gráfico 06	Atividades desenvolvidas antes do assentamento.....	78
Gráfico 07	Tipo de construção da moradia.....	80
Gráfico 08	Energia elétrica.....	81
Gráfico 09	Origem da água.....	81
Gráfico 10	Acesso ao lote.....	82
Gráfico 11	Escolaridade dos Assentados do PAQ.....	83
Gráfico 12	Tamanho da área do lote.....	84
Gráfico 13	Área ocupada para agricultura.....	85
Gráfico 14	Área destinada para pecuária.....	86
Gráfico 15	Área desmatada.....	90
Gráfico 16	Acesso ao PRONAF.....	92
Gráfico 17	Acesso ao Bolsa Família.....	92
Gráfico 18	Assistência Técnica.....	93
Gráfico 19	Documentação do Lote.....	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Projetos de Assentamento em Roraima.....	45
Mapa 02	Localização da área de estudo.....	49
Mapa 03	Projeto de Assentamento Quitauaú.....	55
Mapa 04	Áreas institucionais de Roraima.....	59
Mapa 05	Localização dos lotes pesquisados no Quitauaú.....	72
Mapa 06	Desmatamento no PAQ.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Tipos de políticas e seus atores principais.....	25
Quadro 02	Modalidades de projetos criados pelo INCRA.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Características do Município do Cantá – RR.....	50
Tabela 02	Lavoura temporária do município do Cantá – RR.....	51
Tabela 03	Lavoura permanente do município do Cantá- RR.....	51
Tabela 04	Pecuária no município do Cantá – RR.....	52
Tabela 05	Situação Fundiária do Município do Cantá - RR.....	53
Tabela 06	Projetos de assentamento no município do Cantá- RR.....	53
Tabela 07	Famílias, Assentamentos e Área em hectares.....	61
Tabela 08	Contratos PRONAF em Roraima no período de1999 a 2014.....	64

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAER	Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FEMARH	Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERAIMA	Instituto de Terras de Roraima
OSCIPS	Organizações da Sociedade Civil não Governamentais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PIN	Programa de Integração Nacional
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PAQ	Projeto de Assentamento Quitauaú

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PRODES	Programa de Cálculo de Desmatamento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONATEC	Programa Nacional De Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROINF	Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PNDTR	Programa Nacional De Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SIPAF	Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SRA	Secretaria de Reordenamento Agrário
SERFAL	Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na AmazôniaLegal

SAGI Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS

SAF Secretaria da Agricultura Familiar

SUASA Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	18
1	POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO RURAL.....	24
1.1	A QUESTÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: POLÍTICA DE POVOAMENTO E DESENVOLVIMENTO.....	31
1.2	RORAIMA E O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO.....	36
1.3	ASSENTAMENTOS RURAIS DE RORAIMA: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS.....	40
2	CARACTERIZANDO A ÁREA DE ESTUDO.....	49
2.1	MUNICÍPIO DO CANTÁ-RR:ASPECTOS GERAIS	50
2.1.1	Aspectos Socioeconômicos.....	51
2.1.2	Estrutura Fundiária.....	52
2.2	O PROJETO DE ASSENTAMENTO QUITAUAUÍ.....	54
3	POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO AGRÁRIA EM RORAIMA.....	58
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM RORAIMA.....	58
3.1.1	Programa Nacional De Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	63
3.1.2	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).....	64
3.1.3	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	65

3.1.4	Programas de Aceleração do Crescimento(PAC).....	65
3.1.5	Infraestrutura de Assentamentos do Incra.....	67
3.1.6	Programa Nacional De Educação Na Reforma Agraria (PRONERA).....	67
3.1.7	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).....	68
3.1.8	Arca das Letras.....	68
4	PROJETO DE ASSENTAMENTO DO QUITAUAUÍ E AS POLITICAS PUBLICAS.....	70
4.1	ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS: À MARGEM DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	73
4.1.1	Equipamentos e Serviços Sociais.....	74
4.1.2	Estrutura familiar.....	74
4.1.3	Luz, Água e Transporte.....	80
4.1.4	Serviços de Educação e Saúde.....	82
4.2	INDICADORES AMBIENTAIS	84
4.3	PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	90
4.4	REALIDADE FUNDIÁRIA NO QUITAUAUÍ.....	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERENCIAS.....	100

APÊNDICES.....	109
ANEXO I.....	112
ANEXO II.....	113

INTRODUÇÃO

Segundo Medeiros e Leite *et al.* (2004, p. 11), os assentamentos rurais são um novo e importante fato no processo de democratização do acesso à terra no país, pois sua constituição significa a abertura de novos horizontes de vida e de trabalho. São “um ponto de partida para novas demandas daqueles que tiveram acesso à terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente”, inaugurando novas formas de participação política.

Na Amazônia, conforme afirma (BECKER, 1997), os assentamentos rurais têm surgido como novas unidades de produção agrícola viabilizados por empresas ou por políticas governamentais para o reordenamento do uso da terra e sua implantação está intimamente ligada à perspectiva de ocupar áreas devolutas e expandir a fronteira agrícola; sendo a fronteira um espaço não plenamente estruturado e potencialmente gerador de realidades novas repetindo as mazelas fartamente discutidas. Assim, fronteira agrícola é o lugar onde os sem-terra vislumbram a criação de melhores condições de vida por meio da aquisição da terra própria, embora, em muitos casos, não haja infraestrutura básica, condições de produtividade e de comercialização adequadas à fixação humana.

A questão agrária no Brasil está diretamente relacionada à ocupação, posse e distribuição das terras. Estas são quase sempre responsáveis, direta ou indiretamente, pela dinâmica que se estabelece no mundo rural. Nos assentamentos rurais, onde as políticas públicas conseguem atingir um grau mínimo de eficiência é comum observar uma base comunitária e de organização mais intensa do que em outras unidades de produção de agricultura familiar, onde estas políticas não ocorrem.

Há uma imensa complexidade nas relações de poder entre diferentes atores: Estado, empresas, políticos, associações e os próprios indivíduos no interior dos assentamentos em função dos diferentes interesses em jogo. Entender este imbricado mundo é uma importante tarefa para o sucesso das políticas públicas. E, neste sentido, os assentamentos são núcleos onde é possível estabelecer esta relação direta com estes diversos atores, e a partir deles traçar políticas coerentes.

As políticas públicas estão fortemente atreladas ao Estado e este determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos com programas e projetos motivadores de desenvolvimento social e econômico das pessoas. No âmbito da Reforma Agrária, as políticas públicas criadas estão relacionadas aos programas de crédito, de assistência técnica e aos serviços de assistência à saúde, educação e infraestrutura, garantidoras do bem-estar e do crescimento econômico e social dos assentados. É nesse contexto que a análise do Projeto de

Assentamento Quitauaú, no Município do Cantá se insere, destacando o êxito ou fracasso das políticas públicas.

Na particularidade brasileira os assentamentos rurais são parte de uma política pública frequentemente associada a conflitos no campo entre os sem-terra e os latifundiários e agropecuaristas tendo como principal característica o latifúndio e a monocultura. Por outro lado, os assentamentos rurais têm servido como uma espécie de intervenção fundiária, que serve para encobrir ações obscuras de compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou para uso de terras públicas. E, particularmente em Roraima, tem servido como moeda política ao se transferir lotes para colonos e também para pessoas que sequer têm interesse em permanecer no campo. Por conseguinte, as terras devolutas são transformadas em propriedades privadas por empresas agropecuárias, latifundiários, políticos, e, em menor proporção, por trabalhadores sem-terra.

Os sem-terra, posseiros e assentados, até o advento das Ligas Camponesas Nordestinas, pouco se organizaram para exigir que o governo tomasse medidas que lhes beneficiassem e/ou fizessem com que a sociedade brasileira tomasse conhecimento de suas mazelas. Essa atitude demonstra o quão era desarticulado o movimento social no meio rural, fruto da própria estrutura construída pelo Estado para beneficiar os interesses da classe dominante do país. (OLIVEIRA, 2007).

A postura mediadora do Estado instrumentalizou seus objetivos através da criação de colônias agrícolas ao longo das rodovias que iam sendo abertas nas regiões Centro-Oeste e Norte, principalmente a partir da década de 1940, haja vista que, a política adotada respaldou-se na criação de novos núcleos populacionais formados paulatinamente e, os grandes conflitos por terras e as mazelas que assolavam os sem-terra foram, aparentemente, sendo sanados.

A reforma agrária brasileira foi sempre marcada por muitos fracassos na implantação de assentamentos rurais e, de certa forma, está longe de ser efetivada. Fato este que culminou com a realização de inúmeros estudos sobre a trajetória dos assentamentos rurais, a saber: caracterização do perfil dos beneficiários; seu processo de organização e atuação em movimentos sociais na luta pela terra e inserção produtiva no mercado; sobre a influência das políticas públicas; dentre outros (PEIXOTO, 2002).

A escolha da temática e da área de estudo deve-se a importância de compreender as políticas públicas aplicadas pelo Estado brasileiro nos assentamentos rurais de Roraima, bem como investigar quais as consequências dessas políticas para os assentados, visto que há particularidades que precisam ser compreendidas para que as políticas públicas de fato sejam eficazes e o interesse em estudar as políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais se

manifesta diante de uma visão empírica no contexto rural no município do Cantá, por se tratar de um tema relacionado às atividades que desenvolvo profissionalmente enquanto servidor público da área ambiental e cidadão engajado nos movimentos socioambientais de Roraima.

Diante do exposto, a pesquisa foi desenhada com base em todas estas indagações, concentrando-se na participação ou não dos assentados do Quitauaú nas políticas públicas instituídos pelo governo federal, para compreender o sucesso ou fracasso dessas políticas.

O recorte desta dissertação de mestrado foi a análise das políticas públicas nos Assentamentos da Reforma Agrária em Roraima, com ênfase no Projeto de Assentamento Quitauaú (PAQ), no município do Cantá – RR

No município do Cantá, são onze os projetos de assentamentos, de um total de sessenta e sete projetos em todo o Estado de Roraima. Todos eles possuem origens bem diferenciadas, e também uma relação específica com as políticas públicas implementadas. Portanto, as políticas públicas estão presentes no cotidiano das pessoas do campo e tem entre seus objetivos atender as necessidades humanas e fazer valer os direitos sociais de todos. Quando o governo direciona políticas para o público de menor renda, possibilita que este pertença efetivamente à sociedade.

No mundo rural são identificadas diversas demandas, possíveis de serem trabalhadas por meio de políticas sociais que, quando aplicadas de forma eficiente, promovem melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. Deste modo. A pergunta da qual parte esta pesquisa é: as políticas públicas atendem as demandas dos assentados e contribuem para o desenvolvimento social, econômico e ambiental nos assentamentos da reforma agrária em Roraima, particularmente no Projeto de Assentamento Quitauaú? Para responder essa questão se fez uma análise dos programas e projetos voltados para os assentamentos rurais, discutindo a Reforma Agrária na Amazônia e em Roraima, particularmente no Assentamento Quitauaú, contextualizando o processo de criação do assentamento, as características sociais, econômicas e ambientais e sua importância para o município do Cantá e para Roraima.

A ciência tem como objetivo principal chegar à verdade dos fatos, assim, o método científico refere-se a um conjunto de regras de como deve ser o procedimento para produção do conhecimento científico na averiguação dos fatos, ao lado da identificação das operações mentais e técnicas nesse percurso. GIL (2010) define método como “[...] caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

A metodologia, por sua vez, constitui-se em um dos pilares fundamentais na pesquisa científica, pois permite a adoção de métodos e técnicas necessários à produção do conhecimento sistematizado e cientificamente aceito pelas instituições acadêmicas.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos utilizados para obtenção de dados relevantes para a análise das políticas públicas nos Assentamentos da Reforma Agrária em Roraima foram através de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. Os dados referentes ao projeto de assentamento Quitauaú foram coletados ao longo do trabalho de campo em visitas realizadas entre dezembro de 2013 e dezembro de 2014.

No levantamento do referencial teórico, preocupou-se com a relevância que a teoria possui o que torna importante e essencial ao pesquisador uma boa fundamentação teórica (MANN,1973). A realização do levantamento de dados secundários deu-se através da consulta aos documentos disponíveis no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, Prefeitura Municipal do Cantá, Governo do Estado de Roraima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, Instituto de Terras de Roraima/ITERAIMA, Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/FEMARH, Delegacia do Ministério do desenvolvimento Social (MDS) e Organizações da Sociedade Civil.

Assim, a análise do objeto, políticas públicas nos Assentamentos da Reforma Agrária em Roraima, com ênfase no Projeto de Assentamento Quitauaú (PAQ), município do Cantá – RR, fez-se com base nos estudos tomados dos autores pesquisados, destacando: BECKER; TEIXEIRA; SOUZA; BARROS; MOURÃO; OLIVEIRA; BERGAMASCO; MANÇANO, entre outros.

A pesquisa ora apresentada constou de abordagens qualitativas levando em consideração as indicações de MINAYO e SANCHES (1993) a esse respeito e, ao que consideram LAKATOS e MARCONI (2003), para os quais os levantamentos de dados qualitativos ajudam a fornecer subsídios para que a problemática seja vista de maneira mais ampla.

A realização do trabalho de campo concentrou-se durante os meses de junho a dezembro de 2014 com cinco visitas no PA Quitauaú. Após isso, ainda foram feitas visitas para reiterar informações e fotografar eventos que não foram registrados durante o período em que se efetivou o trabalho de campo.

Através de levantamento de dados secundários, pesquisas bibliográficas e documentais, em órgãos como IBGE, INCRA, MDA, buscou-se discutir as Políticas Públicas e a Reforma Agrária no Brasil, Amazônia e Roraima.

Por meio de dados fornecidos por Instituições públicas, coletados através de pesquisas in loco, entrevistas semiestruturadas e bibliográficas, foram identificados os programas e projetos da reforma agrária voltados para os assentamentos rurais em Roraima, particularmente no Assentamento Quitauaú. O que possibilitou a contextualização do processo de criação do Assentamento Quitauaú, em Roraima e particularmente do município do Cantá.

Entrevistas e questionários mistos foram empregados para conhecer as características socioeconômicas dos assentados no Assentamento Quitauaú e a relação que desenvolvem com projetos e programas institucionais, bem como com os diferentes entes que atuam no PAQ, além de pesquisas de campo.

Foram aplicados questionários em 29% dos setenta e oito lotes efetivamente ocupados na atualidade, o que corresponde a um total de 23 (vinte e três) lotes, representando uma amostragem intencional, conforme descrito por MINAYO ET AL. (1994), privilegiando assim os sujeitos sociais que detêm os atributos que se pretendia conhecer. Também, foram realizadas entrevistas formais, estruturadas e semiestruturadas, e entrevistas informais. Esta etapa seguiu um roteiro específico pré-fixado, por meio dos quais se pretendia verificar a aplicação das principais políticas públicas voltadas para agricultura familiar no PA Quitauaú e aspectos sociais, econômicos e ambientais do assentamento.

O conjunto de dados utilizados no desenvolvimento das informações ambientais (desmatamento) no PA Quitauaú consistiu nos produtos do PRODES, referentes a compilação de desmatamento até o ano de 2012 disponível no banco de dados georreferenciados do INPE, cenas do satélite Landsat 5/TM (1985, 1990, 1995, 2000 e 2006) e Landsat 8/OLI (2013) referentes à órbita/ponto 232/58 e documentos dos lotes do Projeto de Assentamento Quitauaú disponibilizado pelo INCRA essas informações subsidiaram a análise da taxa de desmatamento no perímetro do assentamento Quitauaú com destaque para o decréscimo da área desmatada a partir de 2008, quando se intensificaram as ações de controle ao desmatamento na Amazônia.

A estrutura da dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro se discute o conceito de políticas públicas identificando os programas e projetos da reforma agrária voltadas para os assentamentos rurais em Roraima, particularmente no Assentamento Quitauaú.

Em seguida contextualiza-se a gênese do Assentamento Quitauaú a partir do processo de criação do Assentamento Quitauaú, no contexto de Roraima e particularmente do

município do Cantá, conhecendo as características socioeconômicas dos assentados e a relação que desenvolvem com projetos e programas institucionais.

No terceiro capítulo busca-se contextualizar historicamente a Reforma Agrária na Amazônia e em Roraima desde os anos de 1940 até a atualidade, com ênfase na política de colonização e ocupação assim como as estratégias utilizadas pelo governo brasileiro de incentivar a migração para implantação de uma política agrícola em detrimento de uma política de reforma agrária.

Por último, analisa-se o assentamento Quitauaú nas suas particularidades sociais, econômicas e ambientais, enfatizando seu próprio histórico de criação, constituinte de espaço diferenciado que merece a atenção do poder público, afim de que a terra ocupada tenha um aproveitamento racional e adequado às condições de produção.

CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO RURAL

As políticas públicas objetivam solucionar conflitos sociais, econômicos, ambientais através de artifícios que estabeleçam a relação de poder para solucionar estes, cabendo ao Estado adaptar-se às exigências advindas das transformações sociais, conseqüentemente, as políticas públicas devem sempre visar a qualidade de vida da população em qualquer área da vida social: educação, saúde, segurança, reforma agrária, dentre outras.

De acordo com Teixeira (2002, p. 12):

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Ham e Hill (apud DAGNINO, 2002, p. 01) afirmam que a preocupação com as políticas públicas se acentuaram no começo da década de 1960, devido às dificuldades por que passavam os formuladores de política diante da complexidade cada vez maior dos problemas com que se deparavam, fato que os levou a construir alternativas e propostas para solução desses problemas.

Seguindo as aplicações do modelo de Lowi (1972), apresenta-se no quadro 01, os formatos que as políticas públicas podem assumir, diferenciando-as como: Políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e institucionais. Nas políticas distributivas, predominaria a alocação de novos recursos, facilmente divisíveis, o que tenderia a gerar estruturas clientelísticas ou de patronagem e acordos de soma positiva, e em geral efêmeros no tempo (Romano, 2011). As regulatórias se encaminham para o controle e a disciplina de certas atividades e que geram maior conflito, já que evidenciam a cada medida, ganhadores e perdedores, ao tempo que exigem a construção de alianças. (ibid, pag.142).

Por meio das políticas redistributivas se mudaria a distribuição de recursos preexistentes, exigindo alianças e lideranças mais estáveis, exemplo dessas políticas seriam as tributárias e o conjunto de políticas que fazem parte do programa de reforma agrária e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).E, por fim, as políticas institucionais que servem para a ordenação do sistema e teriam a ver com o exercício do direito dos cidadãos e com regras e organização da prática política e governamental (ibid, p. 143).

Quadro 01 - Tipos de políticas e seus atores principais

Tipos de políticas	Exemplos de políticas	Principais atores
Distributiva	Credito público subsidiado	Banco do Brasil, ministério da agricultura, associação de grandes e médios produtores e da agroindústria
Regulatória	Direitos compensatórios	Ministério da agricultura associação de grandes e médios produtores atingidos pela concorrência dos produtos importados e suas associações, parlamentares, secretários de agricultura
Institucional	Conselho Nacional de Política Agrícola	Ministério da agricultura, associação de grandes e médios produtores, parlamentares
Redistributiva	Reforma agrária	Campanha nacional pela reforma agrária, movimentos sociais, trabalhadores rurais e suas organizações e mediadores (MST, CONTAG, CPT) e ONGs, ministérios de política fundiária, elites agrárias e agroindustriais, e suas associações (SRB, OCB, CNA), coalizões e frentes (UDR, frente ampla) Ministério da agricultura, ministérios e secretarias macroeconômicas, representantes de capitais especulativos da terra, funcionários do INCRA, governadores, secretários de agricultura e parlamentares.

Fonte: Romano (2011) adaptado pelo autor (2014)

Já para Souza (2006), as políticas públicas permitem distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato faz. Envolve vários atores e níveis de decisão, e embora seja materializada através dos governos, não se restringe necessariamente a participantes formais. Neste sentido, a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. É, no entanto uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

A conceituação de Souza atende a especificidade da pesquisa realizada, considerando que a distinção entre o que o governo realiza e o que a sociedade necessita envolve níveis de disputa voltadas para resolução de conflitos que envolvem sujeitos antagônicos da sociedade.

De forma recente no Brasil, as políticas públicas são conceituadas de maneiras diferentes. Na década de 1960 o país passava por um período de ditadura, sendo o propósito do poder público o desenvolvimento econômico e militar, deixando as questões sociais para segundo plano, principalmente a educação e saúde.

No final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Cidadã, a visão do Estado quanto às necessidades sociais muda drasticamente, buscando uma forma de Estado planejado, a serviço da sociedade.

Conforme indica Souza (2006) as políticas públicas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, acionar o governo e também analisar essa ação, quando necessário, propondo mudanças no rumo ou curso dessas ações. Sendo as políticas públicas o

instrumento para os governos democráticos concretizarem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

A análise das políticas pública é essencial para o entendimento da relação dinâmica entre a sociedade e o Estado frente as necessidades e as conquistas dos grupos que buscam e disponibilizam essas políticas.

Logo, a contribuição mais importante pode vir da própria ciência política, particularmente dos estudos sobre distribuição de poder e do processo decisório. O debate principal acerca das relações entre Estado, sociedade, burocracia e distribuição do poder entre os grupos sociais desenvolve-se entre pluralistas como Lindblom (1981), elitistas como Mills (1951), e marxistas-estruturalistas como Poulantzas (2000) e Offe (1989).

Para a teoria pluralista, o poder distribui-se entre diferentes grupos na sociedade que, através da pressão exercida em prol de seus interesses particulares, desempenham um papel importante no processo decisório, nela as restrições que colocam sobre o Estado um grande espectro de grupos de pressão dotados de poder diferenciado nas diversas áreas onde se conformam as políticas públicas, sendo estas um resultado das preferências destes grupos.

A capacidade de cada grupo de influenciar as decisões é diferente, mas para os pluralistas nenhum grupo é totalmente despojado de poder. As fontes de poder são variadas – conhecimento, dinheiro, acesso a informações – e nenhuma delas é, a priori, mais importante que a outra. Essa perspectiva pode ficar mais clara através da síntese feita por Ham e Hill (1993, p. 30) sobre o pluralismo:

A teoria pluralista [...] afirma que o poder nas sociedades industrializadas ocidentais é amplamente distribuído entre os grupos. Nenhum grupo encontra-se sem poder para influenciar o processo de tomada de decisões e, igualmente, nenhum grupo é dominante. Qualquer grupo pode assegurar que suas preferências políticas e desejos sejam adotados se ele for suficientemente forte.

Segundo a perspectiva das elites, como formulada, por exemplo, por Mills (1951), o poder estaria concentrado em um pequeno grupo de indivíduos, uma elite que efetivamente governaria a sociedade. As elites conquistariam tal status pela posse de determinados recursos: cargos, conhecimento, dinheiro ou outros trunfos. A diferença para a teoria pluralista é que nesta todos os grupos sociais teriam poder de pressão, enquanto que para a teoria elitista, a distribuição do poder é menos equilibrada já que uma elite formada por ocupantes de posições-chave – no próprio governo, no setor financeiro, industrial ou militar – monopoliza o poder e usufrui das suas vantagens.

O enfoque marxista-estruturalista questiona a existência de grupos de interesses equitativos, ou seja, os grupos têm a mesma capacidade de se manifestar e de exercer o poder. Esse enfoque destaca a desigualdade entre os grupos, a existência de forças econômicas e de grupos poderosos (não só economicamente) capazes de desequilibrar, em favor próprio, o processo de tomada de decisões.

O Estado capitalista, ainda segundo a teoria marxista, visa a garantir as condições de produção e reprodução do processo de acumulação. Segundo Offe (1984), o Estado não está a serviço nem é instrumento de uma classe específica, mas defende os interesses da sociedade capitalista de classes através de estratégias que visam a criar condições para inserir os indivíduos nas relações de troca características do capitalismo. Isso não significa, contudo, a defesa da perspectiva que apresenta o Estado como sendo neutro e atuando como representante dos interesses do conjunto da sociedade.

Para Teixeira (2002, p. 13):

A visão liberal opõe-se à universalidade dos benefícios de uma política social. Para ela, as desigualdades sociais são resultado de decisões individuais, cabendo à política social um papel residual no ajuste de seus efeitos.

Na visão socialdemocrata, concebem-se os benefícios sociais como proteção aos mais fracos, como compensação aos desajustes da supremacia do capital, o que, ao mesmo tempo, garante sua reprodução e legitimação [...] essa concepção foi traduzida no sistema do chamado Estado de Bem-Estar Social [...].

O Estado, ao mesmo tempo em que se constitui em um campo de poder atravessado por relações de forças, possui também uma materialidade própria traduzida em aparelhos de Estado. O próprio corpo burocrático, que funciona como mediador, é atravessado pelas relações de poder, refletindo as contradições de classe que permeiam a sociedade capitalista (POULANTZAS, 2000). Ademais, a burocracia do Estado tem seus próprios interesses relacionados com a manutenção e a preservação do Estado assegurando, assim, a sua própria continuidade. É nesse marco que as ações do Estado, traduzidas em políticas, são tomadas.

Ocorre uma convergência em torno do conceito de política pública proposto por Jobert e Muller (1987 apud ARRETCHE, 2003), como sendo a ciência que estuda o “Estado em ação”. Neste enfoque é apontado como o campo de estudos sobre “os caminhos da ação estatal”, ou seja, “o modo de operar do Estado, que se traduz no ato de ‘fazer’ políticas públicas” (VIANA, 1998). Ou, ainda, como indicam Ham e Hill (1993), com base em formulação de Dye (1976 apud HAM; HILL, 1993), fazer “análise de políticas é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz”.

Dye (1976 apud HAM; HILL, 1993) indica que busca a descrição e a explicação das causas e consequências da ação do governo. Numa primeira leitura, essa definição parece descrever o objeto da ciência política. Explicando-se a ação governamental, os cientistas políticos têm-se concentrado nas instituições e nas estruturas de governo. Os autores ressaltam que “recentemente a política pública tornou-se um objeto importante para os cientistas políticos. O que distingue a análise de políticas do que se produz em ciência política é a preocupação com o que o governo faz”. (HAM; HILL, 1993, p. 4-5)

Desta forma se nota que é forte a presença do Governo nas principais tipologias de políticas públicas. Souza (2006) ainda comenta sobre a força do estado em todo o processo que envolve a política pública, controlando e direcionando os recursos e também fazendo a prestação das contas públicas.

A produção de políticas públicas tem início através da identificação de um problema e a construção de uma agenda; a decisão não representa o ponto de partida; a construção da agenda representa um conjunto de problemas percebidos capazes de estimular um debate público e a intervenção de autoridades legítimas (LEITE 2004).

Segundo Fernandes (2007) duas dimensões caracterizam as políticas públicas, sendo que uma delas é a atividade técnico-administrativa, mais voltada para a parte prática. Outra é a atividade política, mais ligada à de tomada de decisões. O governo exerce papel central na execução de políticas públicas.

Para Rodriguez e Ardid (1996) as políticas públicas envolvem questões de valores e de recursos disponíveis. Por isso, desenvolver uma ou outra política depende do que se considera que é desejado socialmente. Portanto, são os critérios seguidos no momento de se estabelecer as prioridades dos recursos disponíveis que direcionam a distribuição e transferência de renda de um agente social para outro.

As intervenções nas relações sociais condicionadas por interesses ou expectativas sociais são uma forma de política pública, mas não basta dizer, que a simples complexidade da vida social ou do sistema econômico torna inevitável a intervenção do Estado. A complexidade deve ser reconhecida como problema antes de se tornar objeto de intervenção ou de regulamentação, ou seja, objeto de decisão política. (SECCHI,2010).

Segundo Secchi (2012, p. 1-2):

(...)as Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico das decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” e complementa “política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.

A abordagem estadista da política pública argumenta que a política pública somente assim será identificada se emanada de atores estatais. A abordagem multicêntrica considera que organizações privadas, não governamentais e organismos multilaterais, estabeleçam redes de políticas públicas juntamente com atores estatais, que são os protagonistas das políticas públicas. A elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais da existência do Estado Moderno (SECCHI, 2012).

Neste sentido, a análise das políticas públicas acaba por englobar uma série de atividades, todas elas envolvidas de uma maneira ou de outra, com a ação governamental. Essa ação governamental caracteriza a política de reforma agrária como política social, considerando o atendimento de anseios de um segmento expressivo da sociedade.

Políticas públicas são ações e decisões tomadas pelo poder público, voltados a atender demandas que apresentam problemas sociais graves, podendo ser na área da segurança, educação, reforma agrária, esportes, saúde, entre outros. Para isso, são apresentados programas e projetos específicos para atender demandas que necessitam ser melhoradas, como o combate à pobreza, melhorias da educação, melhorias das condições de saúde, programas de habitação, ambientais ou atendimento a Reforma agrária.

A sociedade deve ser princípio da formulação de políticas públicas. A sua elaboração parte de uma problemática existente, criada a partir da participação das organizações não-governamentais da sociedade civil organizada, do próprio estado e da população em geral, a qual é planejada estratégias de execução, destinação de recursos públicos e o acompanhamento das respectivas soluções e resultados.

Souza (2006) apresenta um conceito de política públicas partindo dos princípios de organização do Estado democrático, fator preponderante e fundamental para a consolidação da mesma.

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Se admitirmos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas [...] após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos e base de dados ou sistemas de informação e pesquisa. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006. p.7).

Höfling (2001) também apresenta interpretação sobre políticas públicas, colocando o Estado como interlocutor direto das ações e desenvolvimento de políticas. Segundo o autor, as políticas públicas são entendidas como 'Estado em ação'.

[...] É o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. As políticas públicas são aqui compreendidas como as responsabilidades do Estado. Quanto à implementação e manutenção, é a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. (HÖFLING, 2001. p. 36).

A compreensão e políticas públicas de Reforma agrária pode ser entendida como um conjunto de programas e projetos desenvolvidos pelo Estado, aplicados na aquisição da área, documentação, crédito de instalação e de custeio, assistência técnica, educação, saúde, transporte entre outros.

Nesse sentido, a definição dos programas e projetos para Reforma Agrária está relacionada principalmente as ações do Estado, ou seja, tem relação com a responsabilidade do Estado e Governo, enquanto mediadores de projetos e programas e aplicação de recursos públicos na área de interesse social. Esses recursos públicos, em geral com equilíbrio no orçamento entre receita e despesa (SOUZA, 2006, p. 12).

Segundo Fernandes (2003) foram várias as políticas elaboradas para atender a Reforma Agrária nas últimas décadas, o que representou um avanço, ainda que pequeno no campo social, como a desapropriação de áreas de terras, criação de assentamentos, política de assistência técnica, política de educação para os assentados, recuperação dos assentamentos implantados, acompanhado das políticas básicas de crédito, infraestrutura, educação, capacitação técnica e comercialização. O cumprimento de alguns desses programas sempre dependeu da mobilização dos movimentos sociais, mesmo assim ficando aquém dos resultados de sucesso.

Sob o ponto de Fernandes (2003), todos os governos, conceberam a Reforma Agrária como política compensatória, ou seja:

A maior parte dos assentamentos foi implantada atendendo às pressões dos movimentos camponeses. Essa realidade provocou uma distribuição espacial generalizada de assentamentos em todas as regiões do país, com assentamentos cercados de latifúndios por todos os lados. Esse desarranjo é uma das muitas evidências da não existência de uma política de Reforma Agrária. Pois o que determinou a implantação desses assentamentos foram lutas populares e conjunturas políticas e não o projeto estruturado pelo Estado (FERNANDES, 2003, p.12).

Deste modo, se entende as políticas públicas voltadas para a Reforma Agrária como a soma de ações voltadas para atender os camponeses, neste caso, dos assentamentos. Os mecanismos de políticas públicas são os programas, projetos e investimentos do Estado nas desapropriações, indenizações, colocação do agricultor, infraestrutura, assistência técnica,

educação, crédito agrícola, comercialização e projetos técnicos, ou seja, condições necessárias que garantam condições mínimas que assegurem qualidade de vida para os assentados.

1.1- A QUESTÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: POLÍTICA DE POVOAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A questão agrária e o modelo agrário exportador ocorreram de diversas maneiras e em diferentes regiões do país, mas orientando os rumos do desenvolvimento do Brasil. A partir de meados da década de 1940 e início dos anos cinquenta, com a substituição da importação de produtos manufaturados, pela industrialização, transfere recursos da agricultura para outras áreas da economia (ALBUQUERQUE, 2004).

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, no período de 1930 a 1945, as colônias agrícolas começam a ser implantadas sob a orientação política e ideológica daquele governo, e são considerados importantes instrumentos para aumentar o povoamento da região amazônica por não-índios, interferindo diretamente nas disputas existentes entre trabalhadores sem-terra e os latifundiários das regiões nordeste, sudeste e sul do país.

Vargas incentivava o desenvolvimento do setor industrial e estimulava a diversificação da produção agrícola através do incremento do processo de ocupação das zonas de fronteira agrícola do centro do país, por meio da chamada “Marcha para Oeste”.

O movimento “Marcha para o Oeste” provocou um novo momento da história da colonização oficial, integrada a diferentes discursos governamentais e atendendo aos objetivos de ocupar as regiões tidas como “frente pioneira”, permitindo o estabelecimento de novas relações sociais e econômicas.

A colonização é toda e qualquer atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra, por meio da divisão em lotes ou parcelas, visando o aproveitamento econômico, através da implantação de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais (BECKER 1990).

Essas colônias contavam com o fornecimento de infraestrutura viária, loteamento de terras devolutas que variavam de 20 a 50 hectares, doadas a pessoas pobres que receberiam instrumentos, casas, uma sede planejada, um prédio escolar e um da cooperativa, e incentivo financeiro. Contavam ainda com uma área de aproximadamente 25% da colônia destinada à preservação florestal (SWAIN, 1988).

Desse modo, o Estado comandado pelo presidente Vargas adota e implementa uma política agrícola e não uma política de reforma agrária, consolidando os latifúndios improdutivos mesmo nas regiões de pretensa colonização, deslocando tão somente um contingente de trabalhadores sem-terra para as regiões menos povoadas do Brasil.

Esses sujeitos e seus desejos de adquirir a terra própria apresentavam-se como um empecilho à expansão do capitalismo no meio agrário brasileiro consolidado. Fato este que, segundo Oliveira (2007), também é histórico no Brasil:

(...) a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira. Desta forma, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no interior da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo (OLIVEIRA, 2007 p.42).

A primeira experiência que visou criar um novo modelo de colonização agrícola para ser implantada em todo o território nacional foi realizada no estado do Piauí. Assim, foi sancionado o Decreto sob Terras Públicas, de 1932 que, no artigo 6º, designou o loteamento de terras públicas do Estado para assentamento de sem-terra, sob o artifício de arrendamento e medíocre pagamento pelo usufruto da terra, além da desapropriação de terras da União para utilidade pública iniciada a partir de 1933. (SWAIN, 1988).

Em 1941, no estado do Goiás, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, primeira, de uma série de oito, a ser construída com a implantação infra estrutural viária e o loteamento de terras devolutas que variavam de 26 a 36 hectares, doadas a pessoas pobres que receberiam ferramentas, sementes, casa de alvenaria, assistência médica e uma sede planejada por nome Ceres. (SWAIN, 1988).

Essas experiências exitosas foram replicadas para os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Paraná, Território de Ponta Porã (atual Mato Grosso), Piauí e Minas Gerais. O Estado do Paraná também passou pelo mesmo processo, haja vista que o Governo Federal assumiu o papel de gerenciador da colonização agrícola e estimulador da migração através da abertura de estradas, vilarejos e cidades, além da intensificação de concessões, gratuidade e venda de terras a preços irrisórios (SWAIN, 1988).

Fundamentado na estrutura latifundiária e de *plantation* vigente no país, esse plano ocorrerá ao longo de o todo século, tendo por base um produto comercializável no mercado externo, que efetivou o povoamento de todo o estado e a partir da década de 1970, esse

povoamento entrou em franca decadência em função da migração para outras áreas de colonização agrícola e para os centros urbanos.

A fuga da crescente pobreza no campo, da falta de condições de competitividade com as empresas agrícolas, da falta de créditos e de terras para serem adquiridas, contribuíram para que o ex-território de Rondônia assumisse o papel atrativo à migração espontânea e dirigida procedentes do Paraná.

Deste modo a política de colonização agrícola de Vargas para a Amazônia objetivou: incentivar a mobilidade da fronteira econômica e incorporar amplos “espaços vazios” do País ao processo produtivo, ocupando os sertões; e povoar racionalmente o País, por meio de uma boa rede viária, assumindo a ideologia da fronteira ou do bandeirantismo, de suma importância na tática governamental (AUBERTIN, 1988).

A 10 de outubro de 1940, em pronunciamento no que foi chamado de “Discurso do Rio Amazonas” em Manaus, Vargas divulga sua intenção de enquadrar a região ao “movimento de reconstrução nacional”, viabilizado pelo Instituto Agrônomo em Belém. O Instituto criaria grandes colônias agrícolas nos Estados do Amazonas e Pará, além de consolidar o Programa de Fomento à Pesca e utilizar postos indígenas como estratégia de estabelecimento e proteção fronteiriça (SALATI 1983).

Nesse momento, a região Norte fazia parte de um projeto estatal definido de colonização agrícola, amplamente divulgado nos meios de comunicação de massa, criando um imaginário coletivo junto à população pobre do País, que tinha a oportunidade de concretizar o sonho da terra própria e ascender socialmente, em decorrência do trabalho árduo em suas terras (OLIVEIRA, 2008).

Portanto, a migração espontânea foi estimulada por essa migração dirigida, produto dessa política, para essas regiões. Portanto, os objetivos de povoá-las, integrá-las ao processo produtivo e expandir a fronteira agrícola foram atingidos parcialmente, tendo em vista a garantia da expansão e consolidação da produção agrícola nos moldes capitalistas nas áreas de colonização decorrentes da desocupação de grandes parcelas de terras pertencentes aos assentados e o não apossamento de terras devolutas pelos sem-terra provocando, conseqüentemente, a redução de conflitos por terras nessas áreas.

Além disso, garantiu a inserção de empresas agropecuárias nas regiões Centro-Oeste e Amazônica, uma vez que gerou mão-de-obra suficiente e barata para seu implemento, uma vez que se impôs e legitimou o interesse da classe dominante, inclusive nessas regiões. De acordo com Salati (1983, p. 48), o campo, nesse momento, tinha um papel secundário no

projeto de desenvolvimento industrial do País por ser apenas o fomentador de matéria-prima para a indústria, portanto, visto com certo desprezo pela sociedade urbana.

Procurava-se, a partir de então, desmistificar o papel social irrelevante do assentado e a ideia de que a única potencialidade do país seria a agropecuária, pois o projeto varguista intuía o desenvolvimento autossustentável, ou seja, o desatrelamento do capital internacional em prol de uma economia tipicamente nacional. Foi nessa conjuntura que a ruralidade brasileira assumiu um papel relevante, porém dependente do Estado.

Com a continuação do processo de industrialização brasileira a sociedade passou a entender e ver o campo e seu homem como uma questão e, por conseguinte, o problema fundiário das regiões Nordeste, Sudeste e Sul passou a ser amplamente debatido no seio da sociedade urbana (OLIVEIRA, 2008).

Para saná-lo, o governo continuou a incentivar o deslocamento populacional para a região Amazônica e ocupá-la através da agricultura, pois fundamentou o discurso mitificado de “espaço vazio que nega a existência das comunidades indígenas e caboclas tradicionais” (BECKER, 1997, p. 12).

Para reafirmar o papel de ferrolho geoestratégico fronteiro da região Amazônica, deflagrado desde o século XVIII, colocou sob tutela da União, através da criação de Territórios Federais, em 1943, os municípios do Amapá, Rio Branco (que passou a se chamar Roraima em 1962) e Guaporé (atual Rondônia). Fato este, que não só garantia a subordinação administrativa dessas regiões fronteiriças ao Governo Federal, mas também a utilização de recursos da União para consolidação das fronteiras humanas (TOURNEAU, 2003).

Mecanismos infra estruturais e econômicos foram estabelecidos com a criação desses territórios servindo para estimular a migração tanto dirigida quanto espontânea, voltada ao povoamento da região, bem como a viabilização do projeto que pretendia dar continuidade à colonização e à integração nacional da região, via formação de núcleos agrícolas ao longo das rodovias que iam sendo abertas, como destacou Becker (1990, p. 30): “Os posseiros continuam chegando em levas à fronteira, apossando-se de pequenas áreas ao longo das rodovias federais e estaduais e das estradas abertas por serrarias e empresas”.

Logo até a década de 1950 a ocupação e produção agropecuária da Região Amazônica caracterizou-se por uma inexpressiva atividade pecuária praticada nos campos, pastagens naturais e várzeas. Tal atividade se distribuiu, sobretudo, nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso, Amapá e Roraima e a dimensão territorial da Amazônia, concomitante à baixíssima densidade populacional, despertava interesse internacional e delineava a necessidade política de se estabelecer uma definitiva e reconhecida soberania nacional sobre

esse território, mobilizando o Governo Federal a providenciar infraestrutura para melhorar ou viabilizar o acesso e incentivar a migração e a colonização.

“O intenso processo de ocupação pelo qual passou a Amazônia, “a colonização dirigida”, apareceu como uma das formas significativas, justamente em função do governo federal ter reafirmado e chamado para si a responsabilidade e a incumbência de povoá-la através do estímulo à agricultura e à criação de agrovilas” (Becker, 1990, p. 33).

Com a saída de Vargas do cenário político, em 1954, esta política de colonização se retrai, vindo a ser retomada a partir da instauração da Ditadura Militar (1964 – 1985), uma vez que projetos de colonização e incentivos fiscais foram as bases que nortearam o modelo político e econômico implantado pelos militares para o povoamento e desenvolvimento da Amazônia

No período de 1964 a 1985, com a instauração da Ditadura Militar, houve uma intensa migração de pessoas para os grandes centros urbanos ocasionados pela modernização do latifúndio. A consequência desse modelo concentrador de renda agravou ainda mais a disparidade econômica e de qualidade de vida entre a população urbana e rural, principais características da questão agrária brasileira a partir de então (ALBUQUERQUE *et al*, 2004).

Assim, os governos militares mantiveram a alternativa utilizada por Vargas para sanar esses conflitos ao lançar, na região Amazônica, uma colonização agrícola em grande escala e sob o julgo do Estatuto da Terra, Lei nº. 4.504, de 30 de outubro de 1964, viabilizou a implantação de inúmeros projetos de colonização agrícola, tendo como destaque, inicialmente, na Amazônia Ocidental os projetos ao longo da Transamazônica e, particularmente, o Projeto Integrado de Colonização.

A expansão dessa fronteira agrícola ocorreu de forma espontânea estimulada pela política de colonização dirigida, concretizada pelo Programa de Integração Nacional (PIN), responsável pela construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, nas quais 10 km de cada lado eram destinados à colonização e reforma agrária e a criação de agrovilas, além da criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970 para promover, executar, coordenar e controlar a colonização (BECKER; MIRANDA; MACHADO, 1990).

1.2- RORAIMA E O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

O Estado de Roraima está localizado na porção setentrional da Amazônia brasileira limitando-se com a República Bolivariana da Venezuela ao norte e com a República Cooperativista da Guiana a leste, o estado do Amazonas e República Bolivariana da Venezuela fazem fronteira no lado oeste, e ao sul o estado do Pará e do Amazonas (BARROS, 1995).

Ocupando 6,72% da Amazônia legal, a área do estado de Roraima é de 224.131,13 km², dividido em 15 municípios. Sua população concentra-se nas áreas urbana, especialmente na capital, onde se encontram cerca de 60% do total de habitantes do Estado, aproximadamente 43% da área total são ocupados por terras indígenas, com populações de várias etnias (WEHRMANN, 1999: SOUZA,2001).

Deste modo a ocupação do baixo e do alto rio Branco foi reflexo do processo de colonização da Amazônia, que se deu a partir do século XVIII com o estabelecimento das fazendas reais de criação de gado, como esforço do império português para garantir a posse deste território mais pela presença da atividade pecuária do que propriamente do mercado bovino. Esse mercado só irá despertar interesse comercial já no início do século XX estabelecendo uma certa importância de Roraima na produção de alimentos. (BARROS, 1995).

No início da década de 1940, amparado ao projeto varguista de integrar a Amazônia ao “movimento de reconstrução nacional”, o então município amazonense do Rio Branco, foi elevado à categoria de Território Federal em 1943, passando a se chamar Roraima, em 1962, em função da capital do Acre também se chamar Rio Branco.

Deste modo, com a criação do Território começam a surgir as primeiras tentativas de criação de colônias agrícolas com a finalidade de estabelecer um cinturão de abastecimento no entorno de Boa Vista, que passa a ter uma maior importância uma vez que a antiga vila, agora conta com novos sujeitos, militares e servidores públicos, além dos pioneiros da pecuária e da mineração. (BARROS, 1995).

A primeira colônia agrícola criada em Roraima, considerada um marco do povoamento da área de floresta equatorial, foi a Colônia Fernando Costa (atual Mucajaí) em 1944, situada às margens do que hoje é a BR 174, (BARROS, 1995). Entretanto, no primeiro momento essa colônia não se consolida, pois quando os assentados perceberam que não haveria a infraestrutura e os recursos financeiros necessários para fixação, deslocaram-se para Boa Vista. Somente em 1951, com a abertura da estrada principal (atual BR – 174), estradas-

vicinais, fornecimentos de insumos, equipamentos agrícolas e incentivos financeiros, fizeram com que os assentados permanecessem na colônia. ((BARROS, 1995).

A partir do modelo de sucesso da implantação da colônia agrícola de Mucajaí, foram criadas, ainda na década de 1950, as colônias Coronel Mota em 1953 (atual Taiano) e Braz de Aguiar em 1957 (atual Cantá), originando assim, novos núcleos populacionais no Território. Essas colônias agrícolas foram criadas seguindo o modelo tradicional para colônias agrícolas conhecido por “espinha de peixe” (BARBOSA, 1993).

No final da década de 1950 até a instauração do Regime Militar, em 1964, pelo que se sabe, não há registros de criação de novas colônias agrícolas no Território de Roraima. Fato este que acompanhou as circunstâncias nacionais, pois nesse período a política de colonização agrícola, aparentemente, perdeu espaço para os grandes projetos do governo federal de industrialização e de urbanização viabilizados pela integração da agricultura com a indústria.

Durante os governos militares (1964 – 1985), foi lançada na região, uma colonização agrícola em grande escala, através da instalação de algumas centenas de famílias e o estabelecimento de relações clientelistas entre o governo e os assentados, fruto da grande distribuição de lotes (TOURNEAU, 2003).

Para reafirmar seu papel geopolítico, o Território de Roraima foi designado como uma das áreas do POLAMAZÔNIA nos anos de 1973. O Polo Roraima foi uma área selecionada, abrangendo um total de 122.550 km, ou 53,2% da superfície do Território, e os seus objetivos iniciais foram de apoio à implantação da BR-174; desenvolvimento da pecuária; pesquisa de recursos minerais e a expansão do comércio com a República Cooperativista da Guiana (BARBOSA, 1993, p. 169).

Essa medida foi adotada no intuito de continuar a estimular os sem-terra a migrar para o Território de Roraima, uma vez que os governos militares continuaram a implantar assentamentos rurais na região Amazônica, mais especificamente em Roraima.

Com a implantação do POLORORAIMA intensificou-se a criação de assentamentos rurais, isto porque o programa previa a instalação de pequenos agricultores nas zonas florestais, tal qual ocorreu em Rondônia e ao longo da Transamazônica. Processo este iniciado pelo governo do Território e, a partir de 1982, revezado com o INCRA (TOURNEAU, 2003).

Diante dessa situação destaca-se o papel dos militares para a reestruturação espacial de Roraima, através de intervenção política direta, com a vinda de governantes em sua quase totalidade membros das forças armadas do alto escalão da Aeronáutica, e também de fortes incentivos, até mesmo nas décadas recentes através de alguns projetos como o Calha Norte que foi, segundo a autora, incorporado e assumido pela população local como mecanismo

importantes de angariar recursos para a ampliação e manutenção de certas infraestruturas locais. SILVA (2007).

Deste modo, a transamazônica, a perimetral norte, a BR 319 e a BR 174 trouxeram para Manaus o Comando Militar da Amazônia, a 12ª Região Militar e o 2º Grupamento de Engenharia de Construção, com a seguinte organização: um quartel general em Manaus e uma companhia de comando e serviços em Manaus e o 6º batalhões de engenharia e construção; o 1 em São Gabriel da Cachoeira(AM), o 5º em Porto Velho (RO), o 6º em Boa Vista(RR), o 7º em Cruzeiro do Sul(AC) o 8º em Santarém(PA) e o 9º em Cuiabá(MT), a esta ideologia se implantam ainda os projetos de assentamento rurais para a ocupação agrícola e pecuária, como parte da política de colonização oficial (MOURÃO, 2003).

Portanto, o que caracteriza o processo de ocupação de Roraima é a intenção geopolítica do governo central em povoar suas fronteiras valorizando-as e protegendo-as através de um sistema de estradas que em toda Amazônia foi projetado com uma ideologia de poder e missão, e na esteira das grandes obras de infraestrutura se seguiu a ocupação das terras que margeiam as estradas principalmente com projetos de assentamentos rurais.

O fluxo migratório para Roraima se intensifica nas décadas de 1970 e 1980, com término da abertura dos trechos Boa Vista - Manaus da BR-174 em 1976 e duas décadas após o trecho Boa Vista - Venezuela (1998), assim como a inconclusa Perimetral Norte (1983). Essas rodovias permitiram que grandes áreas fossem exploradas em diversos projetos de colonização construídos ao longo do seu trajeto. Prova disto é que, em 1960, havia pouco mais de 28.000 habitantes em Roraima; em 1970, 40.885 e, em 1980, 75.159 habitantes (DINIZ; SANTOS, 2005).

No final da década de 1970, o então governador indicado do Território, Brigadeiro Otomar de Souza Pinto (1979 – 1983), passou a desenvolver uma prática de cunho eleitoreiro e clientelista, muito comum durante o Regime Militar, de estímulo à migração de nordestinos, principalmente de maranhenses para povoar Roraima (TOURNEAU, 2003).

Essa estratégia foi adotada e mantida por atingir resultados positivos, pois garantiria a consolidação da política de integração e de desenvolvimento, deflagrada pelo Governo Federal, pautada no estímulo à ocupação humana da fronteira norte do País através da implantação de assentamentos rurais, mas agora, sob a iniciativa do governo local. Portanto, os assentamentos pressupunham a promoção da função social da terra e a formação de um capital social, em Roraima, no entanto, a predominância da política de caráter clientelista se apresentou como um obstáculo à constituição de ambos os aspectos.

Oliveira (2008 p. 42) aponta que a dependência dos assentados em relação às ações paliativas utilizadas pelo governo federal, principalmente pelo governo local, para amenizar os problemas na zona rural roraimense, garantiu ao então governador, Otomar de Souza Pinto, e membros de sua família uma sólida carreira política em Roraima a partir da criação do Estado em 1988, efetivada pela sua posse como primeiro governador eleito em 1991, e a continuidade dessa política de estímulo à migração contribuiu para expansão das áreas de colonização agrícola e o surgimento de novas áreas, agora de forma espontânea, ou seja, sem infraestrutura, sem incentivo financeiro, sem apoio técnico, no decorrer de toda a década de 1990.

Mesmo assim, segundo a autora, os sem-terra que vem para Roraima, pois sabem e acreditam que, tão logo o INCRA tome conhecimento dessa nova área de colonização espontânea, fornecerá todos os “benefícios” destinados à implantação do Projeto de Assentamento, de certa forma, rapidamente, fruto da influência do governo local, de políticos e de outros sujeitos sociais ligados diretamente às questões no campo roraimense, uma vez que:

“Os assentamentos estão apoiados por uma política de crédito própria, através do INCRA, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção da moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências” (OLIVEIRA apud ALBUQUERQUE; COELHO; VASCONCELOS, 2004, p. 82).

Fica claro que esse migrante, é parte de uma estratégia que com o passar do tempo, caracteriza e reforça as relações clientelistas comumente utilizadas, principalmente pelo governo local a partir da década de 1990, para estimular a migração espontânea e ocupar a zona rural roraimense através da implantação de assentamentos rurais, dessa forma, cria-se nesses migrantes uma expectativa de que ao migrar para Roraima não enfrentariam dificuldades materiais para se estabelecer, comum no seu estado natal, onde se quer havia terra quanto mais condições materiais. E, ao contrário, em Roraima já encontrariam todas as condições mínimas para não só obter a terra própria, bem como fixar-se, subsistir da produção agrícola e crescer sócio e economicamente em sua parcela rural. (OLIVEIRA 2008).

Portanto, se evidencia que os sem-terra, principalmente das áreas de colonização consolidada, perceberam que esses assentamentos rurais criados em Roraima não são fruto de uma proposta de Reforma Agrária, mas uma política agrária adotada pelo Estado brasileiro para viabilizar a colonização agrícola na região.

As transformações estruturais desencadeadas pelo avanço da fronteira agrícola, por um lado, marcadas pelo avanço do latifúndio em detrimento do minifúndio,

expulsam agentes pioneiros. Esses indivíduos são forçados a migrar para os incipientes centros urbanos, agravando os seus problemas infra estruturais, ou buscar, em outras áreas virgens, lugar onde estabelecer seu modo de vida. Ambos os caminhos redundam em sérios impactos ambientais (DINIZ; SANTOS, 2005, P. 39).

Deste modo, as condições de vida dos sem-terra no estado são agravadas, uma vez que o trabalho nas fazendas de agropecuaristas é sazonal. Nas cidades, não há frente de emprego decorrente da inexistência de indústrias e o comércio local não consegue absorver um contingente significativo de mão-de-obra, ainda mais mão-de-obra desqualificada e sem instrução formal (OLIVEIRA, 2008).

1.3- ASSENTAMENTOS RURAIS DE RORAIMA: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS

A criação de assentamentos rurais implica na demanda de políticas públicas relacionadas a reforma agrária e estas são implementadas na mesma proporção da demanda dos cidadãos assentados ou suas representações para fortalecimento desse novo território.

O termo assentamento rural surgiu no vocabulário jurídico e sociológico na década de 1960, no contexto da reforma agrária venezuelana e difundiu-se para os demais países a partir de então. De forma genérica, assentamentos rurais dizem respeito à criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais para o reordenamento do uso da terra, em benefício dos sem-terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 73).

Os projetos de assentamento da Reforma Agrária criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA, descritos no quadro 02, são denominados Projetos de Assentamento (PAs), já os ambientalmente diferenciados são denominados Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projetos de Assentamento Florestal (PAF).

Quadro 02 – modalidades de projetos criados pelo INCRA

Modalidades de projetos de criados pelo INCRA na atualidade		
Modalidade	Sigla	Características
Projeto de Assentamento Federal	PA	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União:Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União
		Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;Aporte de recursos de crédito

Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união;Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas,etc.)Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;Aporte de recursos de crédito; Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal;Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União;
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte. A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal. Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso.O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicarão áreas próprias para implantação dos PAF's.
Projeto de Assentamento Casulo	PCA	Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União;A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União;Aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal;Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal;Diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas;Titulação de responsabilidade do município.

Fonte: INCRA(2014) adaptado pelo autor (2014)

Além das modalidades citadas no Quadro 02, o INCRA já criou e tem cadastrado em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) os Projetos de Colonização (PC), os Projetos Integrados de Colonização (PIC), os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Colonização Particular (PAP), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e Projetos de Assentamento Conjunto (PAC). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso. Eram previstas ainda outras modalidades que, no entanto, nunca foram criadas. (INCRA,2014)

Para (BUTH E KRÜGER, p. 152, 2006) o local, a territorialidade e a espacialidade ganham importância no desenvolvimento da luta pela terra. O acesso à terra indica uma reterritorialização, materializando a recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural. O lugar incorpora o novo, especialmente no que diz respeito às técnicas, modificando as práticas sociais. Assim, os assentados constroem um novo território a partir da mudança das relações estabelecidas neste espaço.

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144)

Ao discorrer sobre o assunto Raffestin (1993) defini poder como uma combinação de energia e informação, onde energia pode se transformar em informação, isto é, em saber, e a informação pode permitir que se libere energia, portanto poder está relacionado com trabalho, capacidade de transformar a natureza e as relações sociais. Desta maneira conclui-se que: “poder se enraíza no trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p.56).

Desta maneira, o território seria as relações de poder que se dá em um determinado espaço, as quais ocorrem em redes, em uma troca constante de energia e informação, isto é, por meio do trabalho, trabalho relacionado a qualquer energia empregado com um determinado conhecimento, em todos os níveis de relações (RAFFESTIN, 1993).

Para Santos (1994), o lugar abarca uma permanente mudança, decorrente da própria lógica da sociedade e das inovações técnicas que estão sempre transformando o espaço geográfico.

A compreensão do lugar no movimento das contradições exige entendê-lo pautado nos seus pares dialéticos: o interno e o externo; o novo e o velho; o local e o global. O interno abarca as variáveis que estão presentes no lugar, “aquilo que aparece como local”, e o externo constitui-se o que está fora do lugar e se apresenta como uma escala de ação maior. Contudo, os lugares têm variáveis internas e externas, sendo que o externo ao se inserir no lugar se internaliza.

De acordo com o referido autor, a concepção de lugar está intimamente relacionada à própria definição de espaço:

Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (SANTOS, 1994, p. 97)

No entendimento de Santos (2008, p. 101) “Os espaços comandados pelo meio técnico científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer. O espaço global é oriundo de todos os objetos e fluxos.” Desta maneira:

[...] o espaço global seria formado de redes desiguais que, emaranhadas em diferentes escalas e níveis, se sobrepõem e são prolongadas por outras. [...] o todo constituiria o

espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações – numa palavra, o espaço geográfico. (SANTOS, 2008, p. 50).

O espaço geográfico agrupa horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades são entendidas pelo autor como o domínio de um cotidiano territorialmente compartilhado, um conjunto de lugares contíguos onde se exerce uma solidariedade. As verticalidades são pontos a serviço dos atores hegemônicos que estabelecem uma hierarquia entre os lugares que são controlados a distância.

De um lado, há espaços contínuos, formados de pontos que se agregam sem descontinuidade, como a definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da econômica. São as verticalidades. Os espaços se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. (SANTOS, 2008, p. 88).

Em Roraima, todos os Projetos de Assentamento, enquadram-se na modalidade de PAs. Deste modo, independentemente da classificação, o assentamento rural cria um novo território, uma vez que é um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder ali estabelecidas e assim, as políticas públicas ou sua ausência contribui para o sucesso ou fracasso do assentamento e das pessoas beneficiadas pela posse da terra.

O território constitui-se em um dos conceitos-chave da ciência geográfica, tendo sido usado, primeiramente, na geografia política para designar o espaço apropriado por um determinado grupo social. Porém, existem outras concepções de território. Além da vertente política, há também a cultural e a econômica.

Dentre várias acepções, tem-se a noção de território enquanto “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”, segundo Souza (1995, p.78). Assim, determinados segmentos sociais disputam a apropriação de um espaço específico com seus recursos naturais, no caso em questão, a terra.

Com visão diferente, Santos (2002, p. 62), utiliza a noção de configuração territorial, concebendo o território como um:

[...] conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais [...]. A configuração territorial ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais [...].

Neste contexto, o território é entendido como resultado de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais. A construção dos territórios, para Santos (1996), se processa a partir da projeção do trabalho sobre o espaço. Como assinala o autor, o território não é território em si

mesmo, pois o que faz dele território é o seu uso e, este uso, faz do território um objeto de análise social. Na mesma linha de raciocínio, Andrade (1984) afirma que o uso do território é determinado e concomitantemente reflete a divisão social do trabalho. Portanto, à medida que a divisão do trabalho se torna mais complexa, modificam-se as formas de organização do espaço, criando-se novas territorialidades.

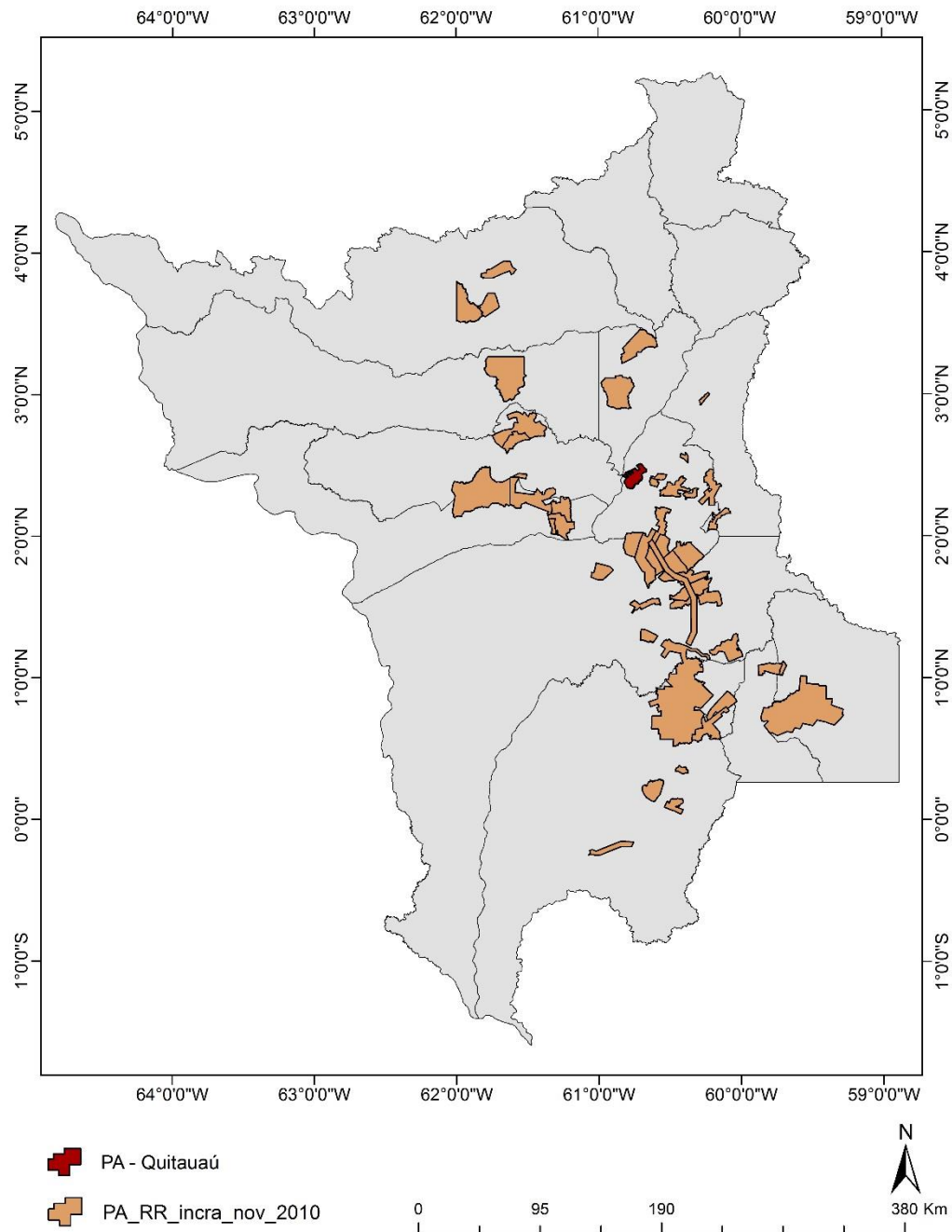
Segundo Mourão, (2008), a criação dos assentamentos rurais em Roraima assume um caráter de ação isolada, pois está diretamente relacionada aos sujeitos políticos, de órgãos governamentais, tanto da esfera federal, quanto da esfera estadual, além de sujeitos econômicos e não de uma política agrária do governo federal fundamentada na implantação de assentamentos em todo o território nacional.

“Tanto no Sudeste como em todas as regiões de Roraima, a Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima, depois ITERAIMA –Instituto de Terras do Estado de Roraima- e o INCRA, são os condutores dos assentamentos. A partir de 1995, proliferam os projetos de assentamentos em todo o Estado. (...) Estes assentamentos sem planejamento e conduzidos, em sua grande maioria por políticos e madeireiros, levavam os colonos aos lotes, se organizavam para reivindicar a regularização junto ao INCRA e conseguir o crédito rural. A ingerência política nos órgãos públicos (...) e a falta de fiscalização e gestão, faz com que estes projetos fiquem condenados ao abandono, e constituem, principalmente, territórios de domínio político e econômico. (MOURÃO, 2008)

Em Roraima os projetos de assentamentos da reforma agrária foram criados por meio de obtenção de terras da União através de arrecadação, com exceção do PA Nova Amazônia, cujas terras foram doadas ao INCRA. A figura 02 destaca os 67 projetos de assentamento implantados pelo INCRA no período de 1979, quando foi criado o PAD Anauá, até o ano de 2013 quando foi criado o último projeto de assentamento em Roraima o PA Caju II. (INCRA 2014).

Mapa 01 - Projetos de Assentamento em Roraima

PROJETOS DE ASSENTAMENTO - RORAIMA



Fonte: INCRA (2010) adaptado pelo autor(2014).

Portanto, no processo de criação dos Assentamentos Rurais de Roraima o conceito de território mostrado por Haesbaert (2004, p. 79), confirma a interação entre as relações sociais estabelecidas em determinado espaço e o controle deste espaço e as relações de poder antes mencionadas abarcam tanto as relações de dominação, quanto as de apropriação, pois, conforme o autor o território [...] não é exclusivamente político, nem econômico ou cultural e, nem mesmo somente natural. Para o autor, a construção dos territórios se processa através da

“[...] imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

Em Roraima a partir da instalação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no ano de 2006¹, as reivindicações voltadas para a reforma agrária tornaram-se mais tensas com a invasão de áreas e manifestações por parte de trabalhadores rurais que buscavam a efetiva disposição das terras destinadas para esse fim. Na atualidade existe a luta, conduzida pelo MST, pela criação de assentamentos rurais nos municípios de Cantá, região do Jacamim e no município de Amaraí, região da Ametista

Assim sendo, a característica dos assentamentos sob o signo do território é mais abrangente que a territorialização de grupos específicos e a construção de novas territorialidades. Os assentamentos apresentam-se como elementos reestruturadores do campo, pois, à medida que novos assentamentos são organizados, se estabelecem novas formas de produção, novas práticas e novas formas de organização do trabalho. Medeiros, Sousa e Alentejano (1998) assinalam que, embora ainda em número relativamente pequeno, os assentamentos têm se constituído como laboratórios de experiências sociais. Além de dinamizarem o debate sobre as perspectivas futuras do meio rural, eles têm embasado a discussão a respeito de um novo modelo de desenvolvimento fundado na unidade de produção familiar.

Portanto, os assentamentos indicam uma tendência de reorganização do espaço agrário. Esta tendência é apontada por Sauer (2003, p. 20) quando afirma que “A criação dos assentamentos gera uma nova organização social, econômica e política. Apoiando-se em Martins, o autor ainda acrescenta que os projetos de assentamentos são “[...] uma verdadeira reinvenção da sociedade [...]” como “[...] uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade” [...]” (MARTINS, 2000 apud SAUER, 2003, p.20).

A concretização destas perspectivas, todavia, requer a continuidade da luta, porém, agora, uma luta por políticas públicas voltadas para a pequena produção, uma luta por novas alternativas de renda e por novas formas de produção. É com base nesta luta que se estrutura

¹Segundo Cardoso (2012), em julho de 2006 ocorreu a primeira ocupação do MST. Quando 150 famílias ocuparam a antiga fazenda Bamerindus, localizada as margens da BR 174, no Município de Boa Vista, logo em seguida outras três ocupações foram realizadas. Em 11 de agosto foi ocupada a fazenda Caju, na cidade de Bonfim, com 130 famílias; outra ocupação ocorreu no município de Mucajá, na fazenda da EMBRAPA, Empresa Brasileira de Agropecuária, com 120 famílias. A terceira ocupação ocorreu no início do ano de 2007, na Fazenda Tabocas, com a participação de 80 família, no município do Cantá.

o novo território, que se convencionou chamar aqui de território dos assentamentos ou território dos assentados.

Os assentamentos constituem-se, pois, em territórios que iniciam uma nova dinâmica de apropriação do espaço, onde o elemento social é priorizado. Esta característica se apresenta sob diferentes aspectos, seja na resolução, mesmo que em parte, do problema da concentração fundiária, seja na busca por novas formas de organização do trabalho e da produção.

Apropriando-se das palavras de Schwendler (2000, p. 06), pode-se dizer que:

[...] a construção/reconstrução de seu espaço social [dos assentados] constitui-se num novo modo de vida, que se dá tanto a partir dos referenciais que cada assentado traz em sua história de vida, como a partir de referenciais coletivos reelaborados na luta pela conquista da terra, de forma que o assentamento continua a ser espaço de recriação cultural, de continuação e emergência de uma nova cultura política e, acima de tudo, por ser um espaço de vivência de relações sociais diferenciadas e por desenvolver no cotidiano concreto fragmentos significativos de uma nova sociedade modificada, torna-se uma força instituinte no social-histórico, possibilitando a instituição de um novo modo de viver no campo.

Os assentamentos promovem então, em primeira instância e de forma claramente perceptível, um reordenamento do uso da terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996) decorre da criação do assentamento, com a divisão da terra em pequenas unidades de produção, uma redistribuição fundiária. Estas mudanças se notabilizam nos municípios que apresentam maior número de assentamentos e de famílias assentadas. Embora o efeito imediato seja registrado na estrutura agrária do município, seu significado relevante extrapola as fronteiras do local, indicando a ampliação do direito de acesso à terra e reinserção social, podendo desencadear processos socioeconômicos de repercussão regional e nacional.

As transformações decorrentes da organização dos assentamentos são notáveis de tal forma que Leite (1998) as denominou de impactos dos assentamentos. Estes impactos não se restringem aos limites do assentamento, eles incidem também sobre o entorno, o qual é designado de região do assentamento.

Qualquer assentamento, com o simples ato de ser criado, altera as relações de poder local. Mesmo que haja adesão ao modelo produtivista, o assentamento promove um rearranjo do processo produtivo, a produção se diversifica e novas atividades são introduzidas. Além disso, pode-se constituir o associativismo e se formar cooperativas.

Esses fatores, em conjunto, afetam a dinâmica do comércio local, a movimentação bancária, a arrecadação municipal, entre outros (LEITE, 1998). Os assentados também podem, em função das alterações que introduzem no local, tornarem-se agentes atuantes na política e contribuir para a dinamização da economia em diferentes escalas. Os assentamentos são responsáveis ainda pela inserção social e pelo emprego de um contingente populacional

no campo, determinando, em primeira instância, o aumento da população municipal e, em segunda instância, uma maior demanda por bens de consumo e produtos necessários à unidade doméstica (LEITE, 2004).

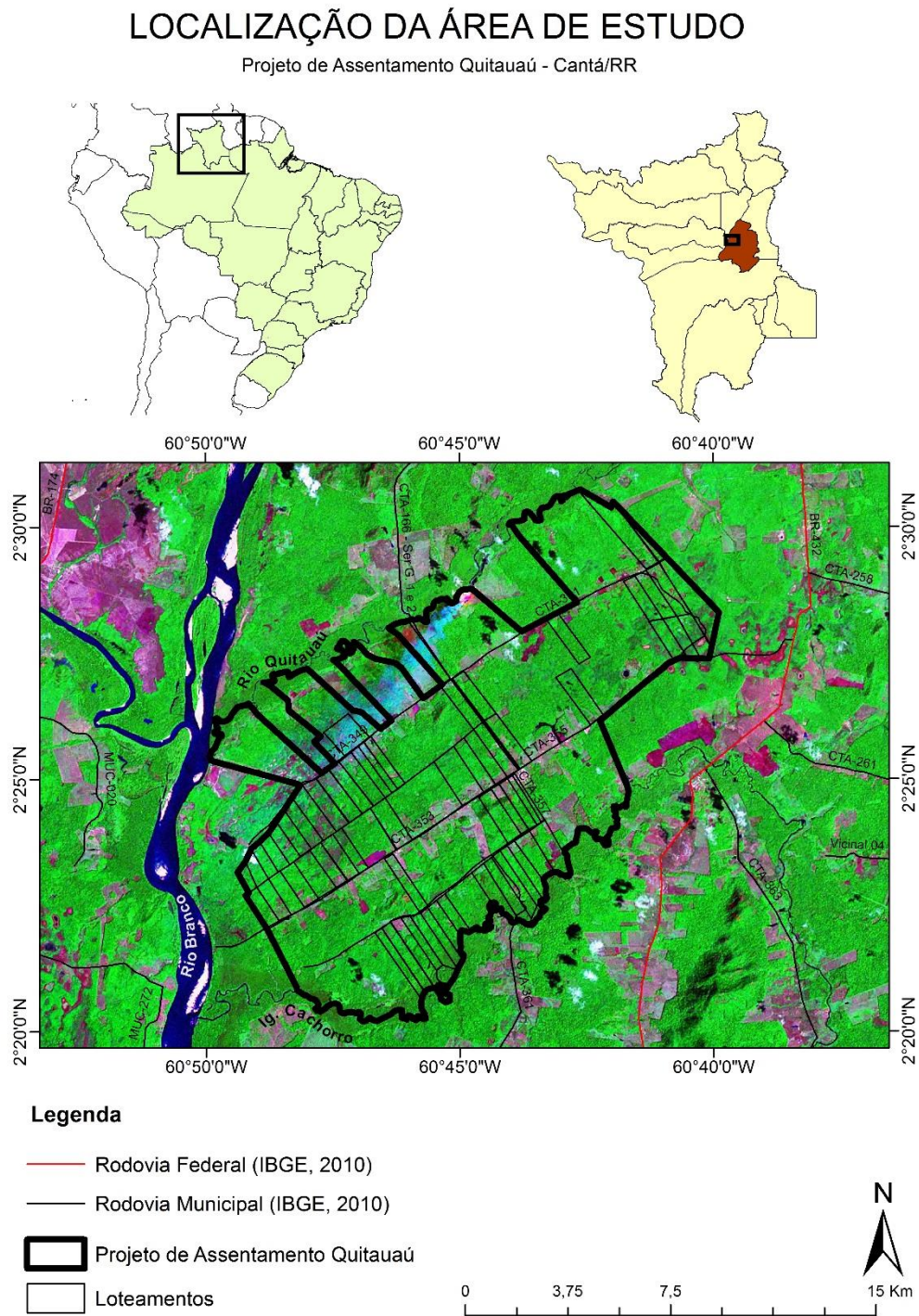
O emprego e a renda gerada pelos assentamentos rurais, portanto, contribuem para a economia brasileira, uma vez que dinamizam a economia local e permitem a melhora da qualidade de vida de parcela da população, gerando um saldo positivo nos indicadores sociais e econômicos nacionais. Deve-se considerar também, neste ínterim, a importância da produção de subsistência para o consumo dos assentados.

Desta forma, o processo de estruturação dos assentamentos não é destituído de luta. Eles normalmente são criados de forma estratégica e pontual, e os programas de crédito implementados para os assentados são insuficientes para a manutenção da propriedade (MEDEIROS, SOUSA; ALENTEJANO, 1998). Diante desta problemática, existe o imperativo de se criar novas formas de organização produtiva e social, objetivando possibilitar a melhoria da qualidade de vida dos assentados. Este processo não se desenrolou de forma diferente nos assentamentos de Roraima. Os assentados enfrentaram muitas dificuldades nos primeiros anos, sendo obrigados a buscar soluções alternativas que acabaram por determinar a forma de organização espacial, social e de produção do assentamento. São estas formas de organização que permitem alterar as relações de poder local (LEITE, 1998), reconstruindo o território.

CAPÍTULO 2: CARACTERIZANDO A ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo os aspectos gerais do município do Cantá, onde o Assentamento Quitauaú está incluído, será exposto, com destaque para suas características sociais e econômicas, para daí apresentar o assentamento Quitauaú.

Mapa 02- localização da área de estudo



Fonte: INCRA (2010) adaptado pelo autor(2014).

2.1- MUNICÍPIO DO CANTÁ-RR: ASPECTOS GERAIS

O município de Cantá, localizado na região centro-leste do estado de Roraima, originou-se da Colônia Brás de Aguiar na década de 1950 e recebeu essa denominação em homenagem ao capitão - de - mar- e guerra, Brás Dias de Aguiar, que foi um geógrafo e demarcador das fronteiras brasileiras. A Colônia Brás de Aguiar foi criada com a finalidade de abastecer Boa Vista, com produtos como arroz, feijão e mandioca. Inicialmente a área da vila Brás de Aguiar consistia em uma área de 1.250 hectares, onde foram assentadas até 1978, quarenta famílias nordestinas, constituídas na sua maior parte de cearenses. (BARROS, 1995)

Nos anos de 1980, época da vinda de grandes contingentes de imigrantes para o estado de Roraima, em função da exploração do garimpo e das políticas eleitoreiras dos seus governantes, houve uma ampliação de assentamentos agrícolas da atual área do Cantá, com a implantação do Projeto Confiança I, II e III, ocupando áreas próximas aos rios Quitauaú e Cachorro (BARROS, 1995).

O município do Cantá (tabela 01), onde se encontra o Projeto de Assentamento Quitauaú, tem uma população estimada de 15.774 habitantes, com área territorial correspondente a 3,4% do território de Roraima e densidade demográfica de 1,81 habitantes por quilometro quadrado, limitando-se com os municípios de Bonfim, Boa Vista, Caracaraí, Mucajaí e Iracema. Sua malha rodoviária apresenta uma extensão de 588,4 km, composta pela BR-401 e BR-432. (IBGE, 2014).

Tabela 01 – Características do Município do Cantá-RR

Área da unidade territorial	7.664,83	Km²
Estabelecimentos de Saúde SUS	18	Estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental – 2012	3.540	Matrículas
Matrícula - Ensino médio – 2012	579	Matrículas
Número de unidades locais	108	Unidades
Pessoal ocupado total	812	Pessoas
PIB per capita a preços correntes - 2012	12.034,69	Reais
População residente	13.902	Pessoas
População residente – Homens	7.538	Pessoas
População residente – Mulheres	6.364	Pessoas
População residente alfabetizada	9.968	Pessoas
População residente creche ou escola	5.680	Pessoas
IDHM 2010	0,619	

Fonte:IBGE (2014)

2.1.1-Aspectos Socioeconômicos

A situação socioeconômica do município apresenta um panorama diversificado e está baseada nos setores primários e terciários. O PIB do município de Cantá ocupa o sexto lugar entre os municípios do estado de Roraima. O setor primário contribui com 23% desse PIB, o setor secundário com 15,10% e o setor terciário, alavancado pela participação da administração pública, com 61,90%. (IBGE-2012).

A geração de emprego concentra-se nos setores público e privado, vindo em seguida o setor comercial. O setor primário está assentado no cultivo de lavouras temporárias, permanente e na pecuária. Na agricultura, destaca a produção de mandioca, milho, arroz, feijão, banana e abacaxi em áreas de mata e a pecuária extensiva no lavrado e áreas de mata que são transformadas em pastos. (IBGE, 2010)

Os principais produtos da lavoura temporária do município e sua produção estão representados na tabela 02, sendo a mandioca responsável por 67%, seguida da cultura de arroz com 17% e abacaxi com percentual de 9%. As demais culturas perfazem 7% da produção da lavoura temporária do município.

Tabela 02 - Lavoura temporária do município do Cantá-RR

Produção Agrícola Municipal - Lavoura Temporária 2013		
Abacaxi - Quantidade produzida	3.780	Mil frutos
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	7.082	Toneladas
Cana-de-açúcar - Quantidade produzida	30	Toneladas
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	63	Toneladas
Mandioca - Quantidade produzida	28.000	Toneladas
Melancia - Quantidade produzida	650	Toneladas
Milho (em grão) - Quantidade produzida	240	Toneladas
Soja (em grão) - Quantidade produzida	1.400	Toneladas
Tomate - Quantidade produzida	160	Toneladas

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2013). Rio de Janeiro: IBGE (2014).

Já a produção da lavoura permanente no município do Cantá está representada na tabela 03, e indica a produção de banana como a mais significativa do município, representando 89% da lavoura permanente do município.

Tabela 03-Lavoura permanente do município do Cantá-RR

Produção Agrícola Municipal - Lavoura Permanente 2013		
Banana (cacho) - Quantidade produzida	3.300	Toneladas
Laranja - Quantidade produzida	200	Toneladas
Limão - Quantidade produzida	100	Toneladas
Mamão - Quantidade produzida	103	Toneladas

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2013). Rio de Janeiro: IBGE (2014).

A produção agrícola do município do Cantá tem relevância para o Produto Interno do Estado, uma vez que contribui com a movimentação econômica do setor primário. Esta, por sua vez, é escoada principalmente para a capital, abastecendo o mercado interno. Encontramos grande parte destas culturas dentro dos projetos de assentamento e nas áreas de colônias. No Assentamento Quitauaú se destacam as lavouras de abacaxi, raízes de mandioca e banana. A tabela 04 reflete a importância do rebanho bovino para o município do Cantá, seguido pela criação de aves e suínos.

Tabela 04-Pecuária no município do Cantá-RR

Bovinos	46.931	Cabeças
Bubalinos	26	Cabeças
Equinos	1.054	Cabeças
Asininos	07	Cabeças
Muares	60	Cabeças
Caprinos	164	Cabeças
Ovinos	4.263	Cabeças
Suínos	5.874	Cabeças
Aves	44.000	Cabeças

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – PPM/IBGE - 2010

A pecuária é uma das principais atividades desenvolvidas no estado de Roraima, tendo o município do Cantá, segundo o IBGE, (2006) como o quarto maior produtor. Essa produção é voltada para o abastecimento do comércio interno.

2.1.2-A Estrutura Fundiária

Os aspectos fundiários do município do Cantá corroboram os aspectos gerais de Roraima, neste sentido, a estrutura fundiária do Cantá é composta por terras indígenas (TI) Tabalascada e Muriru ocupadas pela etnia Wapichana, consideradas áreas protegidas², pequenas propriedades rurais, projetos de assentamentos do INCRA, sete áreas de colônias agrícolas implantadas pelo ITERAIMA, além de oito agrovilas atendidas por uma rede de vinte e oito estradas vicinais (tabela 05).

²As áreas protegidas, para Brito (2008), são espaços que objetivam proteger e manter a diversidade biológica, os recursos naturais e culturais, através de instrumentos legais ou outros meios institucionais específicos. Esses espaços são criados e geridos nos diversos níveis da administração pública, seja federal, estadual ou municipal (Lei 9.985 de 18 de julho de 2000).

Tabela 05 Situação Fundiária do Município do Cantá – RR:

Situação fundiária do Município do Cantá		
Região	Lote	Quant. Vicinais
Confiança I	109	03
Confiança II	228	03
Confiança III	2.988	10
Serra Grande	107	05
Serra Grande II	200	03
Cantá	73	03
América Ribeiro	186	-
RR-10	250	01
Total p /região	4.141	28

Fonte: SEPLAN-RR (2012)

Com a abertura da BR 432 a ocupação se expandiu ainda mais na direção sul, atingindo a região do rio Baruana. Atualmente, os assentamentos rurais do INCRA no município do Cantá beneficiam 2.299 famílias. Esses projetos estão em fases que o MDA classifica como projetos em instalação (cinco projetos), projetos criados (cinco projetos) e projeto consolidado (um projeto) conforme a tabela 06.

Tabela 06-Projetos de assentamento no município do Cantá- RR

NOME PA	CAP	FAM. ASSTD	ÁREA PA(H ^a)	DT CRCÇ	FASE DO PA
PA/TERRA NOVA	63	22	3.185,75	21/11/2006	Criado
PA TATAJUBA	245	242	26.274,5008	03/11/2003	Em Instalação
PAPAU RAINHA	266	261	18.543,0621	21/11/2005	Criado
PA QUITAUAUÍ	180	143	16.706,0018	29/02/1996	Em Instalação
PA TABOCA	330	329	20.411,8081	29/02/1996	Criado
PA PAU- BRASIL	364	220	29.192,3198	21/11/2006	Criado
PA UNIÃO	403	296	17.904,63	07/10/1997	Em Instalação
PA JACAMIM	64	64	2.456	27/12/2002	Em Instalação
PA SERINGUEIRA	127	126	13.137,4	13/12/2005	Criado
PA CAXIAS	531	531	34.924,12	07/10/1997	Em Instalação
PA ESPERANÇA	66	65	3.908,7762	07/10/1997	Consolidado
Total	2639	2299	186.644,3688		

Fonte: Paineis dos assentamentos – INCRA (2014)

Neste sentido, se discute a aplicação de políticas públicas para a agricultura familiar e para os projetos de assentamento, em especial o Quitauaú, considerando ser o Estado um mediador na disputa entre diferentes vertentes sociais (Andrade, 1984). O Estado tem o poder de ajustar e atribuir limites que possibilitam a transformação do espaço. Assim, o Quitauaú, instalado em área de terras devolutas, mas anteriormente ocupadas de boa-fé por latifúndios improdutivos, e inacessíveis, se transforma em uma área ocupada por trabalhadores sem terras, que buscam nesse novo lugar sua sobrevivência.

2.2- O PROJETO DE ASSENTAMENTO QUITAUAUÍ

O Projeto de Assentamento Quitauauí (PAQ), objeto desse estudo, está localizado entre o rio Quitauauí e o igarapé Cachorro, nas coordenadas geográficas de referencia 02°25'09,4" N e 60°43'53,1" W, no município de Cantá, região centro-leste do estado de Roraima. (Figura 03).

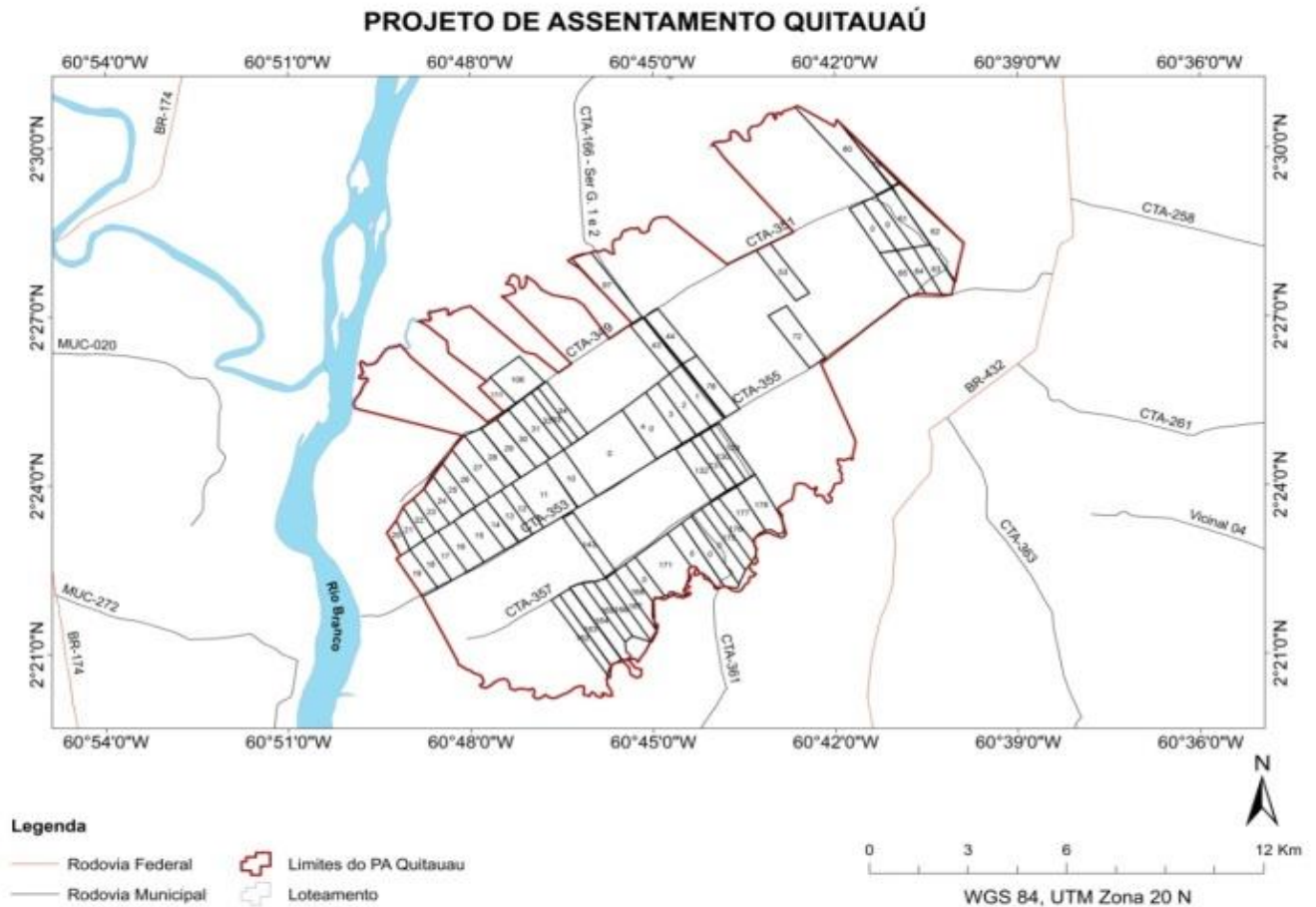
O nome Quitauauí tem origem na língua dos indígenas locais (wapischana) e significa retorcido, lagarteado, principal aspecto do meandrício rio Quitauauí. Esse nome também denomina a gleba de terras da qual foi extraída a área de implantação do Projeto. Os assentados e os outros reconhecem o lugar do PAQ como Serra Grande II, causando estranheza quando o nome Projeto de Assentamento Quitauauí é citado, sendo esse o nome oficial, mas não o nome comum.

Os pioneiros do PAQ se deslocaram inicialmente, em sua maioria da região da Serra Grande, área contígua ao PAQ, no início dos anos de 1980, fixando-se na vicinal II (onde está localizada a Vila Serra Grande II) que na época foi denominada de colônia com o nome de Vila Nova.

Com base em relatos desses pioneiros a ocupação do território do projeto de assentamento Quitauauí se deu com a abertura de picadas e travessões a partir da localidade Serra Grande no início da década de 1980.

“Isso aqui foi iniciado em 1982, a primeira entrada pra cá com o Nestor, gaúcho lá do Taiano. Ele abriu uma colônia aqui na beira do Quitauauí onde hoje ali mora o Nilzin. Fez um plantio de abacaxi, ainda em 82. Daí seguiram pra frente, Sabá Paulino mais um filho dele o Wilson, Jesus, Barbudo, Piauí. Em 1984 deram seguimento nessa estrada a vicinal 1 – quem cortou a picada foi um agrimensor da secretaria de agricultura de Roraima, eles cortaram e então chegaram nesse T da vila serra grande II... ficou parado uns tempos e de 87 para 88 renasceu de novo já no governo do Olavo Brasil prefeito do Bonfim...em 89 já no governo do Otomar e que ele mandou fazer a ponte e colocar piçarra na estrada”. (Entrevista em 26 de agosto de 2013).

Mapa 03 - Projeto de Assentamento Quitauaú



Em sua proposta simplificada de criação, o Projeto de Assentamento Quitauaú traz como objetivo geral promover o assentamento de 200 famílias de trabalhadores rurais para garantir as suas famílias condições de produção e proporcionar uma renda crescente e emprego estável, cumprindo a meta do Programa de Assentamento do Governo Federal (INCRA, 1995).

Com uma área de 12.196 hectares, no então município de Bonfim, em 29 de fevereiro de 1996 é criado o Projeto de Assentamento Quitauaú (PAQ), através da portaria INCRA/Sr-25 nº 10. Esse documento serviu para formalizar uma área de colonização já existente, desde 1982, repassada para o INCRA pelo ITERAIMA.

Em 09 de março de 1996, a portaria é retificada considerando a quantidade de famílias a serem assentadas. Onde se lê “... 200 (duzentos) ...” leia-se “... 180 (cento e oitenta) ...”. Já em 26 de dezembro de 2002, nova retificação, agora em relação à área do PAQ que é ampliada. Onde se lê “... 12.196 hectares...” leia-se “... 16.706,0018 hectares...”

Oficialmente o PAQ conta com cento e quarenta e duas famílias assentadas, dessas, cento e nove não detêm o título de seus lotes, trinta e três tem o título da sua propriedade e

existem trinta e oito lotes vagos. (SIPRA-INCRA – 2013). Durante a pesquisa se identificou setenta e oito lotes ocupados, o que evidencia alto índice de abandono de lotes. Desses, extraiu-se uma amostra de vinte e três lotes para aplicação de questionários sobre os aspectos social, econômico, ambiental de infraestrutura e das políticas públicas acessadas pelos assentados.

No projeto de assentamento Quitauaú residem quinhentas e trinta e nove pessoas de acordo com os dados fornecidos pela Equipe de Saúde do Centro de Saúde da Vila Serra Grande II, (CANTA,2013), sendo cento e oitenta e sete pessoas com até 14 anos, duzentos e oitenta e nove pessoas com idade entre 15 e 59 anos e sessenta e três idosos, distribuídas nos lotes das três estradas vicinais e na Vila Serra Grande II (figura 01). Existem assentados que dispõem de casas na vila e no lote, e outros ainda, que possuem casa em Boa Vista, onde a eficácia dos serviços de saúde e educação são maiores.

“Não são raros os colonos que possuem além de um lote nas várias vicinais, uma casa nas vilas locais e outra na sede do município ou até mesmo em Boa Vista. Estes indivíduos circulam regularmente entre as várias residências, buscando com esta estratégia de sobrevivência atender às necessidades econômicas e pessoais dos vários membros da família. Neste âmbito é comum a esposa e os filhos mais novos se fixarem nos locais mais urbanizados em função da presença de escolas e outros serviços”. (DINIZ, 1997, p. 55).

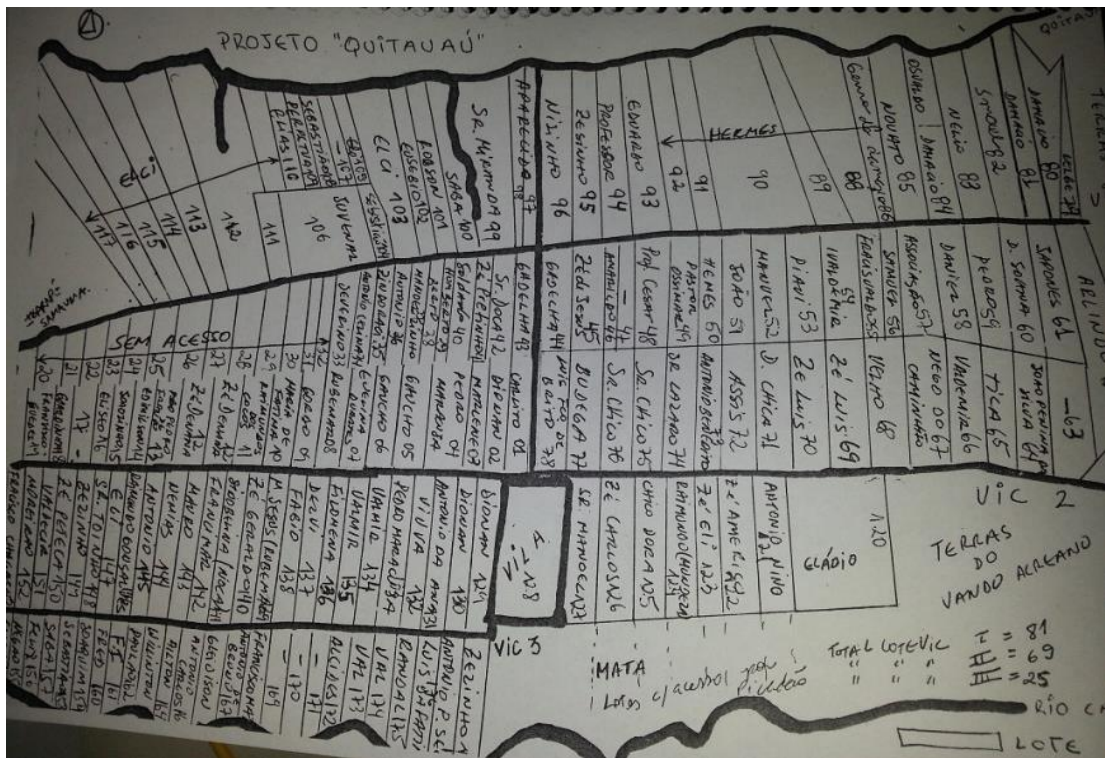
Figura 01 -Fotografia 01 -Assentamento e Vila Serra Grande II



Autor: Pequeno (2014)

O acesso ao assentamento Quitauaú se dá no quilometro cinquenta e oito da BR 432. O assentamento é recortado por três estradas vicinais sendo todas paralelas e com distância entre si de quatro quilômetros entre a vicinal I e II e de um quilometro entre a vicinal II e III. A vicinal II e a primeira vicinal encontrada no sentido Boa Vista-Assentamento e onze quilômetros à frente se localiza a Vila Serra Grande II, como podemos perceber no croqui do PA Quitauaú através da figura 02.

Figura 02 – Croqui da distribuição dos lotes por vicinal.



Fonte: Relatório Projeto LUMIAR (1998)

Dados do INCRA de 1996 davam conta que na vicinal I existiriam oitenta e três lotes, na vicinal II, setenta lotes e na vicinal III, vinte e sete lotes. Dois anos após, em relatório do Projeto LUMIAR (1998), se verifica a redução para 175 lotes e no croqui apresentado (Figura 02) nesta figura já se identifica uma concentração de lotes na vicinal I: sete lotes (103, 112, 113, 114, 115, 116 e 117) em nome de um único proprietário e cinco lotes (88, 89, 90, 91 e 92) em nome de outro proprietário. Nas outras duas vicinais se repete essa prática com assentados possuindo mais de um lote.

CAPÍTULO 3: POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO AGRÁRIA EM RORAIMA

As políticas públicas voltadas para a questão agrária na Amazônia, em particular a reforma agrária em Roraima ainda estão atreladas à visão de desenvolvimento que considera as peculiaridades regionais como entrave, não valorizando características culturais, étnicas e ambientais dos cidadãos na distribuição dessas políticas.

Deste modo, os sistemas de produção implantados na região amazônica são predominantemente de exploração agropecuária importado de outras regiões e baseados na remoção da cobertura vegetal natural e na não valorização dos recursos florestais. Daí, que os projetos de assentamento e reforma agrária são sempre apontados entre as causas do desflorestamento. (FEARNSIDE, 2001)

Assim, este capítulo apresenta os mais importantes programas do governo federal aplicados nos assentamentos rurais do INCRA em Roraima. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado no ano 2000, é o órgão do governo federal que na atualidade tem por competência promover e regular a reforma agrária e ao qual está vinculado o INCRA, órgão executor dessa política. (MDA 2013).

3.1- AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM RORAIMA

A criação de assentamentos rurais em Roraima tem como objetivo ocupar áreas devolutas e expandir as fronteiras agrícolas para a região, através do estímulo à migração de sujeitos sociais empobrecidos e sem-terra de outras regiões do país: “As promessas de acesso à propriedade da terra nas regiões de fronteira, como Roraima, foram embutidas numa ideologia migratória ilusória de ascensão social que muitas vezes possui uma correspondência real” (LIMA; VALE 2001).

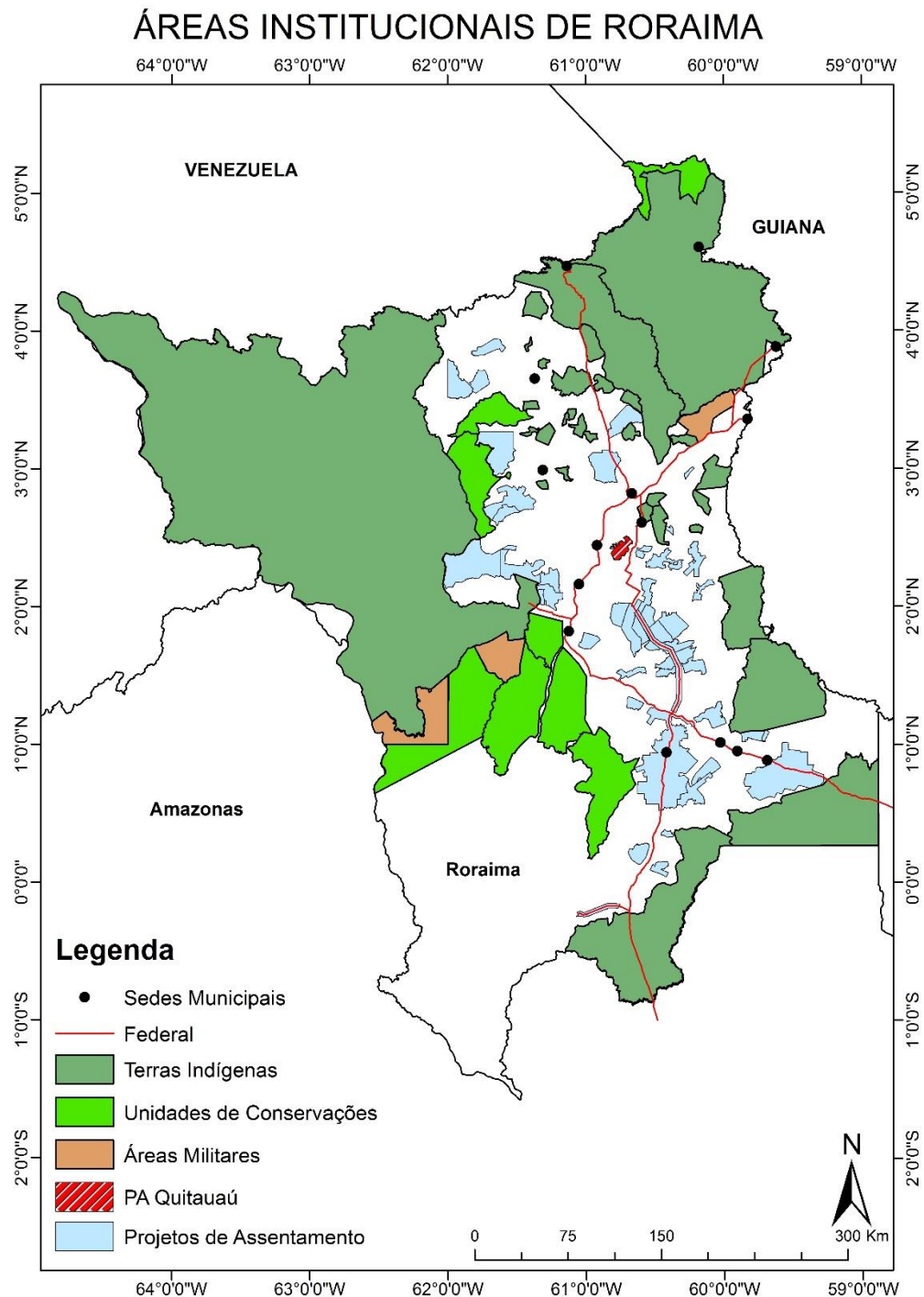
Deste modo a migração continua sendo estimulada por aqueles que obtiveram terra e criaram as condições mínimas de subsistência em Roraima, que passam a incentivar o fluxo familiar. “Assegurados terra e/ou trabalho, tais indivíduos promovem a chegada de seus familiares, dando origem a uma nova onda migratória, compostas por pais, esposas, irmãs e irmãos mais novos” (DINIZ; SANTOS, 2005, p. 33).

Os espaços disponíveis para ocupação humana em Roraima são áreas muito próximas às florestas e/ou são áreas de proteção ambiental ou ainda reservas indígenas, assim com o término do período da colheita nas fazendas, os sem-terra se submetem a qualquer tipo de trabalho informal para sobreviverem ou se apossam de terras de forma indiscriminada. Isto

porque “28% (64.470 km²) já pertencem ao INCRA; 39,4% (90.670 km²) à FUNAI, 2,85% (6.560 km²) ao Exército, 2,11% (4.870 km²) as Unidades de Conservação e, 5,41% (12.170 km²) ao Governo Federal” (TOURNEAU, 2003, p. 18).

O mapa 04, destaca as áreas institucionais da União no Estado de Roraima com a localização dos sessenta e sete Projetos de Assentamento, oito Unidades de Conservação Federais, três áreas do Ministério da Defesa e, trinta e duas Terras Indígenas.

Mapa 04 - Áreas institucionais de Roraima



Fonte: INCRA (2010) adaptado pelo autor (2014).

Deste modo, as áreas que estão disponíveis para ocupação humana normalmente são áreas muito próximas às florestas e/ou são áreas de proteção. Assim, o desflorestamento e a degradação ambiental tornam-se recorrente, sendo a queimada a técnica mais utilizada para a formação da roça. Todas essas áreas ocupadas de forma desordenadas tornam-se ao longo do tempo pouco produtivas, e demandam um intenso investimento de trabalho e capital, que os pequenos agricultores não dispõem, além disso, a infraestrutura básica como estradas são inexistentes.

Em uma análise da política de reforma agrária no Brasil, dados do INCRA (2013), apontam que houve uma diminuição na distribuição de terras destinadas para os trabalhadores rurais sem terras. Dos 9.128³ assentamentos criados pelo Instituto de 1970 a 2013, com 1.230.126 famílias assentadas, o período de 2011 a 2013(Dilma) foi o que apresentou o pior desempenho com 6,12 % de famílias assentadas, enquanto nos oito anos (2002-2010) de mandato do seu antecessor (Lula), também do Partido dos Trabalhadores o percentual de famílias assentadas foi de 49,92%. O governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, assentou 43,95% de famílias no período de (1993-2001).

“A presidenta Dilma assentou/regularizou apenas 6.289 mil famílias. O número é obscuro se comparado ao volume de mais de 200 mil famílias sem-terra que se encontram atualmente mobilizadas pela Reforma Agrária no país, segundo os movimentos de luta pela terra no Brasil. (...), no entanto, cerca de 90% deste total referem-se a casos de realocações e de regularizações fundiárias. No último dia do ano, 31/12, foram anunciados decretos de desapropriação de 22 áreas para serem destinadas à Reforma Agrária em todo o país. Com estas, somam-se ao todo 30 áreas que foram a decreto em 2014. No entanto, isso não garante de fato o assentamento de novas famílias sem-terra, pois além de este processo ser lento, os proprietários ainda podem recorrer da decisão. Em resumo: os números da Reforma Agrária do Governo Dilma são considerados os piores nos últimos 20 anos.” (CPT,2014)

Assim, esses números se repetem em Roraima, considerando que 46,26% dos assentamentos foram criados até o ano de 2001, 52,23% no governo Lula e somente 1,49% no governo Dilma, do universo dos sessenta e sete assentamentos rurais criados pelo INCRA, conforme apresentado na tabela 07. Os movimentos sociais criticam a postura da atual presidenta alegando haver uma preferência pelo agronegócio em detrimento da agricultura familiar.

³Esses números são questionados pelo MST que os considera superestimados, haja vista o INCRA incluir nessa contagem áreas de regularização fundiária, ocupadas por posseiros, muitas vezes há mais de 20 anos.<http://www.cptnacional.org.br> acessado em 02.06.2014.

Tabela 07 – Famílias, Assentamentos e Área em hectares

Ano	Cap. Fam. assentadas	INCRA	
		Projetos Criados	Área dos projetos de assentamentos (hect.)
Até			
1995	2.893	13	655.399
1996	1.477	7	161.232
1997	3.113	8	128.494
1998	1.968	0	0
1999	1.015	2	36.113
2000	670	0	0
2001	1.593	1	27.391
2002	975	1	2.456
2003	1.289	2	66.023
2004	2.608	0	0
2005	1.295	7	90.921
2006	1.404	21	257.343
2007	1.063	2	11.359
2008	846	1	5.157
2009	1.028	0	0
2010	933	1	2.032
2011	578	0	0
2012	447	0	0
2013	521	1	2.005
2014	37	0	0
TOTL	25.753	67	1.445.927

Fonte: INCRA/SIPRA (2013)

Momentos distintos na história recente do Brasil, apresentaram formas conceituais diferentes para as políticas públicas, enquanto no governo ditatorial o propósito do poder público era o desenvolvimento econômico e militar, deixando em um segundo plano questões sociais, como a educação e a saúde. Já o momento democrático aponta para políticas públicas mais consistentes onde o Estado deveria estar a serviço da sociedade.

Nesse sentido Souza (2006), diz que as políticas públicas, na sua essência, estão ligadas fortemente ao Estado e este é que determina como os recursos devem ser usados para o benefício dos mais necessitados, e de como o dinheiro sob forma de impostos deve ser acumulado e de como este deve ser investido, e no final fazer uma prestação de contas pública do dinheiro gasto em favor da sociedade.

A compreensão de políticas públicas de Reforma Agrária pode ser entendida como um conjunto de programas e projetos desenvolvidos pelo Estado, aplicados na aquisição da

área, documentação, liberação do crédito instalação, programas de créditos, assistência técnica, educação, saúde, transporte, entre outros.

Neste sentido, a definição dos programas e projetos para reforma agrária está relacionada diretamente às ações do Estado, ou seja, tem relação, com a “responsabilidade do Estado e Governo, enquanto mediadores de projetos e programas e aplicação de recursos públicos na área de interesse social. Esses recursos públicos, em geral com equilíbrio no orçamento entre receita e despesa (SOUZA, 2006).

No campo da reforma agrária, o Estado, nas últimas décadas, produziu uma barreira de afastamento das reivindicações, através do não investimento no setor. As necessidades apontadas pelos movimentos sociais foram colocadas em segundo plano, mostrando, com isso, a incapacidade de gerenciamento das políticas públicas de Reforma Agrária.

A reforma agrária tem motivado vários debates desde a década de 1960, momento em que as reformas de base trouxeram à tona a questão da distribuição da terra como um meio de minorar as desigualdades sociais e propiciar o avanço social do país. Aliás, a própria Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em sua teorização dos anos 50 e 60, argumentava que a concentração da terra explicava parte do subdesenvolvimento.

Segundo o Estatuto da Terra (1964), em seu art. 1º, § 1º, reforma agrária é o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Embora o Estatuto vise tais objetivos, o que se verifica ao analisar grande parte da literatura que trata dessa temática é que todas as medidas adotadas para a realização da reforma agrária no país acabam por atender os interesses dos grandes produtores em detrimento da pequena produção.

Dentre as principais políticas públicas para a Agricultura Familiar e conseqüentemente para os Projetos de Assentamento da Reforma Agrária em Roraima, destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Infraestrutura de Assentamentos do INCRA; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); Programa Nacional De Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e o Arca das Letras. Outra importante política pública para as famílias assentadas pelo INCRA em Roraima, é a transferência de renda através do Programa Bolsa Família. No P A Quitauá, 56% das famílias recebem esse benefício.

3.1.1-Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar (PRONAF)

Até o início da década de 1990, não existia nenhuma política pública no Brasil, com abrangência nacional voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, é a primeira política pública diferenciada voltada aos agricultores familiares. (MATTEI, 2005).

O programa é uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas. Assim, a criação do PRONAF representa a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola (DENARDI, 2001). Seu objetivo principal é a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, o que permite em tese, o acesso a recursos financeiros, beneficiando agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais através de financiamentos individuais ou coletivos, com taxas de juros abaixo da inflação para a execução das atividades agropecuárias e compra de equipamentos.

As linhas de financiamento do PRONAF⁴ são traçadas para contemplar públicos específicos. Os assentados da reforma agrária acessam no primeiro momento o PRONAF A que leva investimento para estruturação inicial do lote.

A evolução da distribuição do PRONAF para o estado de Roraima no período de 1999 a 2014 tem mostrado um padrão distinto. (Tabela08). O volume realizado até o momento é de 19.313 contratos. Entre 1999 e 2003 o programa foi perdendo espaço chegando a inoperância nesse período.

Entre os anos de 2006 e 2008 sofre alterações com o estabelecimento dos procedimentos de licenciamento ambiental em assentamentos (Resolução nº 387/2006 do CONAMA) e a determinação de que o crédito para assentados da reforma agrária, através do PRONAF, somente se daria a partir de demanda “qualificada”⁵.

⁴(1) PRONAF Custeio; (2) PRONAF Mais Alimento ;(3) PRONAF Mulher;(4) PRONAF Jovem ;(5) PRONAF Agro ecologia; (6) PRONAF Floresta; (7) PRONAF A ;(8) PRONAF A/C -(9) PRONAF B e (10) PRONAF Eco (STELLA, 2013).

⁵Por demanda qualificada dentro do grupo de assentados (Grupo A), entende-se aquele que (a) esteja na Relação de Beneficiários do INCRA, (b) em assentamento onde o trabalho de topografia tenha sido concluído e a concessão e aplicação dos créditos de instalação realizada, (c) que resida efetivamente em lote ou agrovila do assentamento; (d) estando o lote adequado às normas ambientais e (e) em assentamento com infraestrutura básica implantada (energia, estrada etc.), entre outros critérios (Fonte: Manual de Política Agrícola instituído pela Portaria Conjunta MDA/ INCRA N. 13 de 22/08/2005).

Tabela 08 - Contratos PRONAF em Roraima no período de 1999 a 2014.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF*(maio14)		
Safra	Quantidade de Contratos	Valor em R\$
1999/2000	505	1.057.440
2000/2001	1	2.815
2001/2002	1	2.815
2002/2003	0	0
2003/2004	542	655.019
2004/2005	1.521	2.457.199
2005/2006	1.293	7.566.250
2006/2007	2.583	16.979.301
2007/2008	4.735	10.307.391
2008/2009	3.363	8.669.765
2009/2010	998	8.941.716
2010/2011	669	11.309.537
2011/2012	488	9.997.843
2012/2013	832	21.823.150
2013/2014	1.782	56.192.251

Fonte: MDA (2014)

Os principais gargalos para o acesso ao PRONAF no estado estão relacionados: a baixa qualidade e disponibilidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural; as dificuldades de regularização fundiária e ambiental; a infraestrutura precária, principalmente relacionada a estradas, transporte e energia elétrica; ao modo de atuação dos agentes financeiros; as dificuldades de emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF e a inadimplência de parte dos produtores.

3.1.2 - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foi criada em 1948 e transformada na lei n.º 5.665, de 2009, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER - essa política pública visa levar assistência técnica às propriedades rurais.

Seu funcionamento ocorre através de parcerias do Ministério do Desenvolvimento Agrário com instituições públicas estaduais e privadas, principalmente aquelas sem fins lucrativos e garantem apoio ao produtor desde o início da safra até a colocação do produto no mercado. (MDA, 2014)

Em Roraima, o INCRA é responsável pela execução da PNATER desde 2003, e realizou atividades em 17% dos assentamentos criados, atendendo 1.482 famílias nos municípios de Roraima (INCRA–SR 25, 2014).

Considerando os assentamentos que não foram contemplados (83%), essa política de assistência técnica carece de maior esforço para sua implementação, uma vez que a ATER é um importante instrumento para alavancar o desenvolvimento e a emancipação dos assentamentos em Roraima.

3.1.3- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696/03 para comprar alimentos, de agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Estes produtos são adquiridos através da Companhia Brasileira de Alimentos (CONAB), por preços dos mercados regionais (MDA, 2014).

Em Roraima, os assentados da reforma agrária, distribuídos em vinte assentamentos de sete municípios representam a categoria com menor percentual de participação no PAA com 15% das aquisições realizadas pelo MDS e MDA para doação simultânea e formação de estoques. (INCRA 2014).

Os principais produtos adquiridos são frutas, raiz de mandioca e hortaliças, destinadas para rede pública de educação, serviços de acolhimento, serviços públicos de saúde e entidades de assistência social. Os indígenas com 28% e os agricultores familiares fora das áreas de assentamento do INCRA e das terras indígenas com 61%, são as outras categorias beneficiadas com o PAA para aquisição de produtos da agricultura familiar em Roraima. (CONAB, 2014).

3.1.4 – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O PAC foi criado em 2007, pelo Governo Federal com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica e à água tratada no campo e na cidade; ampliação da agricultura irrigada; revitalização de bacias hidrográficas; ampliação do acesso à habitação; expansão das malhas rodoviária e ferroviária e sua integração com portos, hidrovias e aeroportos; e

conservação das estradas vicinais, importantes para o escoamento da produção e para a segurança do tráfego nos pequenos municípios através de obras de infraestrutura no País. (MDA, 2014)

Deste modo, a interface do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Roraima, através do MDA vincula-se ao fornecimento de máquinas e equipamentos (uma niveladora, um caminhão caçamba e uma escavadeira), distribuídos para prefeituras de onze municípios que em tese, deve beneficiar sessenta e cinco assentamentos coma finalidade de recuperar e conservar as estradas vicinais e assim facilitar o escoamento da produção. (MDA, 2014). A figura 03 retrata a atuação de equipamentos de terraplanagem recuperando a estrada de acesso aos projetos de assentamento do Canta.

Figura 03 – Fotografia 02– Recuperação de estradas no Município do Cantá



Fonte: Dantas (2014)

Em julho de 2010, com o lançamento do PAC2, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Comitê Gestor do PAC lançaram a ação de aquisição de máquinas e equipamentos em municípios com uma população de menos de cinquenta mil habitantes e predominância de agricultores familiares, abarcando assim todos os municípios de Roraima, com exceção da capital, Boa Vista. (MDA, 2014)

3.1.5–Infraestrutura de Assentamentos do INCRA

As ações de infraestrutura nos Projetos de Assentamento de Roraima apresentam lacunas, já expostas no ano de 2000, em Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado para discutir os rumos da agricultura familiar:

“As estradas construídas com recursos da União não têm uma durabilidade de dois (02) anos, não possuem aterro, as pontes não são estaqueadas, fazem pontilhões que não suportam mais de quinze (15) toneladas, os bueiros não são suficientes para o escoamento das águas, não são compactadas. Há mais de três (03) anos que o Governo do Estado não faz a recuperação de estradas vicinais nos Projetos de Assentamentos do INCRA e o INCRA não libera recursos para a recuperação das vicinais. O fato mais grave é que os madeireiros são responsáveis diretos pela destruição das vicinais, com seus caminhões pesados, não obedecem às capacidades de peso que os pontilhões suportam, trafegam em pleno inverno com a autorização do IBAMA e deixam os produtores isolados, devido a degradação das estradas”. (RORAIMA, 2000 p.02)

No período de 2003 a 2013, foram erguidas e reformadas mil seiscentas e trinta e duas casas e quatrocentos e trinta e seis quilômetros de estradas vicinais foram construídas ou reparadas, atendendo somente 13% das famílias assentadas (INCRA, 2013).

Neste sentido, fica evidente a contradição entre a legislação do Governo Federal, através do INCRA, que estabelece um cronograma de implantação das ações nos projetos de Assentamentos (portarias MDA/INCRA nº 6 e 7/2013 e 83/2014), para o desenvolvimento dessa política nos assentamentos da reforma agrária e a real situação dos projetos de assentamentos em Roraima.

3.1.6- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

Em julho de 1997, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi criado para **ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados** e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para **o desenvolvimento das áreas de reforma agrária**.

Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O Programa também **capacita educadores**, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas.

Em 2000, a SR- 25 INCRA- RR, implanta o Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA), e os primeiros projetos executados no Estado foram de alfabetização em parceria entre o INCRA-RR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR-RR Universidade Federal de Roraima-UFRR, Central dos Assentados - RR e Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Roraima - FETAG. (INCRA-2014)

Em 2004 uma parceria do INCRA-RR com a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) dá início ao curso de licenciatura e formação de professores para atuação nos assentamentos de Roraima. Outros convênios foram firmados entre o INCRA/PRONERA e UFRR no período de 2005 a 2010 para formação de técnicos em agropecuária e zootecnia. Na atualidade existem cinco projetos em andamento com 1.785 alunos inscritos (INCRA-2014).

3.1.7- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, criado em 2004, volta-se para trabalhadoras rurais que não possuem documentos ou necessitam fazer a segunda via. O programa vai até os municípios, onde são feitos mutirões, para emitir documentos de Registro de Nascimento, Cadastro de Pessoa Física, Carteira de identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Declaração de Aptidão ao Pronaf, Registro no Instituto Nacional de Seguro Social, Carteira de Pescador, dentre outros. (MDA, 2014)

Em Roraima, no período de 2004 a 2014 já foram realizados cento e cinquenta mutirões e expedidos mais de 78.000 documentos pelo PNDTR, para agricultores familiares, indígenas e assentados da reforma agrária. (MDA, 2014).

3.1.8 - Arca das Letras

O Arca das Letras foi criado em 2003, por meio deste programa, moradores do campo têm a oportunidade de ler e muitos foram alfabetizados com o material disponibilizado pelas bibliotecas instaladas nas comunidades rurais.

Os livros do acervo são colocados em móveis, chamados de arcas, que contam com cerca de 200 obras. Para incentivar e facilitar o acesso à leitura, as bibliotecas são instaladas na casa de agentes de leitura (escolhidos voluntariamente) ou nas sedes de uso coletivo (associações comunitárias, pontos de cultura, igrejas), de acordo com a escolha da comunidade e disponibilidade dos agentes.

No estado de Roraima foram instaladas 81 (oitenta e uma) bibliotecas, com mais de dezessete mil livros, em todos os municípios, a partir do ano de 2007. (MDA, 2014)

Com isso, se verifica que o fortalecimento e valorização das políticas públicas nos projetos de assentamento, dependem de um conjunto de medidas econômicas, sociais, políticas e culturais que devem ser implementados de forma articulada por diversos atores e instrumentos, e onde, sem dúvida, o Estado e a sociedade civil organizada cumprem o papel fundamental de universalizar o acesso a essas políticas que são essenciais para a qualidade de vida do assentado rural.

CAPÍTULO 4: O PROJETO DE ASSENTAMENTO QUITAUAUÍ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Os assentamentos rurais, pelo seu próprio histórico de criação, constituem espaços diferenciados que merecem a atenção do poder público, afim de que a terra ocupada tenha um aproveitamento racional e adequado às condições de produção sustentável, pois gera emprego e renda no meio rural e também permite a ampliação da liberdade de escolha das famílias envolvidas.

Daí porque as políticas de reforma agrária devem ser implantadas conjuntamente com outras políticas imprescindíveis ao desenvolvimento das famílias assentadas, como educação, saúde, acesso ao crédito; assistência técnica, infraestrutura, entre outras. No entanto, a falta de planejamento, conhecimento, aptidão, mercado consumidor tem gerado vários problemas e afligem os assentados, principalmente porque falta orientação técnica e representatividade política para as famílias assentadas.

Conforme mencionado no Capítulo 1, as políticas de reforma agrária são confundidas erroneamente e muitas vezes intencionalmente com ação apenas social, embora tenha relevante impacto para a sociedade. Os aspectos econômicos, políticos e ambientais também devem ser considerados, caso contrário, a questão agrária fica destituída de sua função principal tornando-se uma política de mera compensação. Deste modo, é imprescindível o fortalecimento do cooperativismo, da organização coletiva, da assistência técnica integral e da extensão rural, além das políticas voltadas para produção e comercialização.

No projeto de Assentamento Quitauauí (Figura 04), esta situação tem reflexos marcantes, pois além de questões históricas de criação, as famílias dependem totalmente dessas políticas, como veremos na análise do trabalho de campo, conforme apresentado nos tópicos seguintes.

Figura 04 – Fotografia 03- Vicinal II do PA Quitauaú



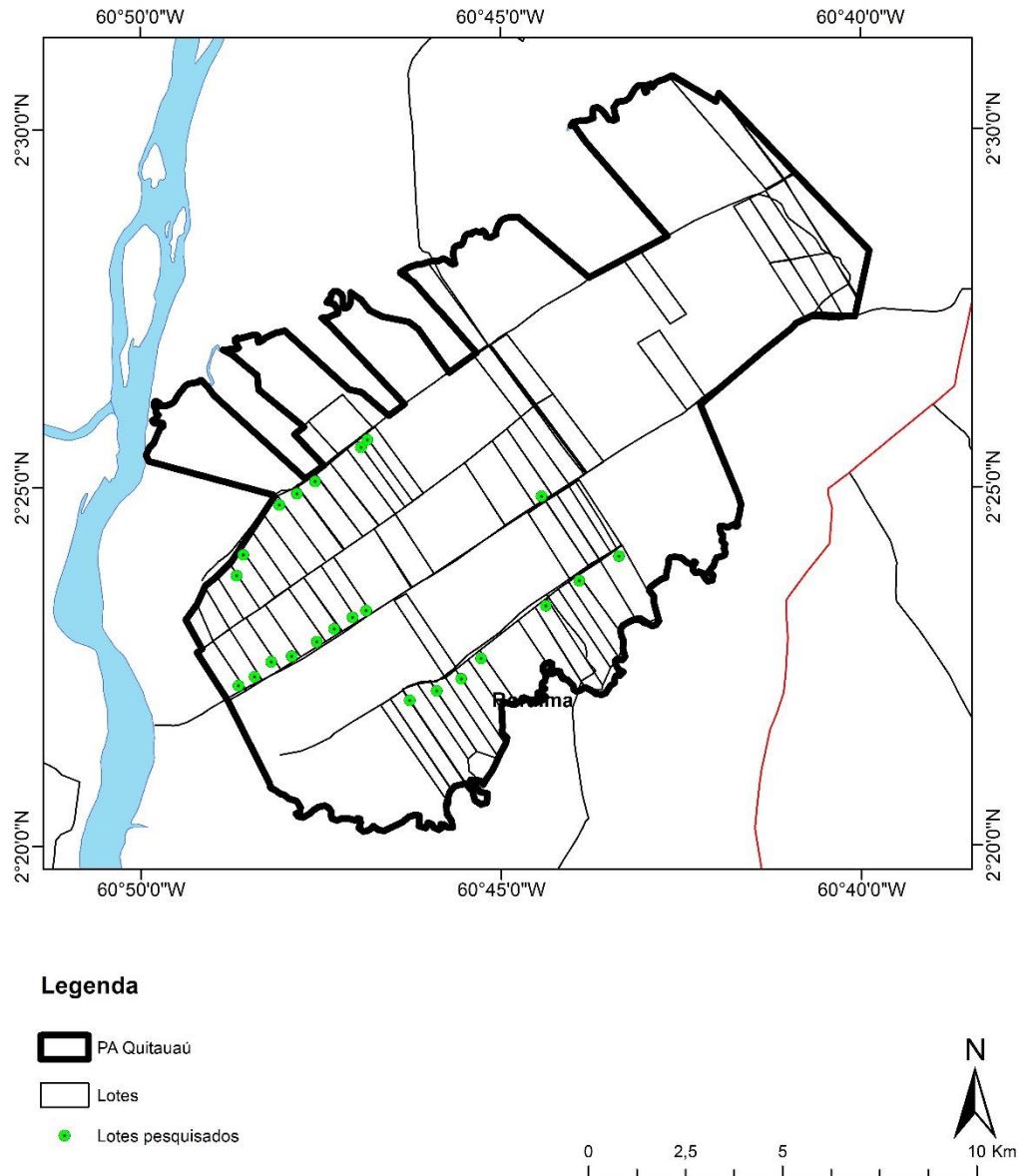
Fonte: Pequeno (2014)

A elaboração e discussão dos dados que compõem esse capítulo, se dá a partir da localização e identificação dos vinte e três lotes que serviram a pesquisa e foram identificados através do número da parcela constante nos registros do INCRA, nome da propriedade, estrada vicinal de acesso e coordenadas geográficas da sede ou da entrada do lote, conforme explicitado na metodologia. Foi elaborado um mapa (Mapa 05) com a localização dos lotes através de coordenadas geográficas de referência.

A localização dos lotes pesquisados e suas coordenadas geográficas estão representada no Mapa 05.

Mapa 05 - Localização dos lotes pesquisados no Quitauaú

LOCALIZAÇÃO DOS LOTES PESQUISADOS



Fonte: INCRA (2014). Elaborado pelo autor.

Para verificação das características sociais e econômicas dos agricultores do assentamento Quitauaú foram coleta das informações relacionadas ao gênero, estado civil, idade, documentação da propriedade, naturalidade, escolaridade, renda familiar e a atividade que o assentado exercia antes de ocupar o lote no Quitauaú.

4.1- ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS: À MARGEM DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Localizada entre os rios Quitauaú e Igarapé Cachorro, com vegetação de mata e com forte beleza cênica, a Vila Serra Grande II, (figura 05) distante sessenta e nove quilômetros do município do Cantá e é ponto de apoio e referência para os assentados e para os moradores do PA Quitauaú. Possui oitenta e quatro casas, na maioria de alvenaria, com energia elétrica fornecida pela CER e a comunicação se faz por operadora de telefonia móvel e telefone público. O comércio de gêneros alimentícios e outras mercadorias são negociados em cinco mercearias e um açougue. Existe no lugar um campo de futebol, um centro para reuniões comunitárias e as sedes das igrejas católica e protestante que são os espaços destinados para as atividades sociais e de lazer dos moradores da vila e adjacências.

Figura 05 – Fotografia 04 - Vila Serra Grande II



Fonte: Pequeno (2014)

No entanto, a Vila tem sérios problemas de saneamento, destinação dos resíduos sólidos, abastecimento de água. O abastecimento de água é fornecido pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER) e também existem poços que abastecem os moradores. Não existe sistema de esgoto e a maioria das casas, dispõem de fossas negras, o lixo é descartado em áreas próximas a Vila ou incinerado. Nesse sentido, a Vila Serra Grande II, é onde se presencia, num primeiro momento, a deficiência na distribuição de políticas públicas no PAQ.

4.1.1 – Equipamentos e Serviços Sociais

Fatores sociais e econômico são importantes para avaliar a dinâmica, as demandas e ofertas de serviços no assentamento Quitauaú, portanto uma análise das relações de gênero, estrutura familiar, origem dos assentados, renda familiar, atividades desenvolvidas antes de ocuparem a parcela no assentamento, tipo de moradia, acesso a eletrificação rural e abastecimento d'água são destacados nesse tópico.

Observações in loco e depoimentos dos assentados apontam o abandono e a falta de manutenção de serviços e equipamentos, como um galpão para agroindústria, uma casa de farinha e a sede de uma unidade policial abandonadas, além do prédio escolar para ensino fundamental, considerado inadequado para as atividades escolares pelos moradores. O escritório de assistência técnica estadual (Casa do Produtor Rural) funciona de forma precária na sede do município e o INCRA não realiza ações de assistência técnica, acompanhamento ou fiscalização no PAQ. Além disso, as duas associações criadas no assentamento foram desativadas, segundo informações dos assentados, por pouco comprometimento em processos de associativismo.

A ausência de uma representação dos assentados do Quitauaú na atualidade, dificulta a interlocução com os entes governamentais para incrementar as políticas destinadas ao assentamento, como assistência técnica, serviços de infraestrutura, escoamento da produção, acesso ao crédito, serviços de saúde e educação. Assim, essas demandas são conduzidas de forma individualizada e o assentado com maior poder econômico consegue acessar essas políticas, criando uma estratificação entre os assentados considerados “bem-sucedidos” e os que não conseguem acessar essas políticas e terminam por sofrer pressões para alugar, vender ou abandonar seus lotes. Existe na Vila Serra Grande II um administrador contratado pelo governo estadual que encaminha demandas emergências para os órgãos governamentais, mas não representa politicamente os assentados.

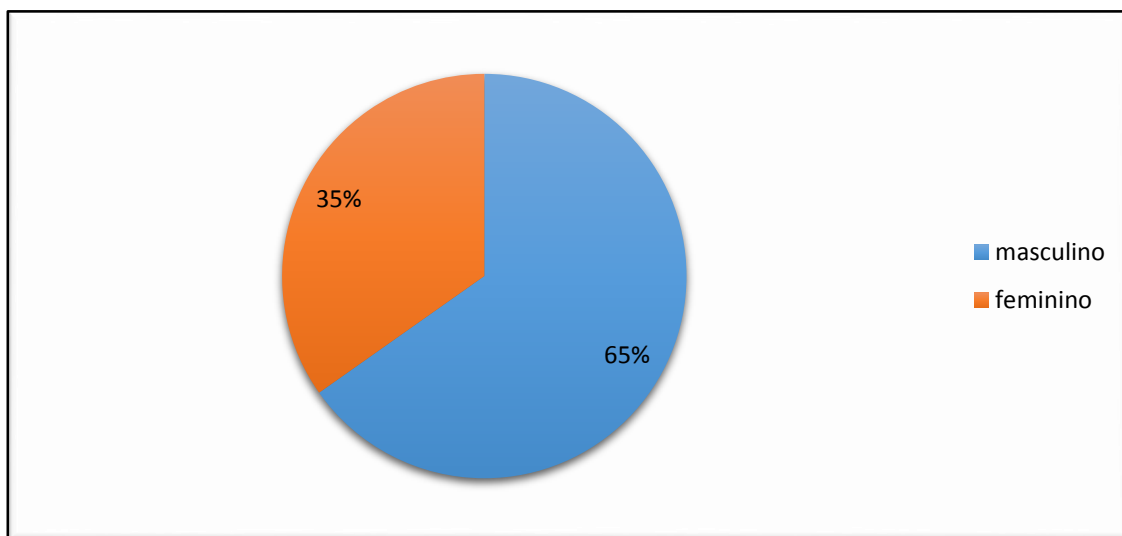
4.1.2- Estrutura Familiar

A relação de gênero é um aspecto importante a ser observado nos assentamentos, considerando a relevância da mulher na condição de sujeito, opondo-se a visão patriarcal que prevalece no mundo rural. Assim, segundo MELO e SABBATO (2008), a Portaria nº 981 de 2003 do INCRA, regulamenta a titularidade conjunta e obrigatória da terra para pessoas casadas ou em união estável. Em caso de separação a terra ficará para a mulher se ela

manter com a guarda dos filhos. Esta é uma dentre as políticas de ações afirmativas que vêm contribuir para uma mudança das relações entre os sexos nas áreas de assentamentos rurais.

No Quitauaú, o gênero masculino é predominante entre os assentados, responsáveis por 65% dos lotes pesquisados (gráfico 01). Desta forma os 35% de mulheres que detêm a posse dos lotes do assentamento evidencia que no meio rural ainda permanece um ideário de família nuclear, com papéis bem divididos entre os membros e tendo no homem o "chefe" da família (MEDEIROS, 2008).

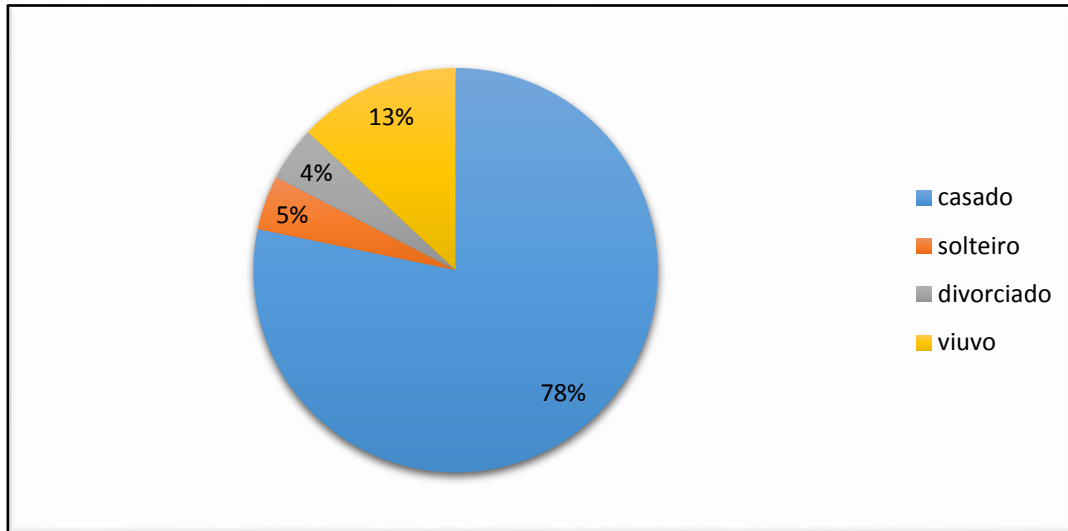
Gráfico 01 -Distribuição por gênero



Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

Porém, mudanças vêm ocorrendo e as mulheres tornam-se importantes sujeitos nas tomadas de decisões. A expressão dessas mudanças está representada no fato das mulheres do Quitauaú estarem participando da gestão do lote. E este interesse pelo lote, deve-se ao fato da titulação do mesmo sair no nome do casal. Assim, pesquisar relações de gênero no Quitauaú, possibilitará conhecer a realidade do assentamento exigindo dos órgãos públicos a criação de políticas que assegurem a participação equitativa de todos os sujeitos.

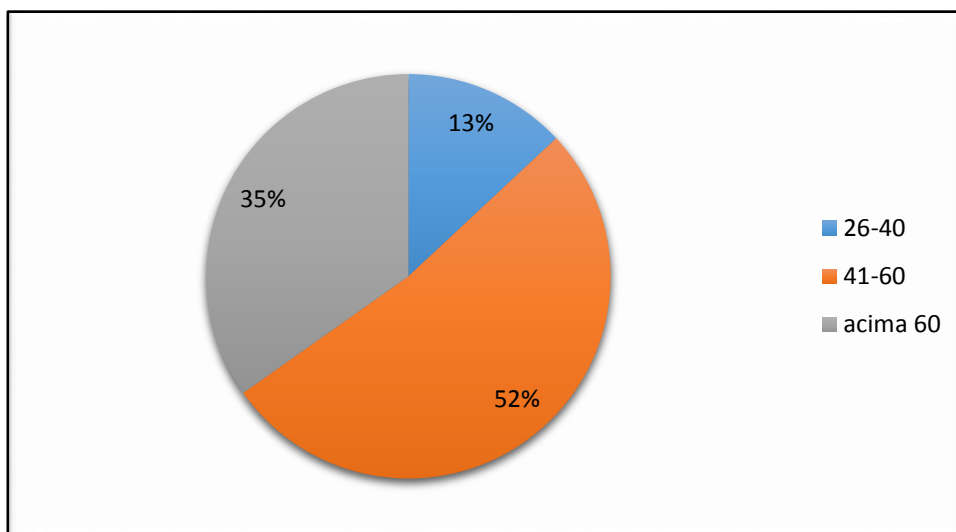
Para Altafin (2005), a produção familiar é orientada para a satisfação do bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família. Mesmo quando ocorre a necessidade de contratar mão-de-obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família. Sob esta ótica, para Denardi (2001), um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, e uma unidade de produção e reprodução social.

Gráfico 02 - Estado civil dos assentados do Quitauaú

Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

Nas famílias do Assentamento Quitauaú, o estado civil, (gráfico 02), é predominantemente casado ou de união estável correspondendo a 78 % dos casos pesquisados, essa condição reflete a importância do núcleo familiar como produtora de mão de obra para a agricultura familiar.

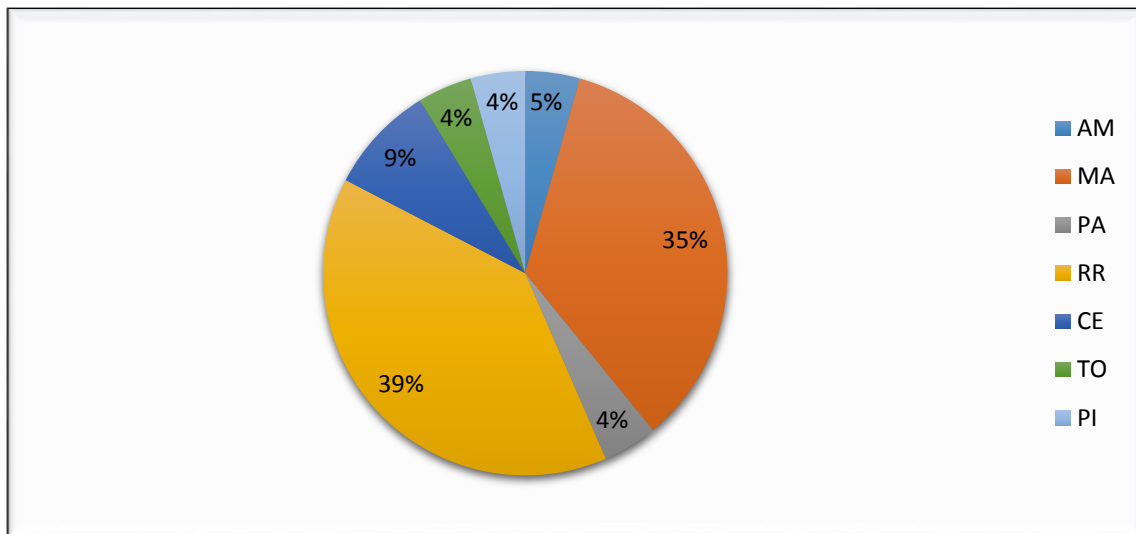
Outro aspecto observado é a faixa etária dos responsáveis pelos lotes, representada em 87% com idade acima dos 40 anos, portanto não pode ser considerada como trabalhadores jovens. Essa população de meia idade se explica pelo tempo de ocupação e criação do assentamento que remonta ao início da década de 1990, mostrando assim, a permanência expressiva de ocupantes pioneiros da região. (Gráfico 03).

Gráfico 03 – Faixa etária dos responsáveis pelos lotes

Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

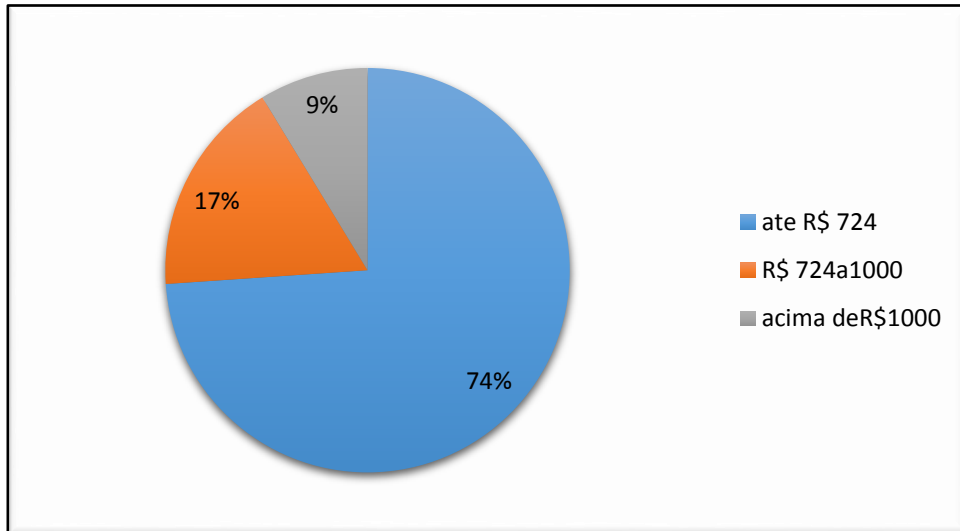
A origem dos assentados da reforma agrária em Roraima em sua maioria é assinalada como proveniente da região nordeste, com 67,96%, seguidos por migrantes da região norte com 12,04%. Já os naturais de Roraima, representam apenas 9,07% do total. (Embrapa, 2003). Já no Quitauaú, a pesquisa identificou fenômeno distinto, com predominância de assentados naturais de Roraima em 39% dos casos, sendo seguida pelos nascidos no Maranhão com 35% (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Naturalidade dos assentados



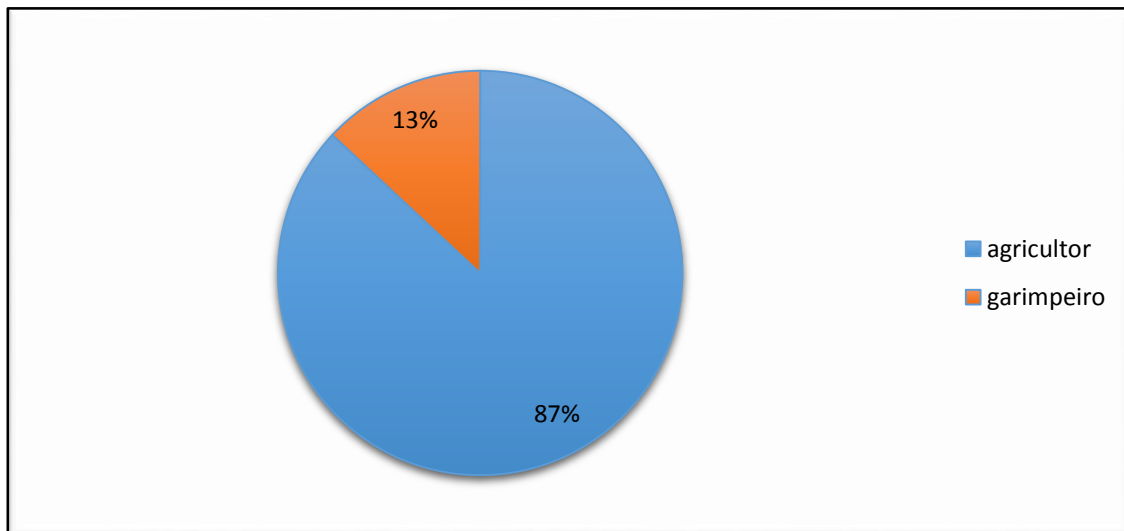
Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

A renda familiar é importante indicador para a consolidação de um assentamento. A renda dos assentados do Quitauaú, em 74% dos casos foi declarada na faixa de até R\$ 724,00 o valor do salário mínimo de 2014, valores superiores ao salário mínimo foram declarados por 26% dos entrevistados. Esses valores referem-se à renda com a produção agrícola, sempre declarada como insatisfatória e a ao recebimento de benefícios sociais como Bolsa Família, aposentadorias e ainda a trabalhos realizados fora do lote (Gráfico 05).

Gráfico 05 – Renda das Famílias do PAQ

Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

Com relação às atividades desenvolvidas pelos assentados antes de se estabelecerem no PAQ o trabalho rural foi declarado por 87% de agricultores, seguidos de atividades garimpeiras, demonstrado no gráfico 06.

Gráfico 06 – Atividades desenvolvidas antes do assentamento

Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

O tipo de moradia do agricultor no projeto de assentamento é predominantemente de alvenaria com 70% das edificações, entretanto ainda se encontram casas de madeira e com infraestrutura precária conforme as figuras 06 e 07 e gráfico 07.

Figura 06 – Fotografia 05 - Casa de madeira na vicinal III

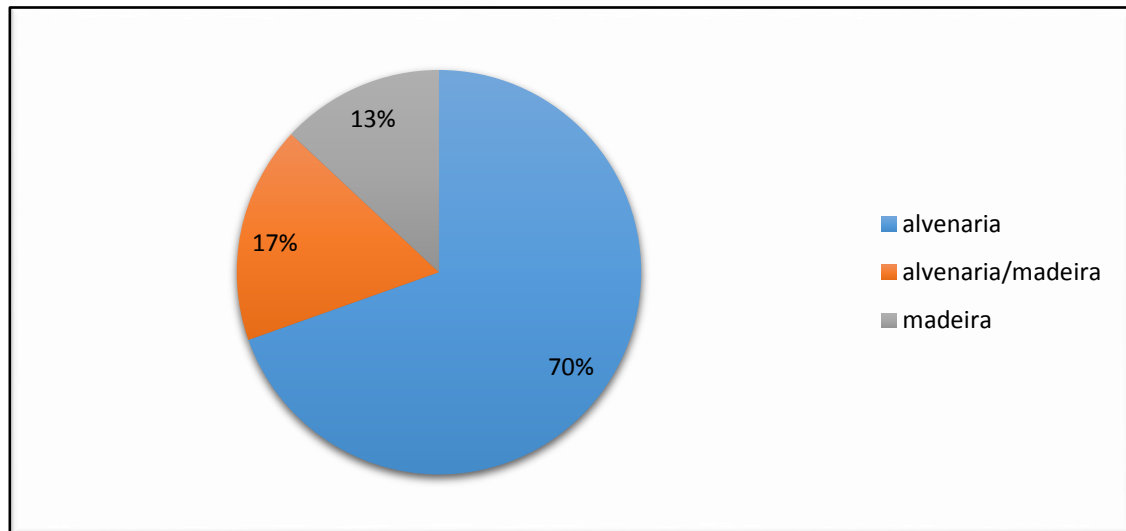


Fonte: Dantas (2014).

Figura 07 – Fotografia 06 - Casa de alvenaria vicinal I



Fonte: Dantas (2014).

Gráfico 07 -Tipo de construção da moradia

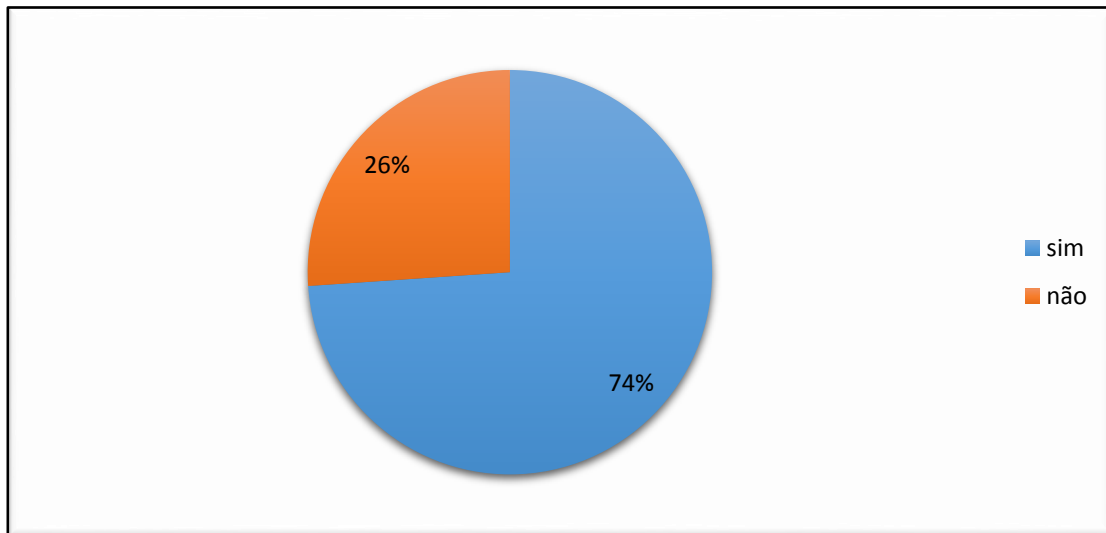
Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

Em relação a este aspecto, no PAQ, essa mudança significativa nas habitações, passando de casas de madeira para casas de alvenaria, se deve em parte pela facilidade de acesso a materiais de construção e a proximidade com Boa Vista, como também pela escassez de madeira de boa qualidade para construção.

4.1.3- Luz, Água e Transporte

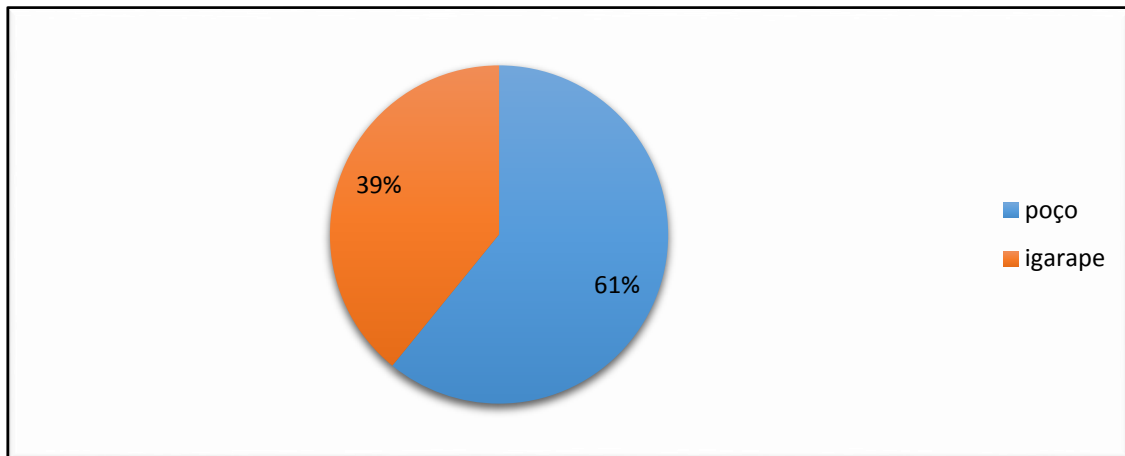
Instituído pelo Decreto nº. 4.873, de 11.11.2003, o Programa Luz para Todos tem como objetivos: garantir o acesso ao serviço público de energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público; melhorar a prestação de serviços à população beneficiada; intensificar o ritmo de atendimento e mitigar o potencial impacto tarifário, por meio da alocação de recursos subvencionados e pelo complemento de recursos financiados. Desde o momento de sua implantação no Município de Boa Vista, em 2004, o Programa já atendeu 2.122 (dois mil cento e vinte e dois) consumidores. (BRASIL, 2014).

No Projeto de Assentamento Quitauaú O acesso à eletrificação rural se dá em 74% dos lotes pesquisados (gráfico 08), sendo que os imóveis rurais situados na vicinal III não foram atendidos por esse Programa, o que causa grandes dificuldades para os moradores daquela vicinal. No momento da nossa pesquisa havia uma equipe da Eletronorte executando serviços iniciais para instalação da rede elétrica naquela vicinal.

Gráfico 08 - Energia elétrica

Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

O abastecimento de água das moradias dos agricultores é fornecido em 61% das casas por poços, incluindo aí o abastecimento d'água da Vila Serra Grande II proveniente de poço artesiano, e em 39% por rios e igarapés (Gráfico 09).

Gráfico 09 - Origem da água

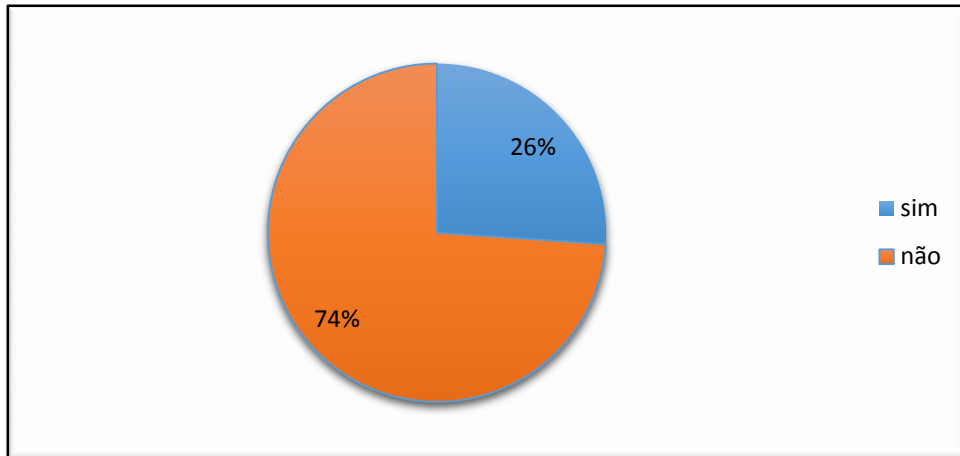
Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

O principal meio de transporte utilizado individualmente pelos assentados é a motocicleta, com 78% de uso pelos agricultores. A produção agrícola é transportada para feira do produtor, em um caminhão disponibilizado pela SEAPA, uma vez por semana, os alunos da rede pública que estudam na vila serra grande contam com transporte escolar duas vezes ao dia.

A trafegabilidade das estradas vicinais no Quitauaú e o acesso aos lotes é considerada precária por 74% dos assentados (Gráfico 10) e os moradores da vicinal III relatam

dificuldades no acesso aos lotes com estradas vicinais que apresentam uma difícil trafegabilidade implicando em precárias condições para o escoamento da produção, principalmente no período chuvoso.

Gráfico 10 - Acesso ao lote

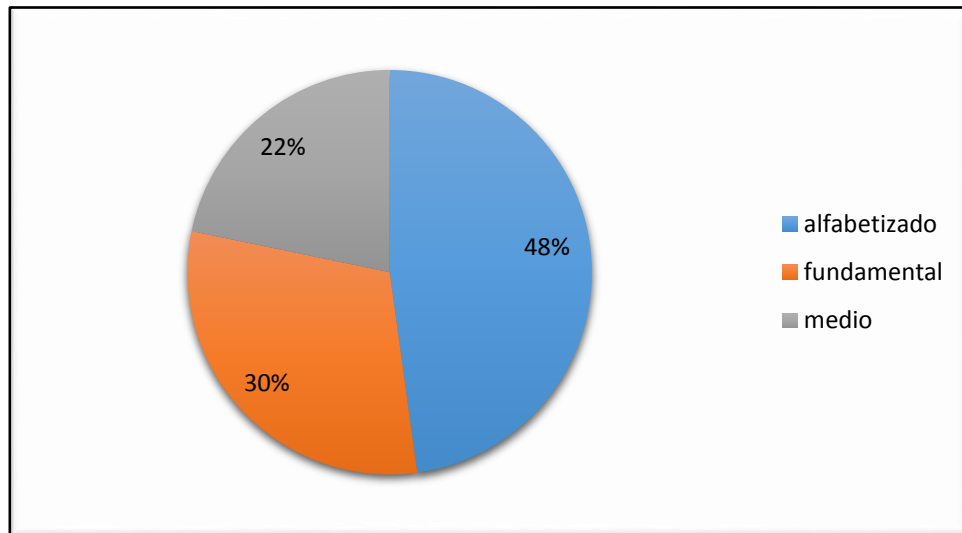


Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

4.1.4 – Serviços de Educação e Saúde

No Projeto de Assentamento Quitauaú 48 % dos assentados responsáveis pelos lotes são alfabetizados, seguidos pela condição de ensino fundamental completo 30% (gráfico 11). No Assentamento não existem alunos vinculados ao PRONERA e o ensino formal dos filhos dos assentados é realizado por duas escolas instaladas na Vila Serra Grande II, a Escola Serra Grande (Municipal) que atende 86 alunos da educação infantil e ensino fundamental e a Escola Raimundo Carlos Mesquita (Estadual) que atende 131 estudantes do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio e alunos do EJA. Essas escolas são mantidas pelo poder público através da Secretaria de Educação do Estado e do Município do Cantá.

Desta forma, a política educacional voltada para o assentamento está vinculada ao sistema formal de ensino, havendo ainda um longo caminho a ser percorrido para que os agricultores do Quitauaú assegurem uma educação que promova a autonomia dos agricultores e suas famílias. Algumas famílias mantêm residências em Boa Vista para possibilitar aos seus filhos ensino de melhor qualidade.

Gráfico 11 – Escolaridade dos Assentados do PAQ

Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

Quanto ao direito à saúde, este é assegurado a todos os cidadãos brasileiros, mas no meio rural os fatores de risco são agravados pelas condições de vida e trabalho, sendo as mulheres, os idosos e as crianças mais suscetíveis ao adoecimento. O atendimento básico de saúde dos moradores do assentamento Quitauaú é realizado através de uma Unidade de Básica de Saúde (figura 08) mantida pela Prefeitura Municipal com uma equipe de saúde composta por um médico, um enfermeiro, seis agentes de saúde e dois agentes de endemias.

Figura 08–Fotografia 07 - Posto de saúde

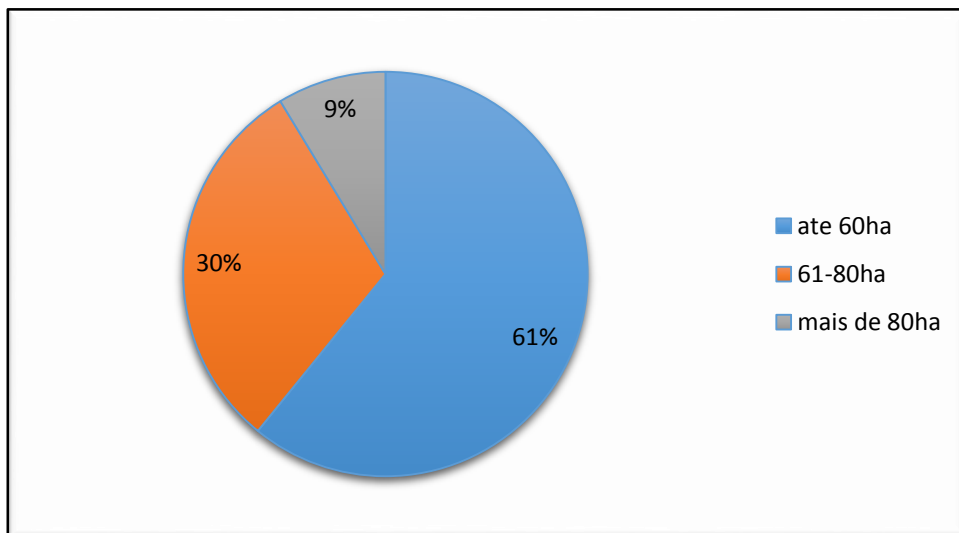
Fonte: Dantas (2014).

A equipe de saúde atende diariamente a população que procura o Posto de Saúde, vinculado a Prefeitura Municipal do Cantá.

4.2 - INDICADORES AMBIENTAIS

Nessa fase do trabalho se realizou um levantamento com dados fornecidos através de entrevistas da área do lote em hectares, qual o uso da área para atividades de agricultura, pecuária e reserva legal e se o assentado conhece a legislação ambiental, buscamos informações e coleta de dados junto ao Programa de Cálculo de Desflorestamento da Amazônia (PRODES) sobre a área desmatada do Projeto de Assentamento Quitauaú. E os resultados apontaram que 61% das propriedades apresentam áreas de até 60 hectares e 39% ocupam áreas pouco maiores. (Gráfico 12). Embora se saiba que os lotes de sessenta hectares sejam considerados pequenos para realidade amazônica, é comum a compra ou a posse de lotes contíguos, ocupados para aumento da área destinada à pecuária. Esta realidade gera conflitos visto que a área destinada inicialmente para agricultura familiar, volta ser ocupada de forma irregular, por pecuaristas e agricultores com maior aparato econômico.

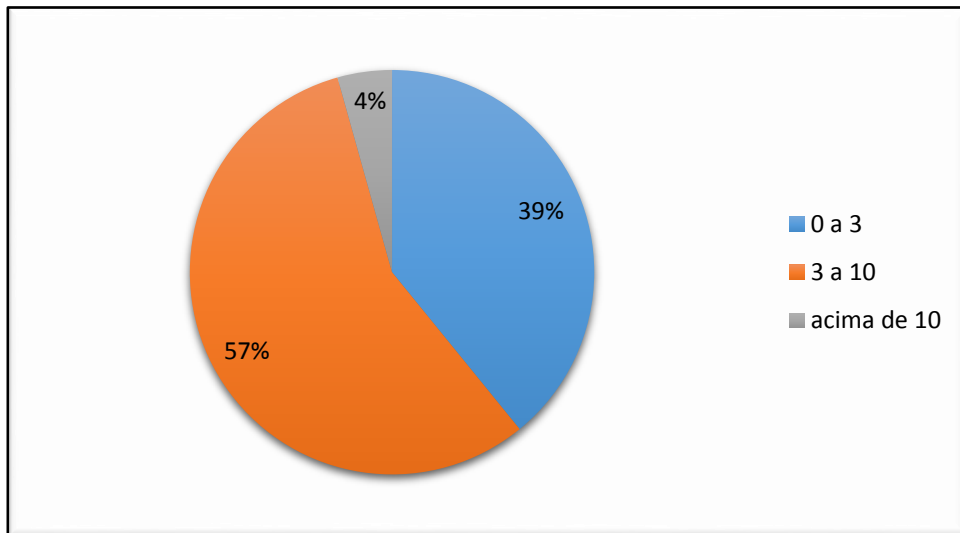
Gráfico 12 – Tamanho da área do lote



Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

Somente 4% dos assentados afirmam manter uma área superior a 10 hectares para a agricultura. 96% declaram destinar menos de dez hectares para agricultura de subsistência como lavouras brancas, que são lavouras que precisam ser plantadas todos os anos, como milho, feijão, arroz, banana e mandioca (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Área ocupada para agricultura



Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

Durante nossa pesquisa identificamos grandes áreas de cultivo de abacaxi, mantidas por agricultores de maior potencial financeiro, visto ser uma cultura que requer alto investimento da preparação do solo até a colheita. (Figura 09).

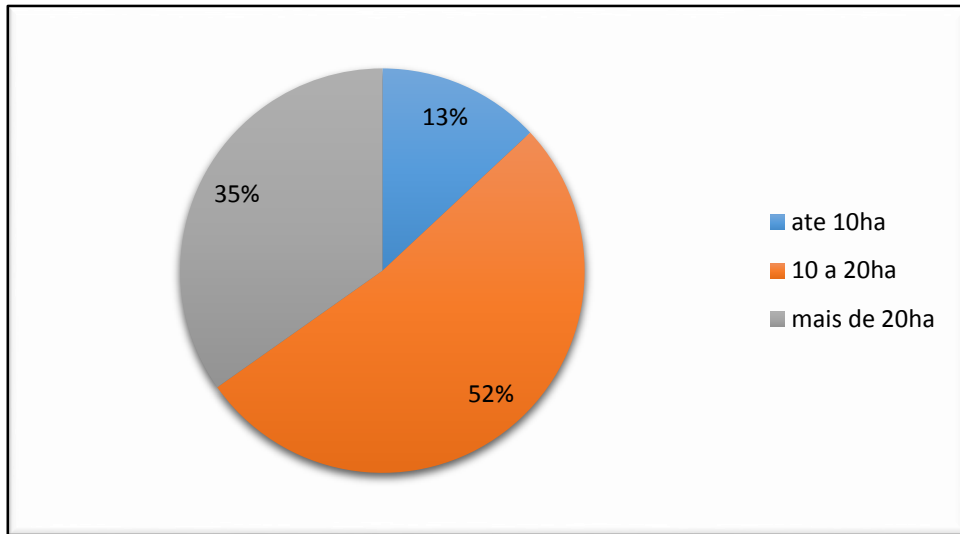
Figura 09 – Fotografia 08 – Área de cultivo de abacaxi na vicinal II



Fonte: Pequeno (2014)

Já em relação à área destinada para pecuária a pesquisa revelou que 52% dos assentados (Gráfico 14) que possuem criação de gado destinam entre 10 e 20 hectares para seu manejo. O plantel de ovinos, equinos e aves ocupam a mesma área ao rebanho bovino e as adjacências da moradia do agricultor. Identificou-se durante o estudo a ocupação de vários lotes por um único proprietário para formação de fazendas.

Gráfico 14- Área destinada para pecuária

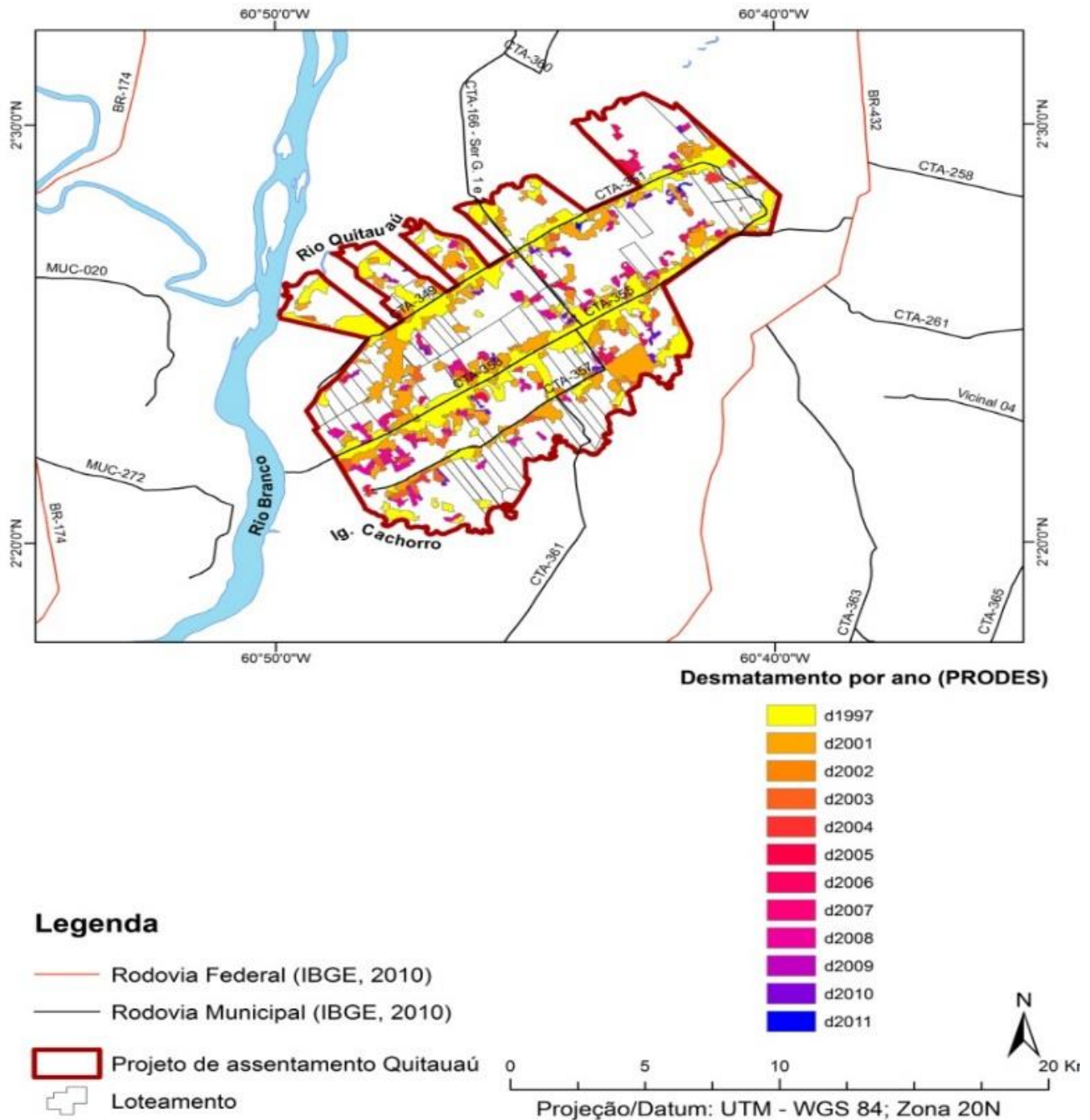


Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

As perguntas sobre o uso dos recursos naturais, em especial os recursos florestais são de difícil abordagem nas entrevistas, porém ferramentas de monitoramento como o PRODES possibilita uma aferição das questões de desflorestamento no assentamento Quitauaú. Assim questões ambientais, com ênfase no desflorestamento foram estudadas frente aos registros de desmatamento no assentamento no período de 1997 a 2011 (Mapa 06).

Mapa 06 – Desmatamento no PAQ

DESMATAMENTO NO PA QUITAUAUÍ (1997 - 2011)



Fonte: PRODES 2013. Elaborado pelo autor.

Esses resultados encontrados e a questão da Reserva Legal⁶ no Quitauauí são analisados à luz da política de ocupação da Amazônia e da exploração dos recursos naturais

⁶O conceito de Reserva Legal é o de uma área dentro da propriedade rural que deve ser preservada pelo proprietário por abrigar parcela representativa do ambiente natural da região onde está inserida e, que por isso, se torna necessária à manutenção da biodiversidade local. Código Florestal de 2012 - Lei 12.65

pelas leis do mercado capitalista, assim a ocupação de áreas consideradas remotas e despovoadas, com a intenção de povoar com imigrantes o vasto território brasileiro é uma prática que perdura desde o início da colonização do Brasil e a fronteira agrícola brasileira acompanha esse deslocamento para o interior, à procura de terras férteis e baratas (UICN *et al.*, 2011).

O desflorestamento na região amazônica e conseqüentemente em Roraima como uma dessas fronteiras representa, atualmente, um dos principais problemas ambientais do Brasil. A contenção deste processo requer políticas públicas baseadas no entendimento das forças que controlam, aceleram e desaceleram a perda de floresta. (BARNI; FEARNSIDE e GRAÇA, 2011)

Diversos estudos têm sido desenvolvidos para verificar o desmatamento acarretado por projetos de assentamento da reforma agrária na região amazônica, sobretudo após o Ministério do Meio Ambiente anunciar em 2008 que os projetos de assentamento do INCRA figuravam entre as seis primeiras posições na lista dos responsáveis pelo desmatamento da Amazônia. Segundo Brandão Jr. e Souza Jr. (2006 apud TOURNEAU E BURSZTYN, 2010, p.121), até 2004 15% do desmatamento registrado na Amazônia ocorreu no interior de assentamentos da reforma agrária.

Em Roraima, o desmatamento em larga escala é um fenômeno pós década de 1980, associado à construção de estradas e à ocupação das áreas de floresta em projetos de assentamento e o principal impacto ambiental produzido pela expansão da fronteira agrícola é o desmatamento em áreas de florestas. A média anual do desmatamento de 1978 a 2006 foi de 277 km² (BARBOSA; PINTO e SOUZA, 2008)

“Após o pico de 2008 (574 km²), o desmatamento esteve abaixo da média em 2009 (121 km²) e 2011 (120 km², taxa estimada), o que ainda não indica uma tendência de redução, pois eventos de declínio e retomada do desmatamento são constantes na série histórica e também podem estar associados a fatores metodológicos (cobertura de nuvens nas imagens de satélite atrasam a detecção) ou climáticos (tendência a desmatamento menor em anos com pluviosidade acima da média), entre outros. (INPE, 2011).

Em 1998, técnicos do INCRA, vinculados ao projeto Lumiar, em relatório de diagnóstico do Projeto de Assentamento Quitauaú, apontam que os assentados chegavam aos lotes, desmatavam, brocavam e queimavam plantando suas roças em terras sem ao menos

serem destocadas, levando a um desmatamento indiscriminado anual, pois os assentados encontravam dificuldades para capinar a terra e a juquirá, vegetação de porte baixo que nasce predominantemente em áreas abandonadas, acabava dominando. Assim, a área era aproveitada apenas uma vez no ano.

Atualmente existe uma preocupação por parte dos assentados da preservação da área de Reserva Legal da propriedade e dos danos ambientais ocasionados pelo desmatamento tendo em vista da legislação ambiental através do código florestal e a repressão dos órgãos ambientais que atuam no Estado, como IBAMA e FEMARH.

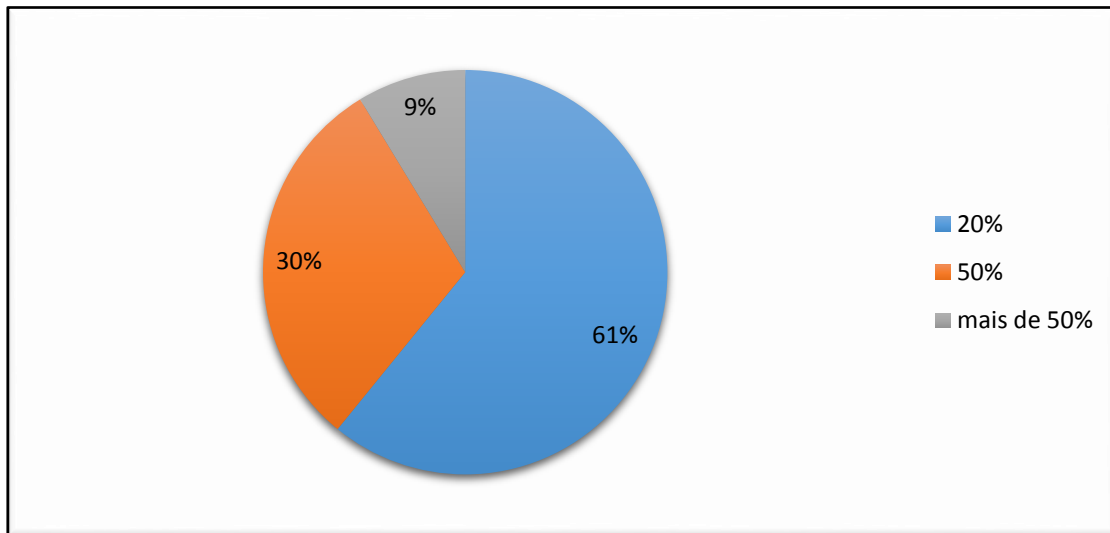
“Antes o INCRA incentivava a derruba e queima para que pudéssemos construir nosso barraco e plantar nossa roça de subsistência, só assim, nos assentava, naquele tempo podíamos derrubar até 50% do lote, agora se você tem um lote de 60 hectares só pode explorar doze hectares (20%)”. (Entrevista com Sr. MCS em 02.03.2014)

Deste modo, a insuficiência dos serviços e das políticas públicas voltadas para os assentados contribuiu, entre outros fatores, para a ocupação desordenada e predatória da floresta nos assentamentos e também para o abandono/venda de lotes que se constituíram em fazendas, assim como para a expansão do desmatamento e da ocupação irregular nas áreas adjacentes aos projetos. Neste sentido:

“O rápido crescimento populacional, a grande concentração nos núcleos urbanos, o ritmo lento com que o poder público vem ampliando a infraestrutura de saneamento, juntamente com as transformações macroestruturais que marcam a expansão da fronteira agrícola e de outros setores da economia roraimense têm causado severos impactos ambientais no Estado.” (DINIZ,2005, p.39)

Em ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal de Roraima em 2012, o INCRA, através dos projetos de assentamento é apontado como principal contribuinte para o aumento da taxa de desmatamento não só em Roraima, mas de toda a Amazônia Legal no período de 1997 a 2011 (MPF 2012). Nessa ação, o projeto de assentamento Quitauaú, aparece com uma área degradada de 39%, comprovado pela nossa pesquisa, o que equivale a um total de 6.515 hectares desmatada conforme demonstrado no gráfico 15. Deste modo, a pesquisa comprova que 39% dos assentados do Quitauaú superaram a área de Reserva Legal de suas propriedades.

Gráfico 15- Área desmatada



Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

Um importante aspecto a ser observado frente ao avanço dos assentados sobre a área de reserva legal no Quitauaú é a dinâmica da legislação ambiental que até a edição da medida provisória nº 1.511, de julho de 1996, permitia o corte raso em até 50% da cobertura vegetal das propriedades situadas na região norte, após essa MP a área possível de ser desmatada nos imóveis rurais passou a ser de 20%. Essa mudança na legislação acarretou a irregularidade ambiental em um grande número de imóveis rurais que não averbaram suas Reservas Legais, como apresentado no tópico anterior.

4.3- PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas voltadas para o campo são fundamentais para permanência dos assentados na terra e necessárias para garantir o fortalecimento dos assentamentos rurais através de demandas da sociedade civil, atendidas por entidades governamentais das esferas federal, estadual e municipal. As políticas públicas que interferem de forma mais ativa no PA Quitauaú são as de crédito custeio como o PRONAF e as de transferência de renda com ênfase no Programa Bolsa Família⁷, que a partir de 2003 unificou outros programas federais

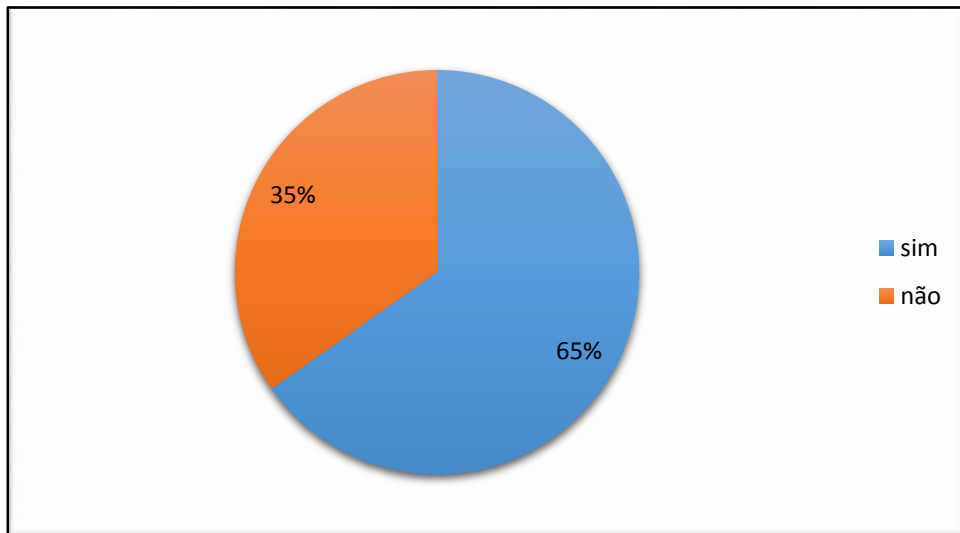
⁷O objetivo do Bolsa Família é integrar esforços para assegurar a autonomia das famílias. Nesse sentido, o Bolsa Família atribui uma grande ênfase em contrapartidas, tais como manutenção de filhos em idade escolar na escola; frequência regular de crianças de 0 a 6 anos de idade aos postos de saúde, com a manutenção do cartão de vacinas atualizado; frequência de mulheres gestantes aos exames de rotina; retorno de adultos analfabetos à escola, devendo todas as famílias participar de ações de educação alimentar que devem ser oferecidas pelo Governo. (SILVA e SILVA,2004),

de transferência de renda como: Bolsa Alimentação, Vale Gás, Bolsa Escola e Cartão Alimentação.

Outros importantes programas da política de reforma agrária podem ser implementados no PA Quitauaú, mas não são acessados pelos assentados, que declaram o desconhecimento das regras de acesso ou não tem um nível de organização satisfatório, como lideranças ou associação, que traga esses programas para o Assentamento. Destes programas destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Arca Das Letras e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), já elencados no item 3.1 do presente trabalho.

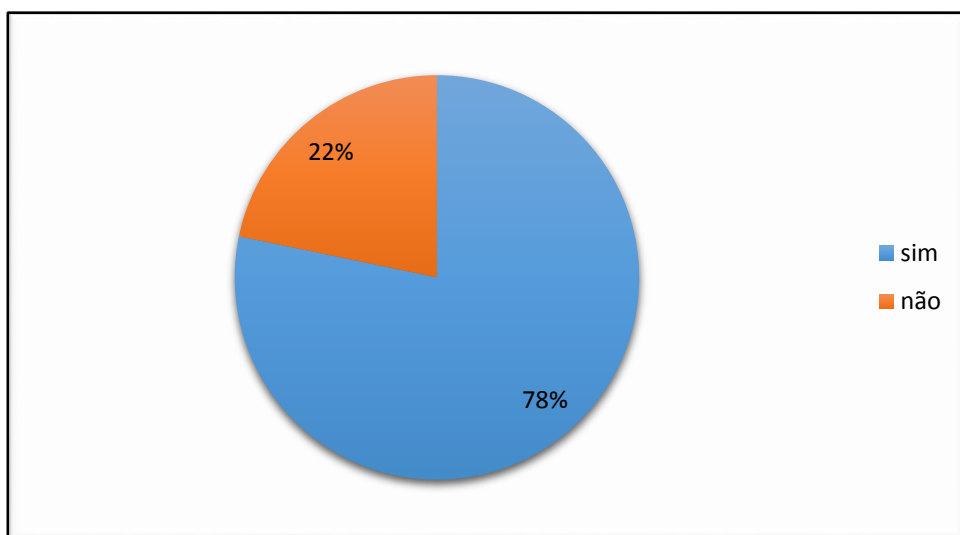
O acesso ao PRONAF já discutido no item 3.1.1, se dá de acordo com o perfil do assentado⁸, pelo fato das famílias recém-assentadas não disporem de nenhuma renda inicial, criou-se o Grupo A. Trata-se do investimento para a estruturação inicial do lote tendo como prazo de pagamento 10 anos. Para os assentados rurais desenvolverem a sua lavoura criou-se o Grupo A/C, que corresponde ao primeiro crédito de custeio dos agricultores que já tiveram acesso ao investimento do Grupo A, com prazo de até dois anos de pagamento. No Quitauaú, os financiamentos dos grupos A e A/C atenderam a 65% dos agricultores, conforme o gráfico 16. Os assentados que não são atendidos por esse programa tecem críticas à burocracia e a falta de orientação pelos órgãos de assistência técnica do INCRA.

⁸De acordo com a classificação do programa fornecida pelo Boletim Informativo PRONAF 2005/2006, os grupos de beneficiários do PRONAF são respectivamente: → Grupo A- Assentados de Reforma Agrária, trata-se de investimento para a estruturação inicial do lote ou parcela do assentamento, banco da terra, crédito fundiário de acordo com o projeto técnico; → Grupo A/C: é o primeiro crédito de custeio dos agricultores que já pegaram o investimento do Grupo A; → Grupo B- mini agricultor familiar com renda familiar de até R\$ 2.000.00, e sem a utilização de qualquer tipo de mão-de-obra não familiar; → Grupo C- custeio e investimento de atividades rurais agropecuárias e não agropecuárias, tendo o agricultor familiar uma renda familiar entre R\$ 2.000.00 e R\$ 14.000.00, podendo utilizar-se de empregados temporários; → Grupo D- custeio e investimento de atividades rurais agropecuárias e não agropecuárias, tendo o agricultor familiar uma renda familiar entre R\$ 14.000.00 e R\$ 40.000.00, podendo utilizar até dois empregados permanentes; e 46 → Grupo E- custeio e investimento de atividades rurais agropecuárias e não agropecuárias, tendo o agricultor familiar uma renda familiar entre R\$ 40.000.00 e R\$ 60.000.00, podendo utilizar até dois empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir. (BRASIL, 2014)

Gráfico 16 - Acesso ao PRONAF

Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

Em Roraima, 58% das famílias assentadas pelo INCRA estão inscritas no Cadastro Único⁹ e recebem o Bolsa Família. No Quitauaú, o Programa atende 78% das famílias que vivem no assentamento e que declaram a renda em até R\$ 70 por pessoa. (Gráfico 17) A seleção e fiscalização das informações sobre a situação de pobreza das famílias do Quitauaú é feita com base nas informações registradas pelo município do Cantá.

Gráfico 17 - Acesso ao Bolsa Família

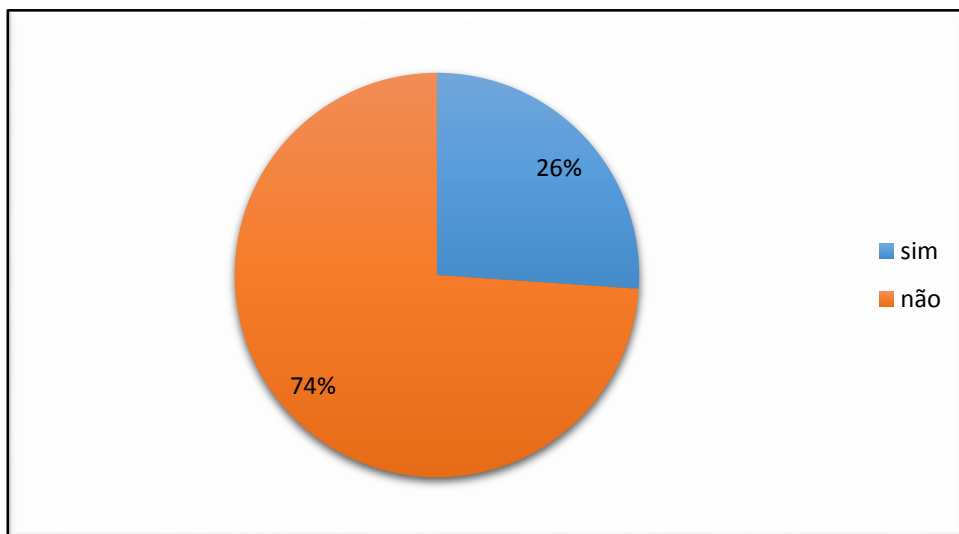
Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

⁹O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: (i) renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou (ii) renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único é coordenado pelo MDS, devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico> -acesso em 01.03.2014

O Quitauaú é um dos cinquenta e cinco assentamentos, dos sessenta e sete existentes em Roraima que não é atendido por políticas de ATER da esfera federal na atualidade. Dados disponibilizados no painel de assentamentos (INCRA, 2014), apontam que somente 18% dos assentamentos de Roraima foram contemplados por políticas de assistência técnica.

A Secretaria Estadual da Agricultura - SEAPA, através da Casa do Agricultor Rural (CAR) e a Agencia de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR), são citados pelos assentados, como entidades que promovem, com visitas esporádicas, orientações técnicas para o cultivo da lavoura de abacaxi e campanhas de vacinação de bovinos, além da emissão de documentação de transportes de animais. Este fato pouco contribui para o desenvolvimento das atividades agrícolas do assentamento e gera reclamações por parte dos assentados. Segundo dados da pesquisa (gráfico 18), a assistência técnica rural no Quitauaú é considerada insatisfatória por 74% dos assentados

Gráfico 18- Assistência técnica



Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

Portanto, a realidade dos assentamentos rurais do Cantá, em especial do PAQ, confirma a precária atuação da sociedade civil organizada daquele município e ausência de políticas públicas efetivas que contribuam com qualidade de vida dos assentados. No Município do Cantá existem sessenta e duas associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sendo que as duas associações do Quitauaú se encontram inativas. Neste sentido as lutas e conquistas estão vinculadas mais aos indivíduos e aos seus aliados partidários do que propriamente a uma reivindicação coletiva.

Deste modo, programas como Luz para todos, PAC, Minha Casa Minha Vida, Assistência Técnica, Crédito, infraestrutura, educação, saúde e saneamento são listados como incompletos, ineficazes e no mais das vezes inacessíveis para os assentados.

4.4– REALIDADE FUNDIÁRIA NO QUITAUAUÍ

A questão fundiária do PAQ não difere da realidade encontrada em todo Estado de Roraima, onde existe uma indefinição sobre os rumos que esta política poderá tomar. Mesmo sendo uma área do INCRA, e, portanto, de domínio federal, o Quitauauí está vinculado aos problemas que ocorrem na atualidade no Estado, tais como a transferência de terras da União para o Estado, a Lei das Terras Estadual, ao Zoneamento Econômico e Ecológico –ZEE e na pouca efetividade do INCRA nas diretrizes de consolidação e emancipação dos assentamentos rurais.

Segundo os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA (2013), em Roraima, identifica-se 27.764 imóveis rurais que ocupam uma área cadastrada de 4.361.057,69 hectares, que corresponde a 19% da superfície do Estado. Os minifúndios, propriedades com até 100 hectares, somam 22.075 imóveis. No município do Cantá dos 9.274 imóveis rurais, 2.177 são pequenas propriedades com até um módulo fiscal¹⁰. Os lotes do Projeto de Assentamento Quitauauí encontram-se na faixa de até 80 hectares.

Deste modo, a regularização do lote, através do Título Definitivo é um fator crítico da estrutura fundiária do PAQ, considerando que sem esse documento o assentado permanece subjugado ao órgão executor da política de reforma agrária mesmo já tendo percorrido um extenso caminho até entrar no programa de reforma agrária.

Os beneficiários da Reforma Agrária são selecionados a partir de um perfil estabelecido na Instrução Normativa 45/2008 do INCRA, que fixa os procedimentos para legitimação de posse em área de até cem hectares localizadas em terras públicas rurais da União (INCRA, 2008). Após essa seleção, o assentado passa a ter acesso aos programas e projetos da reforma agrária, elencados anteriormente e percorre um longo caminho em busca do título da propriedade, um dos mais almejados documentos para sua emancipação.

¹⁰Módulo fiscal é um conceito introduzido pela Lei nº 6.746/79, que regula os direitos e obrigações relativos a imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola nacional. Trata-se de uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município. (Arantes, 2006)

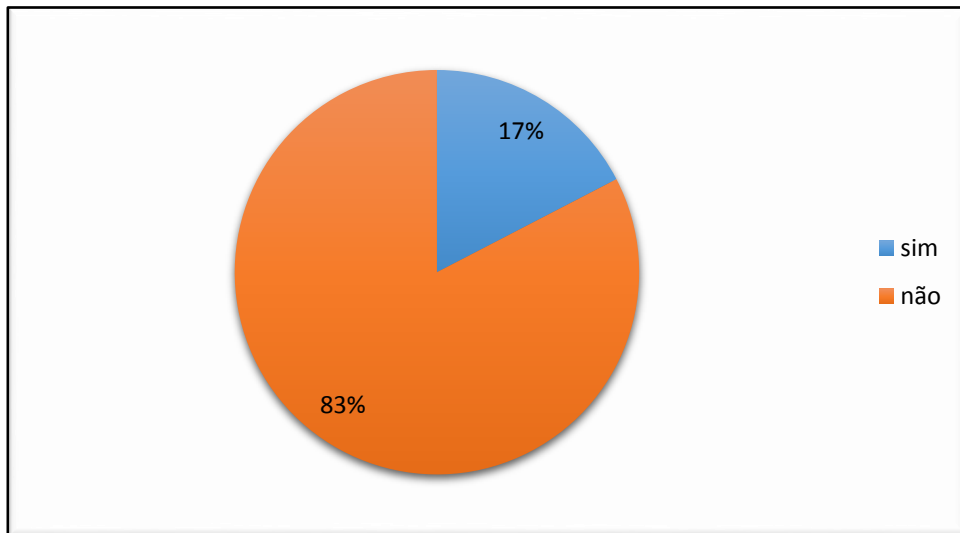
Conforme PEIRANO (2009) precisa-se de documentos que ateste quem somos no mundo moderno, não sendo suficiente afirmar-se que somos. Isso é válido também para a relação com a terra, neste caso, a família não consegue simplesmente assegurar que possui uma relação de propriedade perante o estado e seus organismos de financiamento rural, sem a documentação comprobatória.

O título de domínio definitivo¹¹ da terra em assentamentos rurais, segundo CORDEIRO, (2011), é um importante documento que atesta a posse da terra da Reforma Agrária ocupada por uma família assentada e posteriormente, quando quitadas as parcelas da terra e registrado em cartório certifica a propriedade do lote. Assim, a autora compreende o título de domínio definitivo como uma certidão efetiva para comprovação do vínculo de uma determinada família com a terra para efeitos de catalogação estatal.

O caminho para chegar até o título definitivo da terra é longo e cheio de obstáculos, seja a distância geográfica entre os assentados e o órgão executor (INCRA), seja pela demora na emissão dos documentos que pode inviabilizar a busca por esse importante documento de posse. A Instrução Normativa 30/2006 (INCRA, 2006) indica os procedimentos administrativos para transferência de domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em projetos de assentamento de reforma agrária em terras públicas de domínio do INCRA ou da união. Em primeiro lugar, a família assentada recebe um Contrato de Concessão de Uso (CCU) da terra ocupada, quando da homologação dos beneficiários do projeto de reforma agrária em questão. Esse contrato é firmado por um prazo de cinco anos, prorrogado por igual período. O Título de Domínio (TD) só será transferido à família assentada, quando transcorridos pelo menos cinco anos após a vigência do CCU, se as parcelas de terra já estiverem demarcadas e georreferenciadas com a confecção de uma planta, um memorial e a área do projeto estiver sob o nome do INCRA

A pesquisa aponta que 83% dos assentados do Quitauaú (gráfico 19), não possuem o título da área ocupada. Esse número corrobora o percentual de 86% de famílias assentadas de Roraima que não detêm o título de propriedade de seus imóveis rurais.

¹¹ O processo de titulação definitiva consiste na entrega dos documentos que atestem a propriedade do lote, quando o INCRA passa a não ser mais o guardião deste que está em regime de concessão de uso à família assentada. Ao criar um projeto de assentamento, o INCRA concede a cessão de uso à família. Este é um termo inegociável até dez anos a partir da emissão deste contrato. O título definitivo só pode ser emitido três anos após a matrícula definitiva no órgão federal responsável pelo assentamento. Outra condição é a existência de infraestrutura básica (estrada, sistemas de abastecimento de água, açude, etc.).

Gráfico 19 – Documentação do Lote

Fonte: Questionários aplicados em 23 lotes no PAQ em 2014.

O excesso de burocracia e a falta de informação são os fatores que dificultam a regularização do lote, conforme relatado pelos entrevistados, entretanto a complexa situação fundiária do estado de Roraima contribui para a demora no processo de regularização dos lotes. Esse processo requer a atuação do INCRA frente ao processo de licenciamento ambiental do assentamento, atualização do cadastro dos beneficiários da Reforma Agrária, georreferenciamento da área e, por fim, a emissão do Título Definitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado objetivou realizar uma análise das Políticas Públicas para o projeto de Assentamento do Quitauaú no município do Cantá, no estado de Roraima, mais precisamente no Projeto de Assentamento do Quitauaú, através de uma pesquisa qualitativa, utilizando de instrumentos de pesquisa de campo, bibliográfica e documental, que permitiram conhecer a realidade do assentamento em questão.

Na análise das políticas públicas para os projetos de assentamento e da questão agrária em Roraima, com ênfase no projeto de assentamento Quitauaú, foi possível confirmar a importância da Política de Reforma Agrária e dos programas como PRONAF e o Bolsa Família para a consolidação do trabalhador rural no campo. Também, foi possível verificar que outras ações como a Assistência Técnica, Regularização Fundiária, Programas de Aquisição de Alimentos, Programa de Educação no Campo, entre outros são incipientes ou distribuídos e acessados de forma desigual pelos beneficiários do Programa de Reforma Agrária do INCRA.

O Projeto de Assentamento Quitauaú legitima estudos anteriores sobre a reforma agrária e a agricultura familiar na região Norte do Brasil, em especial no estado de Roraima. Neste sentido, o agricultor é em sua maioria do sexo masculino, em idade produtiva, quase sempre casado, com um núcleo familiar ou de agregados composto por no máximo seis pessoas e originário em grande parte de Roraima ou da região Nordeste e com baixa escolaridade. A oficialização do assentamento pelo INCRA se deu muito tempo após a ocupação da terra pelos assentados.

Buscando identificar as Políticas Públicas voltadas para os assentados da reforma agrária em Roraima, no assentamento do Quitauaú, foram aplicados questionários que possibilitaram a elaboração de uma análise quanto às políticas públicas, que apesar de existentes não atingem os assentados de forma satisfatória.

Existem registros de ocupação da área do atual Projeto de Assentamento do Quitauaú desde os anos 1980 por colonos advindos de Roraima e Região Nordeste. O reconhecimento do Quitauaú como Projeto de Assentamento pelo INCRA efetivou-se em 1996, mesmo assim, o INCRA ainda enquadra o Quitauaú nas categorias de assentamentos em instalação.

Por sua vez, a ausência de uma cultura de associativismo por parte dos assentados possibilita irregularidades como o agrupamento de vários lotes por um único proprietário, a dificuldades de comercialização de produtos e insumos para os assentados, conquista de educação e saúde de melhor qualidade, entre outros.

Desta forma, mantêm-se uma estrutura fundiária na qual a grande propriedade é priorizada, o que provoca graves consequências sociais, econômicas e políticas que afeta a população das comunidades rurais.

Neste sentido os trabalhadores rurais assentados, representando as pequenas propriedades, são colocados em uma posição de menor prestígio, ficando subordinados a uma concorrência desleal e injusta no que concerne as políticas públicas que deveriam promover o crescimento sustentável.

A precariedade na assistência técnica, demora na regularização fundiária, inexistência de extensão rural, dificuldade na capacitação dos assentados e no acesso ao crédito rural, são alguns dos aspectos negativos apontados pelos agricultores, o que evidencia a forma incipiente do acesso à essas políticas.

Portanto, no Assentamento Quitauaú, a agricultura e a pecuária praticada são de pequena escala pela maioria dos assentados, excetuando-se assentados e proprietário com maior poder econômico, detentores de vários lotes que caminham para uma agricultura patronal, em oposição a proposta principal da Política Nacional de Reforma Agrária, que é a agricultura familiar e a distribuição de terras para trabalhadores sem-terra.

No aspecto ambiental, formas de ocupação do solo e uso dos recursos naturais disponíveis tornaram-se fonte de preocupação por parte dos assentados considerando a legislação ambiental vigente que impossibilita a ampliação de áreas para exploração e o passivo ambiental desses lotes que superaram a área possível de exploração, assim a preservação ou recuperação de áreas de reserva legal torna-se uma demanda importante para o Quitauaú, através de ações de educação ambiental e recuperação das áreas degradadas.

Esta pesquisa verificou, através de imagens, dados georreferenciados e pesquisa documental que a área de reserva legal do Assentamento do Quitauaú foi afetada de forma negativa devido as grandes áreas de desflorestamento, possibilitando o avanço da agropecuária, em detrimento da agricultura familiar.

O INCRA é apontado pelos assentados como um dos principais responsáveis pela deficiência na aplicação das principais políticas públicas, entretanto a representação desse órgão e seus servidores elencam a carência de pessoal, recursos financeiros e equipamentos para executar as demandas dos assentados. Outros representantes governamentais da esfera estadual e o município também são responsáveis na aplicação de recursos financeiros através de convênios que podem interferir de forma positiva na qualidade de vida dos assentados do Quitauaú, no entanto existe o descaso e pouco controle social sobre os recursos destinados para os assentamentos.

Como resultado percebeu-se que as políticas públicas rurais no estado de Roraima e particularmente no assentamento Quitauaú ainda estão longe de atingir os resultados preconizados.

Porém, a ausência de políticas públicas redistributivas ou até mesmo a dificuldade no acesso a estas, são uma forma de impedir a conquista de seus direitos enquanto cidadãos ou vinculá-las a práticas eleitoreiras, provocando o enfraquecimento da organização social dos assentados do Quitauaú.

Mesmo assim, a maioria dos assentados sobrevive do próprio lote, com agricultores se declarando satisfeitos, conforme observado durante o trabalho de campo. Porém a realidade apresenta uma série de dificuldades para estes assentados, como precariedade na assistência técnica, eletrificação rural, regularização fundiária, crédito rural, entre outras e cabe ao Estado uma análise criteriosa e dinâmica das políticas públicas; avaliando seu desempenho de forma articulada e respondendo pelo fortalecimento e valorização de políticas que trarão reais melhorias para qualidade de vida dos assentados da reforma agrária, particularmente, do projeto de assentamento Quitauaú.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMOVAY, R. **O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: LEITE, S. P. et al (orgs.) Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2000

AB'SABER. A. N. **Planificação para Assentamentos Agrários: Como alocar os espaços eficientemente, respeitando particularidades locais**. In Revista SCIENTIFIC AMERICAN Brasil. Ano 5 nº 59, abril de 2007.

ALBUQUERQUE, F. J. B. de. **As Políticas Públicas e os Projetos de Assentamentos**. Estudos de Psicologia 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294x2004000100010>>. – acesso em 13 fev.2014

ALENCAR, F. A. G. de. **Segredos Íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**: EUFC, 2000

ALTAFIN, I. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

ANDRADE, M. C. de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1984. 132 p.

ARANTES, E. C. **A formação agrária na Amazônia: uma análise do caso do Estado de Roraima (1972 a 2007)**. In: SANTOS, N. P. D. (Org.). Amazônia: Espaço, Cultura e Visões do Mundo. Boa Vista: Editora UFRR, 2008

ARRETCHE, M. **Estado Federativo de Políticas Sociais - Determinantes da Descentralização**. São Paulo: Ed. FAPESP, 2003.

AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988.

BARBOSA, R.I. 1993. **Ocupação Humana em Roraima. I. Do Histórico Colonial ao Início do Assentamento Dirigido**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 9 (1): 123-144.

BARBOSA, R. I. **Savanas de Roraima**, FEMACT, Boa Vista 2005.

BARBOSA, R. I.; PINTO, F. S. e SOUZA, C. C. **Desmatamento em Roraima: dados históricos e distribuição espaço-temporal**. In: Relatório Técnico. Ministério da Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia- INPA:2008.

BARNI, P. E.; FEARNSIDE, P. M. e GRAÇA, P. M. L. de A. **Desmatamento no sul do estado de Roraima: padrões de distribuição em função de projetos de assentamento do INCRA e da distância das principais rodovias (BR-174 e BR-210)**. Copyright: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia –INPA:2011. Disponível em <<http://acta.inpa.gov.br>>. Acessado em 29/10/2013.

BARRIOS, S. A produção do espaço. In: SANTOS, M. & SOUZA, M. A. (Orgs.). **A Construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

BARROS, N. C. C. de. **Roraima Paisagens e tempo na Amazônia setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul**. Recife: Universitária, 1995.

BECKER, B. K. “**Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: interação e conflito**”. Editora da Universidade de Brasília, Brasília 1990

_____. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; BLANC-PAMARD, C.; CHONCHOL, M.-E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BRASIL, **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Legislação Federal, Brasília, 30 de novembro de 1964; disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm > acesso em [14.05.2014](#)

BRITO, D. M. C. **Conflitos em Unidades de Conservação**. Artigo, p. 1. www2.unifap.br/csociais/wp-content/plugins/.../csociais-a04n12008.pdf. Acesso em 29/01/2014.

BUTH, F. e, KRÜGER, W. C. **A Reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: O caso do assentamento Ramada – RS**in: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.

CAMPOS, C. (Org.) **Diversidade socioambiental de Roraima: Subsídios para debater o futuro sustentável da região/** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011

CARDOSO, C. A. S. **O MST e a sua instalação no Estado de Roraima em 2006**. Revista **Textos & Debates**, UFRR v. 1, n. 13, 2012.

CARVALHO, H. M. de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: Conceitos e temas**. Bertrand – 12ª ed. Rio de Janeiro: 2009.

_____. **O enfoque locacional na Geografia**. Terra Livre, São Paulo:1986.

CHEMIN, B. F., **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**. Lajeado: Univates, 2010.

CORDEIRO, M.S.S - **O recebimento do título definitivo em assentamentos: discursos acerca da propriedade da terra** - XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR)

CORRÊA, R. L.. **Espaço, um conceito chave para geografia**. In: DAGNINO, E. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

DINIZ, A. **O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos socioambientais**. Caderno de Geografia, v. 15, n. 25, p. 23-44. Belo Horizonte:2005.

_____. Tendências Migratórias atuais de Roraima, Revista textos e debates , UFRR, 1997 Pag. 51-58 disponível em <http://revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/view/984>

FEARNSIDE, P. M. **Land-Tenure issues as factors in environmental destruction in brazilian Amazonia: the case of southern Pará**. World Development, Oxford, v. 29, p. 1361-72, 2001.

FERNANDES. A. S. A. **Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social**: DANTAS, H. e JUNIOR, J. P. M. (orgs). IN: **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus. 2007.

FERNANDES, B. M. **M.S.T. Movimento dos Trabalhadores sem Terra: Formação e Territorialização**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. Ed. Cortez, São Paulo, 2001

_____. **O MST e os desafios para realização da Reforma Agrária no Governo Lula**, NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária, Ano IV, nº 11, maio e agosto, 2003.

FERREIRA NETO, J. A. et al. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Econômico: Um estudo sobre o noroeste de Minas Gerais** In: CONGRESSO SOBRE SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL., 47º, 2009. Porto Alegre RS, Anais. P. 2. Disponível em WWW.sober.org.br/palestra?13?741.pdf, acesso em 14 de mar. 2014.

FRANÇA, V. L. de. **Políticas Públicas e desenvolvimento: O caso do assentamento rural amarelinha de Cima no município de Pilõezinhos**, Guarabira 2012

GEHLEN, I. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. *São Paulo Perspec.* [online]. 2004, vol.18, n.2, pp. 95-103. ISSN 0102-8839.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, A.C.; TOLEDO, D. A.C.; CASTANHEIRA, L. F. M.; OLIVEIRA, B. A. M. **Agricultura familiar e economia solidária: o programa compra direta como política de**

inserção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7, 2007, Fortaleza. Anais. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/139.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAM, C. HILL, M. **The policy process in the modern capitalist state.** London: Harvester. 1993.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**, 10 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HÖFLING, E. de M. **Estado e políticas (Públicas) sociais.** Cadernos CEDES, v. 21 n 55 Campinas, Nov. 2001

IMMERGUT, E.M. **As Regras do Jogo: A lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 30 (11):139-165.

IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Transparência Florestal, Amazônia Legal. Imazon:2011. Disponível em<<http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/transparencia-florestal-amazonia-legal/boletim-transparencia-florestal-da-amazonia-legal-agosto-de-2011>>. **Acessado em 09/11/2013.**

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico 2010.** IBGE. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>> . Acessado em 10/10/2013

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Taxas Anuais de desmatamento-1988 até 2011.** INPE: 2011. Disponível em <http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2011.htm>. Acessado em 17/10/2013

LACERDA, E. G. **A Reforma Agrária no Lavrado de Roraima: o pioneirismo do Projeto de Assentamento Nova Amazônia.** Belo Horizonte, 2013 PUC/ MG.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica - 5. ed. -** São Paulo: Atlas 2003.

LAMOUNIER. B. **Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão.** Brasília: Ipea, 1994: Estudos de política agrícola, 9

LEITE, S. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais.** In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1998, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Governo do Ceará e MEPF/NEAD, 1998. 18 p. Disponível em:<<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=27>>. Acesso em:2014.

_____. **Assentamentos rurais: impactos locais e geração de emprego. Com Ciência.** Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr11.shtml>>. Acesso em: 15 junho 2014.

LEVEBVRE, H. **A produção do espaço.** Brackwell, 1992. [Produção de l' Space, 1974]

LINDBLOM, C. E. **Still Muddling, Not Yet Through,** Public Administration Review 39: 517-526. 1981.

LOWI, T. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice.** Public Administration Review, 32: 298-310. 1972.

MANÇANO, B.; FERNANDES, M. I. M. M., SUZUKI, J. C. (orgs.) – **Geografia Agrária: teoria e poder,** São Paulo. Expressão Popular, 2007.

MANN, P. H. **Método científico em sociologia.** In. MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1973.

MANTOVANELI JUNIOR, O. **Políticas Públicas no século XXI: a perspectiva da gestão multicêntrica (à luz da experiência de Porto Alegre).** Blumenau: Edifurb, 2006.

MATTEI, L. F.. **Reforma Agrária e Programas de Assentamentos Rurais: o dilema atual da questão agrária brasileira.** In: FRANÇA, G. de; GERD, S. (Coords). Assentamentos em Debate. Brasília: MDA/NEAD, 2005. P. 168-183.

_____. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores.** Brasília: MDA/NEAD, 2005. 136 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 25 mar. 2014

_____. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa.** *Sociedade e Desenvolvimento Rural,* Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewPDFInterstitial/20/22>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

MILLS, C. W. **The Power Elite.** New York: Oxford University Press, 1951.

MINAYO, M.C.S & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3) 239-262, jul/set, 1993.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade.** Petrópolis,RJ: Vozes, 1994.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. **“Sem Terra”, Assentados”, “Agricultores Familiares”:** **considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros.** Parte II, Acciones colectivas: movimientos, protestas y organizaciones sociales, 2005 . Disponível em: www.ipp-uerj.net/Debates Destaque asp? Id. Sub Debate=29-46 . Acesso em 12-10-2013

MEDEIROS, L. S.; SOUSA, I. C. de; ALENTEJANO, P. R. R. **O promissor Brasil dos assentamentos rurais**. Proposta, Rio de Janeiro, v. 77, n. 8, p. 54-63, jun./ago. 1998.

MEDEIROS, L. S. de. **Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa**. In: **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**/ LOPES, A.L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). Brasília: MDA, 2008.

MELO, H. P. de; SABBATO, A. D. **Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária**. In: **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**/ LOPES, A.L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). Brasília: MDA, 2008.

MOREIRA, R. **Repensando a Geografia**. In: SANTOS, M. (Org.) **Novos rumos da Geografia brasileira**. Sao Paulo: Hucitec, 1982.

MOURAO, G. M. N.. **Colonizacion reciente y asentamientos rurales em El sureste de Roraima, Amazonia Brasilena: entre La política e La naturaleza**. Tesis Doctoral. Valladolid. Universidad de Valladolid, 2003.

OLIVEIRA, I. D. de. **Projeto de Assentamento Samaúma (1987-2006): Na contramão da política de reforma agrária brasileira - Dissertação (Mestrado) - Boa Vista 2009**.

OLIVEIRA, A. U. de. **Barbárie e modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. São Paulo. Revista Terra Livre. Ano 19, V.2 N 21 P. 113-156. Jul/dez 2003.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

Ó, W.C. R do. CESAR, N. A.; MOURÃO JÚNIOR, C. M.; PEREIRA, L. V. (2003) **Caracterização e prospecção dos Projetos de assentamentos Esperança e Quitauaú (Cantá); Vila Nova (Mucajaí); Bom Jesus (Amajari); Jundiá e Integração (Rorainópolis)**.Boa Vista: 27 p. (Embrapa Roraima.Documentos, 7). Embrapa Roraima, 2003.

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

PEIRANO, M. A **O paradoxo dos documentos de identidade. Antropologia vivida: e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

PEIXOTO, M. **O planejamento do desenvolvimento de assentamentos rurais: experiência no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista Universidade Rural, Série Ciência Humana, v. 24, n°. 1-2, 2002.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

QUAINI, M. **Geografia e Marxismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. In PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. C. de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-23.

RODRÍGUEZ, A., e ARDID, M. **Psicología Social y políticas públicas**. In .ESTRAMIANA; J. L. A, GARRIDO, A. & TORREGROSA, J. R. (Orgs.), **Psicología Social aplicada**. Madrid: McGraw-Hill. p 451-474. 1996.

ROMANO, J. **Redes de políticas públicas na trajetória do setor público agrícola brasileiro**, (pag. – 139 a 177) in: análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação / Philip Bonnal (org.) – Rio de Janeiro; Mauad X, 2011

SALATI, E.. **Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo:HUCITEC, 1996.

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, Rio de Janeiro: Record, 2002

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: EDUSUP, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, S.. **O significado dos assentamentos de Reforma agrária no Brasil**. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em debate / coordenação. FRANCA, C. G. de; SPAROVEK, G. Colaboradores BUAINAIN, A. M. et al. -- Brasília: NEAD, 2005.

_____. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XI, 2003, Campinas. **Anais**. Campinas: UNICAMP, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=266>>. Acesso em: 2014.

_____. **Terras e territórios na Amazônia: desafios e perspectivas** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEPLAN/RR -Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima - **Informações Socioeconômicas do Município de Cantá – RR** - Divisão de Estudos 2ª edição 2012.

SILVA, A. B. Da. **Geopolítica na Fronteira Norte do Brasil: O papel da Forças Armadas nas transformações sócioespaciais do Estado de Roraima**. Tese de Doutorado. USP/SP. 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3.ed. Florianópolis: Laboratório de ensino a distancia da UFSC, 2001.

SILVA, D. Da. **Colonização e Zonas pioneiras**. Anais da Associação dos Geógrafos, vol. XVIII, São Paulo, 1973, p.197/198

SILVA E SILVA, M. O. da. **Os programas de transferência de renda na política social brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, C. M. de. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias: Porto Alegre nº 16, p.20-45. 2006

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. & CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p.77-116.

SOUZA, C. M. de. **Gaúchos em Roraima**. Porto alegre: EDIPUCRS, 2001.

Superintendência Regional do Estado de Roraima- SR (25) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA**. INCRA: 2011.

_____. **Proposta Simplificada de Criação de Projeto de Assentamento Quitauaú – PA/QUITAUAÚ**. INCRA:1995.

STELLA, S; AZEVEDO, A; **“PRONAF” na Amazônia: Quais os desafios?** Boletim Amazônia em Pauta. Brasília: IPAM, outubro 2013

SUZUKI, J. C. C. **Percursos teórico- metodológicos da Geografia Agrária brasileira: da formação à autonomia intelectual**. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. (Org.). Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino americanas e francesas. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2011.

SWAIN, T. N. (1988) **Fronteiras do Paraná. Da colonização à migração.** In: AUBERTIN, C. (org.). *Fronteiras*. Ed UnB/ORSTOM, 1988.

SCHWENDLER, S. F. **A luta pela terra e a recriação social da vida no campo.** *Geonotas*. Maringá, v.4, n. 3, jul./ago./set. 2000. Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/geonotas/vol4-3/Schwendler.shtml>>. Acesso em: 25 mai.2014.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** In: *Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas*. Salvador, BA: AATR, 2002.

TOURNEAU, F.-M. Le e BURSZTYN, M. **Assentamentos Rurais na Amazônia: Contradições entre a Política Agrária e a Política Ambiental.** *Ambiente & Sociedade*: Campinas-SP v. XIII, n. 1 p. 111-130 jan.-jun. 2010

UICN; WWF-BRASIL; IPÊ. In WEIGAND Jr., R; CALANDINO, D.; OLIVEIRA E SILVA, D. (Orgs.). **Metas de Aichi: situação atual no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011

VIANA, A. L. **Novos riscos, a cidade e a intersectorialidade das políticas públicas.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n.12, p.23-33, 1998.

VILHENA JUNIOR, W. M. **Trajetória de Luta pela Terra dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Ajarani: do Acampamento ao Assentamento,** Boa Vista 2008. UFRR.

WEHRMANN, M. E. S. F. **A soja no cerrado de Roraima: um estudo da penetração da agricultura moderna em regiões de fronteira.** Brasília, 1999. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.

APÊNDICES**QUESTIONÁRIO****AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE RORAIMA: UM ESTUDO DO ASSENTAMENTO QUITAUAUÍ- RR**

Data de aplicação: ____/____/____ Questionário N° _____

LOCALIZAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO DO LOTE

Lote n°

Nome da Propriedade

Vicinal

Coordenadas Geográficas de Referência

SOCIOECONÔMICO

1. Sexo: Feminino Masculino
2. Estado Civil: solteiro casado divorciado viúvo(a)
3. Idade: 15-25 25-40 40-60 acima de 60 .
4. Proprietário: sim não
5. Possui documentação do terreno? sim não
6. mora no lote: sim não
7. Cidade/Estado de origem:
8. Escolaridade: alfabetizado não-alfabetizado ensino fundamental; ensino médio; superior
9. Quantas pessoas residem no local: 1-5; 5-10; acima de 10.
10. Renda familiar: R\$ 300,00 a R\$ 600,00; R\$ 600,00 a R\$ 1.000,00; acima de R\$ 1.000,00
11. Há quanto tempo à família tem a propriedade? ____ O que faziam antes disso? _____
12. Existe alguma associação, cooperativa na qual você esteja vinculado? sim não

INFRAESTRUTURA

13. Tipo de construção da moradia: totalmente de alvenaria; () alvenaria e madeira; () madeira()
14. Possui energia elétrica: Sim() Não()
15. Origem da água consumida:encanada(); poço(); poço/encanada(); igarapé(); outros().
16. Quais os meios de transporte que a família utiliza? tração animal()transporte coletivo(); transporte rodoviário(); automóvel particular(); motocicleta(); () bicicleta().
17. Como você considera a vicinal de acesso ao seu lote ()boa ()ruim .

POLÍTICAS PÚBLICAS

18. Dessas políticas públicas existentes para a agricultura familiar nos projetos de assentamentos rurais de Roraima, quais oSr(a) tem conhecimento no PA Quitauaú
- a()Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF),
- b()Assistência Técnica E Extensão Rural (ATER),
- c()Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),
- d()Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),
- e()Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF),
- f()Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2),
- g()Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA),
- h()Programa Terra Legal,
- i()Infraestruturade Assentamentos Do INCRA,
- j() Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária,
- k() Terra Forte,
- l()Novos Assentamentos,
- m()Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA),
- n()Programa Nacional De Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC),
- o()Programa Nacional De Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR),
- p()Organização Produtiva Das Mulheres Rurais,
- q()Territórios Da Cidadania,
- r()Arca Das Letras,
- s()Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF).
- t() Luz para todos
- u() Minha casa minha vida

w() Bolsa família

PRODUÇÃO

19. Qual a área do seu lote em hectares.
20. Quanto da área do seu lote foi desmatado?20%() 50%() mais de 50 % ()
21. Quanto da área do seu lote é usado para pecuária em hectares?
22. Quantos animais são criados no seu lote?
23. Quanto da área do seu lote e usado para agricultura em hectares?
24. Qual a principal cultura agrícola do seu lote?
25. Quais as atividades que a Prefeitura municipal do Cantá desenvolve na área do PAQ?
26. Quais atividades que o Governo do Estado de Roraima desenvolve na área do PAQ?
27. Quais atividades que o Governo Federal desenvolve na área do PAQ?
28. O Senhor já foi multado por algum órgão ambiental?Sim() não()
29. O Senhor conhece a legislação ambiental sobre reserva legal?Sim() não()
30. Existe alguma questão que não foi abordada e Sr.(a) gostaria de comentar?

Anexo I

Localização dos lotes pesquisados com coordenada geográfica de referencia

1	LOTE01	02 24' 02,34695"	-60 43' 21,69983"
2	LOTE16	02 22' 21,76884"	-60 48' 25,44434"
3	LOTE05	02 22' 19,85138"	-60 45' 33,15125"
4	LOTE17	02 22' 39,13925"	-60 47' 54,36676"
5	LOTE22	02 22' 34,31385"	-60 48' 11,46423"
6	LOTE10	02 24' 55,14399"	-60 47' 49,84863"
7	LOTE04	02 22' 36,93598"	-60 45' 16,63055"
8	LOTE13	02 23' 46,60046"	-60 48' 40,24841"
9	LOTE09	02 25' 05,39818"	-60 47' 34,72870"
10	LOTE20	02 23' 17,25838"	-60 46' 52,40387"
11	LOTE21	02 23' 01,81829"	-60 47' 18,99078"
12	LOTE15	02 22' 14,53074"	-60 48' 38,73779"
13	LOTE11	02 24' 45,69918"	-60 48' 04,46045"
14	LOTE19	02 23' 11,46824"	-60 47' 03,66486"
15	LOTE12	02 24' 03,87131"	-60 48' 34,70032"
16	LOTE03	02 23' 21,07698"	-60 44' 22,67395"
17	LOTE08	02 25' 40,20939"	-60 46' 51,14044"
18	LOTE23	02 24' 52,58030"	-60 44' 26,13612"
19	LOTE02	02 23' 41,89178"	-60 43' 54,86481"
20	LOTE07	02 22' 09,85897"	-60 45' 53,72314"
21	LOTE06	02 22' 01,91019"	-60 46' 16,20392"
22	LOTE14	02 25' 33,73346"	-60 46' 56,42761"
23	LOTE18	02 22' 51,20275"	-60 47' 33,39661"


Anexo II

Portaria de criação do PA Quitauaú

4.35

PUBLICAÇÕES

INDU 413 de 01.03.1986
 Fol. 7 - Pág. 3409
 BS N.º 10 de 04.03.1986



Serviço Público Federal

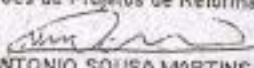
PORTARIA INCRA/SR-25/Nº 10 DE 29 DE FEVEREIRO DE 1986.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P nº 358, de 20 de maio de 1984, publicada no D.O.U. de 24 de maio de 1984,

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel denominado Quitauaú, com área de 12.196,88 ha, localizado no Município de Bonfim, no Estado de Roraima, adquirido através de Arrecadação Sumária com fulcro no Artigo 28 da Lei 6.383/78; e

CONSIDERANDO que a análise procedida no Processo INCRA/SR(25)/Nº 21690.002988/85-71, pelos órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional, decidiu pela regularidade da proposta, de acordo com a Instrução SEASC/Nº 07/88, RESOLVE:

- I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, numa área de terras pertencente a Quitauaú, com área de 12.196,88 (Doze mil, cento e noventa e seis hectares), localizado no Município de Bonfim, no Estado de Roraima, registrado em nome do INCRA, sob o nº 3.620, de Folhas 88, Livro 2-N de Registro Geral, Comarca de Boa Vista-RR, e que prevê a criação de 200 (Duzentas) unidades agrícolas familiares e a implantação de infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar elaborado pela SR(25)Z;
- II - Criar o Projeto de Assentamento QUITAUAU, Código Sinfra RR0022000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Assentamento;
- III - Autorizar a Divisão de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;
- IV - Determinar à Divisão de Assentamento que encaminhe cópia deste ato, ora aprovado, para a Diretoria de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;
- V - Determinar à Divisão de Assentamento que participe aos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à Funai, o Projeto ora criado; e
- VI - Determinar à Divisão de Assentamento que registre as informações referentes ao Projeto de Assentamento ora criado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sinfra.


 ANTONIO SOUSA MARTINS FILHO
 Superintendente